

# visões

**comunicação  
memória &  
sensibilidades**

# perifé

**Org. Jussara Peixoto Maia  
Regiane Miranda Nakagawa**

# ricas



Editora UFRB



**Comunicação, memória e sensibilidades:  
visões periféricas**

**REITOR**

Fábio Josué Souza dos Santos

**VICE-REITOR**

José Pereira Mascarenhas Bisneto

**SUPERINTENDENTE**

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

**CONSELHO EDITORIAL**

Ana Lúcia Moreno Amor

Josival Santos Souza

Luiz Carlos Soares de Carvalho Júnior

Maurício Ferreira da Silva

Paulo Romero Guimarães Serrano de Andrade

Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia (presidente)

Sirlara Donato Assunção Wandenkolk Alves

Walter Emanuel de Carvalho Mariano

**SUPLENTE**

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Marcílio Delan Baliza Fernandes

Wilson Rogério Penteado Júnior

**COMITÊ CIENTÍFICO:**

(Referente ao Edital nº. 002/2020 EDUFRB – Edital  
de apoio à publicação de livros eletrônicos)

Alexandre da Rocha Silva

Valéria Maria S. Vilas Bôas Araújo

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

Jussara Peixoto Maia  
Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa  
(Orgs.)

# **Comunicação, memória e sensibilidades: visões periféricas**



Editora UFRB  
Cruz das Almas - Bahia /2020

Copyright©2020 Jussara Peixoto Maia e Regiane Miranda de  
Oliveira Nakagawa

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

*Projeto gráfico e editoração eletrônica:*

Antonio Vagno Santana Cardoso

*Capa*

Iansã Negrão

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio,  
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

C741c

Comunicação, memória e sensibilidades: visões  
periféricas / Organizadoras: Jussara Peixoto  
Maia e Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa.\_  
Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020.  
246p.; il. . – (Coleção Pesquisas e Inovações  
Tecnológicas na Pós-Graduação da UFRB; volume  
11).

ISBN: 978-65-87743-32-5

1.Comunicação – Memória. 2.Comunicação –  
Pesquisa e desenvolvimento. I.Universidade Federal  
do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes,  
Humanidades e Letras. II.Maia, Jussara Peixoto.  
III.Nakagawa, Regiane Miranda de Oliveira.  
IV.Título.

CDD: 302.23

Ficha elaborada pela Biblioteca Central de Cruz das Almas - UFRB.  
Responsável pela Elaboração - Antonio Marcos Sarmiento das Chagas (Bibliotecário  
- CRB5 / 1615) & Neubler Nilo Ribeiro da Cunha (Bibliotecário - CRB5/1578)  
(os dados para catalogação foram enviados  
pelo usuário via formulário eletrônico)



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro  
44380-000 Cruz das Almas – BA

Tel.: (75) 3621-7672

[editora@reitoria.ufrb.edu.br](mailto:editora@reitoria.ufrb.edu.br)

[www.ufrb.edu.br/editora](http://www.ufrb.edu.br/editora)

[www.facebook.com/editoraufrb](https://www.facebook.com/editoraufrb)

# Sumário

## **Apresentação**

*Jussara Peixoto Maia*

*Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa* ..... 9

## **Parte I – Comunicação e Memória**

### **Narrativas políticas de Mulheres Negras no Nordeste – a Bamidelê e o Odara**

*Naiara Leite, Daniela Matos* ..... 17

### **Mulheres negras e a política – Uma história de exclusões a ser superada**

*Daiane Dória dos Santos, Lilian Reichert Coelho* ..... 39

### **Mídias negras e mediações culturais – Tecnicidades e institucionalidades na Afirmativa**

*Jonas de Jesus Pinheiro, Jussara Peixoto Maia* ..... 59

### **A Paladina do Lar e a imprensa feminina baiana no início do século XX**

*Michele Barros, Hérica Lene* ..... 79

### **Teorias da Comunicação – a Folkcomunicação enquanto sistema da comunicação cultural**

*Guilherme Moreira Fernandes* ..... 103

## **PARTE II – Mídia e sensibilidades**

### **Sgt. Pepper`s Lonely Hearts Club Band: cânone e crítica cultural**

*Celina Adriana Brandão Pereira, Jorge Luiz*

*Cunha Cardoso Filho* ..... 133

**A dimensão sensível da comunicação:  
um olhar sobre o corpo**

*Naiara Moura Pinto, Renata Pitombo Cidreira* ..... 151

**Corpo e emancipação: Zózimo Bulbul, cinema negro  
e pedagogia em cinema**

*Amália Coelho, Amaranta Emília César dos Santos,* ..... 171

**São Salvador e necropolítica: sobre a intersecção  
raça, espaço urbano e poder**

*Hanna Cláudia Freitas Rodrigues, Danillo Barata* ..... 187

**O que a política tranca, a arte destranca**

*Marcelo Argôlo, Nadja Vladi Gumes* ..... 201

**A metáfora “máquina lógica” e a tecnologia do alfabeto**

*Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa* ..... 223

**Sobre os autores**..... 241



# Apresentação

*Jussara Peixoto Maia  
Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa*

O primeiro livro publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação em Mídia e Formatos Narrativos, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCOM-UFRB), marca o percurso das pesquisas realizadas, voltadas para a articulação entre memória e sensibilidades nos processos comunicacionais. O PPGCOM da UFRB teve início em 2017 e é o único programa da área de Comunicação na região nordeste, situado numa cidade de pequeno porte, fora de uma capital. Tal localização geográfica diz muito sobre o compromisso ético e político das investigações desenvolvidas por seu corpo docente e discente, dada a importância estratégica do PPGCOM para o desenvolvimento social e cultural do Recôncavo.

Nesse cenário, entende-se que a comunicação e a(s) cultura(s) constituem um grande ecossistema, dada a impossibilidade de pensar uma sem a outra, visto que os próprios intercâmbios e tensionamentos culturais – tão característicos do Recôncavo –, elucidam o funcionamento de processos comunicacionais dotados de grande complexidade, sobre os quais intervêm uma série de variáveis. São questões, temas e fenômenos que provocam maior diálogo entre bases conceituais, teóricas e metodológicas e conhecimentos formulados por teorias e métodos relativos a epistemologias do pensamento científico configuradas a partir de experiências de raça, etnia, gênero e, especialmente, de território.

A centralidade que as mídias ocupam na estruturação do Programa, que tem como Área de Concentração Mídias e Formatos Narrativos, e duas Linhas de Pesquisa: Mídia e Memória e Mídia e Sensibilidades, decorre do papel absolutamente determinante que

elas desempenham na formação de ambientes comunicacionais e na constituição de diferentes agenciamentos socioculturais. Nesse sentido, entende-se que, na relação com a cultura, as mídias – a começar pelas mídias primárias, ou seja, aquelas que se estruturam a partir do próprio corpo – tanto articulam formas específicas de narrar ou fabular, pelas quais se dá a organização da experiência e a própria constituição do sujeito, como incitam a contínua redefinição do sensório e de novas formas de sentir e perceber o mundo e, conseqüentemente, de produzir conhecimento.

Deste modo, coloca-se o desafio de apreender de que maneira se dá a emersão de narrativas não hegemônicas, por meio de materialidades e agenciamentos também não hegemônicos, em ambientes comunicacionais e midiáticos periféricos, que, justamente por estarem “à margem”, são capazes de se contrapor a estruturas convencionais e dominantes. Isso não significa pensar o local de uma forma idealizada e transcendente, como se subsistisse de forma isolada, mas que, no diálogo com global, constroem-se tensionamentos que resultam por produzir arranjos comunicacionais cada vez mais heterogêneos e complexos.

Assim, os trabalhos apresentados nesta obra explicitam tal posicionamento do PPGCOM no campo da comunicação na atualidade, com deslocamentos em torno das experiências, marcadas por configurações peculiares de tempos e espaços, com repercussão na constituição dos objetos comunicacionais. A imensa maioria dos trabalhos decorre de experimentações analíticas que partem de fenômenos culturais e comunicacionais específicos que, muitas vezes, são invisibilizados e, não raro, parecem aparentemente banais mas que, justamente por isso, são capazes de produzir sentidos não previsíveis na sociedade e na cultura.

Ainda que estejam presentes as distinções de perspectivas na construção de problemas comunicacionais nas linhas de pesquisa do Programa, com questões do âmbito da Comunicação e Memória e in-

investigações sob o foco da Mídia e Sensibilidades, busca-se a fluidez por meio de uma trilha de reflexões que fomentam um diálogo produtivo. Este movimento arejado e continuamente reflexivo é parte do compromisso do PPGCOM-UFRB com os interesses que conectam o Recôncavo às profundas transformações da experiência humana em curso na contemporaneidade, com incidência sobre as esferas individual e coletiva da vida social

Boa Leitura!



# PARTE I



## Comunicação e Memória

Nesta seção, as reflexões voltam-se para o exame de fenômenos e processos comunicacionais articulados à memória, por meio de vínculos com questões relacionadas a práticas discursivas, identitárias, históricas, políticas e culturais, inscritas em dinâmicas sociais, nas esferas subjetivas e de grupos. As pesquisas evidenciam a relevância do nexos entre comunicação e memória, nas dimensões interpessoais e mediatizadas, orientadas por marcações de gênero, étnico-raciais e da cultura, em perspectivas que valorizam aspectos temporais e espaciais.

O espelho de Oxum, com seu apelo às imagens que negam estranhezas, diferenças, história e pertencimentos das mulheres negras, opera como metáfora que ilumina o percurso do artigo *Narrativas políticas de Mulheres Negras no Nordeste – a Bamidelê e o Odara*. A partir do conceito de interseccionalidade e de teorias do feminismo negro, a pesquisa mostra como ações de comunicação de duas organizações de mulheres negras, da Paraíba e da Bahia, respectivamente, atuam na constituição de novas memórias e resignificação de memórias do passado, para promover a mudança de pensamento, implosão e explosão de imaginários.

*Mulheres negras e a política – Uma história de exclusões a ser superada* examina também dinâmicas de gênero e étnico-raciais, mas o foco é o funcionamento da política institucional brasileira, por meio da análise da trajetória de Olívia Santana e sua eleição para deputada estadual da Bahia, em 2018. O texto emprega a interseccionalidade e o conceito de identidade como referenciais para avaliar como mulheres negras desafiam o hegemônico, com olhar historicizado sobre cenários de exclusão que deslocam grupos sociais para a margem de centros de decisão nos espaços de poder no Brasil.

As dimensões étnico-raciais são centrais também no artigo *Mídias negras e mediações culturais - Tecnicidades e institucionalidades na Afirmativa* que investiga a historicidade das mídias negras, tomando como base a Revista Afirmativa, mídia negra contemporânea, vinculada à matriz da imprensa negra. A análise emprega as mediações socioculturais das tecnicidades e institucionalidades no exame da luta histórica dos povos negros contra o racismo, conectando novos veículos à historicidade que conforma um fio longo, tecido na articulação entre comunicação, cultura e política.

No capítulo seguinte, o artigo *A Paladina do Lar e a imprensa feminina baiana no início do século XX* está inserido nos estudos sobre a história da imprensa brasileira, em especial, da imprensa feminina, com a investigação sobre a primeira revista feminina da Bahia, que circulou no período de 1910 a 1917. A partir da pesquisa bibliográfica sobre a história da imprensa, no Brasil e na Bahia, e sobre a revista, as análises relacionam a produção editorial da publicação ao contexto social, identificando elos com as lutas da mulher na sociedade e valores da igreja católica daquele período.

No fechamento desta seção, em uma formulação mais teórica *Teorias da Comunicação - a Folkcomunicação enquanto sistema da comunicação cultural* é o título do texto que realiza um percurso reflexivo em torno da diferença entre o sistema da Folkcomunicação no universo da Comunicação Cultural e a Teoria da Folkcomunicação. A investigação busca explicitar a demarcação da Folkcomunicação em duas distintas perspectivas de estudo, atendo-se à primeira que a observa como um sistema da Comunicação, coexistindo e fundindo-se ao sistema da Comunicação Social.



# Narrativas políticas de Mulheres Negras no Nordeste – a Bamidelê e o Odara

*Naiara Leite  
Daniela Matos*

## Introdução

Numa sociedade multirracal, como é o caso da brasileira, as imagens refletidas através do espelho ancestral de Oxum, o abebê<sup>1</sup>, mostram à primeira vista dois reflexos: de um lado a diversidade identitária, social e cultural que forma o povo, e do outro, o lugar de ser população negra, que vive a experiência do racismo e das opressões correlatas, que juntas revelam a subordinação simbólica, política, econômica e intelectual. A partir desta perspectiva e pensando sobre a constituição dos imaginários das mulheres negras, acionamos a metáfora do espelho de Oxum, do abebê, para fazer referência às imagens invisíveis que negam as estranhezas, as diferenças, a história e os pertencimentos das mulheres negras.

É nesse contexto, e com a intenção de buscar e revelar essas imagens negadas e ocultadas, que o presente artigo, fruto da dissertação “Negras Comunicações: as narrativas do Odara e da Bamidelê para produção de imaginários auto-referenciados”, busca identificar e analisar as práticas comunicativas desenvolvidas por organizações de mulheres negras que empreendem uma disputa na construção de narrativas e imaginários auto-referenciados sobre/para as mulheres negras.

Para esse exercício reflexivo a interseccionalidade foi escolhida como perspectiva teórica e metodológica, levando em consideração sua significância para compreender o contexto de múltiplas su-

---

1 Todos os orixás na tradição africana são cuidadores de elementos da natureza e para trabalhar com esses elementos os orixás carregam adereços denominados de ferramentas, a exemplo, do Abebê de Oxum, do machado de Xangô relacionado com a energia que carrega esta divindade.

bordinações em que estão inseridas as mulheres negras. O conceito da interseccionalidade, cunhado por Crenshaw (2002), vai operar categorias importantes que definem a experiência ancestral, social, cultural e política das mulheres negras. É a partir deste marco teórico norteador que vamos mergulhar nas diferenciações e nas identidades das mulheres negras e sobre quais fatores de subordinação estão submetidas, visibilizando mecanismos políticos e ideológicos que produzem experiências diferenciadas de opressões e seus formatos.

Neste sentido, a interseccionalidade, construção teórica cunhada nas bases do feminismo negro tem contribuído para fortalecer seus marcos de luta e outras interpretações a cerca do ser mulher negra nas suas diversidades. Góes (2019) afirma que o conceito tem possibilitado que as mulheres negras vejam seus diferentes reflexos através do abebê de Oxum.

A interseccionalidade é uma ferramenta teórica e metodológica que estilhaça o espelho da mulher universal, transformando em prismas de mulheres no universo, que como um abebê de Oxum permite que todas as mulheres, qualquer mulher, sejam vistas diante do reflexo. Pela lente da interseccionalidade, termo cunhado por feministas negras, ninguém fica de fora (GOES, 2019, *online*).

Não existe uma mulher negra, existem mulheres negras que foram constituindo suas identidades através das imagens refletidas no espelho, imagens profundamente marcadas pela ancestralidade, história, valores, lugares diferentes e opressões, que mostram suas diferenças e sua dessemelhança do que é tido como padrão.

O presente artigo apresenta e discute a produção de duas organizações de mulheres negras da região Nordeste do Brasil: A Bamedelê – Organizações de Mulheres Negras da Paraíba e do Odara – Instituto da Mulher Negra na Bahia com objetivo de visibilizar de que forma as mídias dessas organizações evidenciam o cenário de vulnerabilidade e da pluralidade que as mulheres negras estão inse-

ridas na região Nordeste do país e fortalecem táticas comunicacionais para construção de narrativas e imaginários auto-referenciados. Enquanto corpus empírico foi acionado o material produzido pelas duas organizações em torno do marco de luta – Dia da Mulher Negra Latinoamericana, Caribenha e da Diáspora, o 25 de Julho, dos anos de 2014 e 2015.

A premissa acionada pela pesquisa e ratificada pelo trabalho analítico é que a comunicação produzida pela Bamidelê e pelo Odara fortalecem a construção de imaginários auto-referenciados baseado na construção de uma identidade e história positiva de ser mulher negra capaz de fortalecer a diversidade, auto-estima e empoderamento a partir de dimensões da ancestralidade das mesmas com a difusão de conhecimento e ideologias do feminismo negro.

### **Feminismo negro e interseccionalidade**

Pesquisar a ação política das mulheres negras é a possibilidade de reconhecê-las e reafirmá-las como sujeitas políticas. É a possibilidade de contribuir para disputa e rompimento com o ciclo de apagamento da memória de um legado de resistência ancestral e histórica, assim como, visibilizar a potência e a profundidade das reflexões ignoradas aos ouvidos do mundo. A epígrafe que anuncia este tópico é a tradução do que orienta a organização histórica do movimento de mulheres negras e do pensamento feminista negro. Até aqui muitas lutas foram travadas.

Lélia Gonzalez (1983) fala sobre o impacto do racismo na estruturação das lógicas sociais, da ocupação de lugar e na formação do capitalismo. A autora diz que o racismo enquanto ideologia estrutura e articula práticas que designa as divisões dos lugares ocupados por pessoas negras e brancas na sociedade.

O racismo - enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas -- denota sua eficácia estru-

tural na medida em que remete a uma *divisão racial do trabalho* extremamente útil e compartilhado pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social (GONZALEZ, 1983, p. 03).

Compreender o impacto do racismo na vida dos homens e mulheres negras é necessário para perceber de que maneira estão estruturadas as relações de acesso, poder e privilégio. Olhar o racismo enquanto instrumento ideológico nos ajuda a acompanhar a organização política das mulheres negras que na luta contra o racismo e sexismo foram construindo seus movimentos de resistência, a partir do seu lugar de existência.

Em movimentos sintonizados percebemos que a epígrafe de Valdecir Nascimento - negra, lésbica, nordestina - nos convida a potencializar nossos pontos de vista e campos de luta a partir dos nossos contextos. Estamos falando das histórias das mulheres negras nas travessias do Atlântico, que coloca sujeitas com histórias, pertencimentos e lugares diferenciados das mulheres dos outros grupos raciais, principalmente as brancas.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 1983, p. 224).

Lélia Gonzalez foi a primeira intelectual brasileira a falar sobre a articulação de raça, gênero e classe. Para explicar as desigualdades raciais, de gênero e de classe social existentes no continente americano, a autora se refere às mulheres não brancas como vítimas

de múltiplas discriminações, em função do sistema que a autora chama de capitalismo patriarcal racista<sup>2</sup>.

O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas (GONZALEZ, 1988a, p. 135).

As expressividades desses marcadores em operação conjunta fazem com que mulheres de determinados grupos raciais, étnicos, regionais e econômicos estejam mais sujeitas a vivenciar experiências de opressões, invisibilização, negação, violências, e até mesmo, de morte. Bispo (2011) em diálogo com Werneck (2007) reforça que a construção das lutas políticas das mulheres negras é atravessada pelas múltiplas articulações das opressões.

Ao analisar as heterogeneidades, resistências, perdas e articulações políticas por parte das mulheres negras brasileiras, Werneck (2007) ressaltará que as múltiplas articulações empreendidas, têm como âncora principal a luta contra a violência e o aniquilamento – assentadas sob o racismo, o heterossexismo e o eurocêntrismo – com vistas à nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior ao qual nos vinculamos. Articulações tais que envolvem instabilidades, diferenciações, pertencimentos, experiências individuais e coletivas que demarcam as diferentes identidades do sujeito mulher negra (BISPO, 2011, p. 16).

---

2 A formulação do conceito racismo patriarcal busca traduzir a vivência e a experiência histórica da exclusão centrada no sexismo e no racismo vigente desde o sistema colonial escravista. O conceito busca qualificar e ampliar conhecimento sobre a singularidade de ser mulher, ser negra, ser trabalhadora e pobre no Brasil, isto é, de vivenciar no cotidiano vários eixos de subordinação, que vulnerabilizam sua existência, cujos resultados são as desvantagens com impacto estrutural para as mulheres negras, na vida e no mundo do trabalho. Disponível em: [http://www.cfmea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4198:racismo-patriarcal-muito-alem-do-conceito&catid=401:numero-175-novembro-a-dezembro-de-2013-encarte&Itemid=129](http://www.cfmea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4198:racismo-patriarcal-muito-alem-do-conceito&catid=401:numero-175-novembro-a-dezembro-de-2013-encarte&Itemid=129). Acesso em: 23 maio. 2018.

Em 2002, a intelectual afroamericana Kimberlé Crenshaw, percorrendo caminhos similares sobre a leitura do capitalismo patriarcal racista apresentado por Lélia Gonzalez (1988) apresenta o conceito da interseccionalidade. Uma perspectiva teórica que vem contribuir com a percepção e identificação das categorias que se articulam produzindo lugares de subalternização e subrepresentação das mulheres negras nos diferentes contextos culturais. A autora afirma que:

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseadas no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 174).

O conceito da interseccionalidade é muito caro para efetivar os processos de rompimento com a perspectiva homogeneizante lançada sobre os corpos, lugares, cultura e formas de existência das mulheres negras nos contextos diaspóricos.

Cardoso (2012), em *Outras Falas: Feminismos na Perspectiva de Mulheres Negra* - um dos estudos mais importantes da contemporaneidade sobre o pensamento feminista - a partir da referência ao pensamento de Assata Zerai, defende que:

[...] a interseccionalidade é a base conceitual da teoria feminista negra e evidencia a impossibilidade de entendermos os processos de dominação e de resistência, a desigualdade social e o mundo social sem considerarmos o modo pelo qual raça, classe e gênero operam interligando os sistemas de dominação. Segundo a autora, o exame realizado a partir de uma perspectiva interseccional mostra como as esferas de desigualdades se apoiam umas nas outras para a manutenção do *status quo*. Outro ponto relevante por ela destacado está relacionado à pesquisa histórica, na medida em que a abordagem interseccional abre caminhos para reconstruirmos as experiências vividas, o posicionamento histórico, as percep-

ções culturais e a construção social de mulheres negras através da investigação de áreas nunca exploradas da experiência feminina negra, mostrando, inclusive, a diferença entre as/nós mulheres negras, evitando-se, assim, generalizações (CARDOSO, 2012, p. 55).

Trazer os contextos como panos de fundo para refletir sobre o sistema de subordinação é o que vamos traçar ao analisar a produção das organizações de mulheres negras na região Nordeste. O contexto vai determinar uma forma específica de produção, com narrativas atravessadas pela experiência cultural e territorial, elementos fundamentais para a vivência e construção do feminismo negro como conceito, metodologia e prática.

Muitos foram os caminhos percorridos na construção do pensamento e teoria feminista negra. O feminismo negro, com base da interseccionalidade, faz um movimento rico de valorização das experiências, seja na afirmação dos lugares identitários, na visibilização das multiplicidades de vozes e nas diferentes ressignificações da história escravocrata.

Cardoso (2012, p. 56) diz que Crenshaw propõe com a interseccionalidade um “modelo analítico que possibilita a identificação das várias formas de subordinação, refletindo os efeitos interativos de raça e de gênero e do reconhecimento da diferença entre as mulheres”. A tese da autora ajuda a perceber que as discriminações de raça e gênero não são mutuamente excludentes. A interseccionalidade vai pautar que todas as mulheres estão submetidas às discriminações de gênero, mas que outros fatores elaborados a partir das suas identidades, como: regionalidade, sexualidade, condição econômica fazem total diferença na leitura sobre como os grupos vivenciam a discriminação. Desse modo, podemos afirmar que a partir das perspectivas metodológicas desdobradas pela interseccionalidade as organizações de mulheres negras têm desenhado suas práticas

comunicativas levando em consideração os diferentes eixos de subordinação experienciados pelas mulheres negras.

## **Organizações políticas e identidade**

A Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba e o Odara – Instituto da Mulher Negra, de Salvador são duas organizações que nascem com características comuns que perpassam por uma metodologia, forma e modelos de organização fundamentados nos princípios da ancestralidade e circularidade africana. Estes princípios atravessam desde a origem dos nomes até a forma com que as duas organizações se estruturam e definem suas missões. De acordo com o histórico publicado em suas plataformas e redes sociais, as duas organizações trazem como pilar a missão de alavancar o projeto político para as mulheres negras, reafirmando suas peculiaridades definidas pelas intersecções que as atravessam.

A Bamidelê define que: “tem como missão e projeto político contribuir para a eliminação do racismo e do sexismo, buscando a equidade de gênero numa perspectiva étnicorracial”<sup>3</sup>. Já o Instituto Odara tem como missão “combater o racismo, o sexismo, a lesbitransfobia e formas correlatas de opressão, para a defesa da liberdade, autonomia e o bem viver das mulheres negras”<sup>4</sup>. Estamos falando de projetos políticos que se encontram na mesma matriz de luta pela liberdade das mulheres negras, baseado no respeito a suas diferentes formas de vivenciar suas experiências. Também apontam que combater o racismo é construir uma sociedade centrada no bem viver, uma utopia que só será alcançada quando todas as mulheres negras tenham sua humanidade assegurada a partir da diferença, da estranheza e das diversidades refletidas pelo abebê de Oxum.

3 Texto encontrado no blog da Bamidelê: Disponível em: <http://negrasbamidele.blogspot.com/>. Acesso em: 13 out. 2019.

4 Texto publicado no site do Instituto Odara: Disponível em: [www.institutoodara.org.br](http://www.institutoodara.org.br). Acesso em: 13 out. 2019.



A cosmovisão e a referência baseada na ancestralidade africana é convocada em seus nomes, o que apresenta uma relação direta com a tradição iroubana. A Bamidelê (bah/mih/deh/leh) surgiu em 2001, no estado da Paraíba e seu nome africano significa Esperança, aproximando-se do significado de Esperançar. “Esperançar é se levantar, construir, não desistir! Esperançar é levar adiante, é juntar-se com outras em defesa da efetivação da cidadania plena das mulheres negras”.

Já o Instituto Odara, fundando em 2010, no estado da Bahia, carrega em seu nome a representação de uma qualidade do Orixá Exú, que nas religiões de matriz africana significa algo infinito, que não tem começo e nem fim, é o guardião da frente, que abre caminhos, que traz força de energia inexplicável, energia protetora, que faz o diálogo entre nós e a ancestralidade.

Carregar nomes africanos não é apenas apontar uma nomenclatura, é a busca pela reafirmação do lugar de pertencimento, é reforçar o território identitário, é explicitar a dimensão da espiritualidade, de conexão com a ancestralidade, com suas raízes, com o passado. Ou seja, estabelece o vínculo dessas organizações com a identidade de África e do ser diáspora. Por vezes, ao acionar a ancestralidade, através dos nomes, valoriza-se formas de fazê-la materializada nas práticas da organização. Essa materialização será percebida na missão, nos princípios e na forma como essas organizações se estruturam e constroem suas metodologias organizacionais e suas práticas comunicativas.

As duas organizações são marcadas pela afirmação de uma cosmovisão auto-referenciada nos princípios da cultura negra. A Bamidelê e o Odara, como outras organizações da sociedade civil, organizam-se por coordenações executivas, de programas e projetos e também conselhos políticos e consultivos, porém, a forma como o conselho político funciona é centrada na perspectiva das matrizes organizativas das comunidades negras, da religiosidade e das mulheres negras.

A composição destes conselhos chama atenção pela diversidade e pelo rompimento com o perfil de quem pode aconselhar, no sentido de que, os parâmetros de expertises não são designados pela lógica hegemônica branca, mas sim por outros referenciais. De quem tem vivências nas comunidades, na luta das mulheres negras seja do lugar que tiver. Portanto, os formatos adotados pelas organizações apresentam uma negociação propositiva com o modelo normatizado. Mesmo com uma coordenação, existe um princípio que apresenta em nível de importância outras instâncias, outras escutas.

Vale ressaltar que Bamidelê (2015) e Odara fizeram parte da primeira coordenação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, no período de 2013 a 2015. As duas organizações também compartilharam, ao mesmo tempo, a coordenação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) representando a região Nordeste. A conexão entre as duas organizações produzem orientações políticas que caracterizam a forma como se dá sua atuação política baseado na memória, no valor ancestral, na circularidade, na conexão com princípios e releituras de África.

Ainda pensando na matriz ancestral, que orienta a estruturação das organizações, identificamos que ambas são formadas por militantes negras diversas, no que diz respeito à faixa etária, orientação sexual, escolaridade. Aponto como um marcador importante a troca intergeracional presente nas duas organizações. Esta é uma das características que atravessa os princípios das religiões de matriz africana focado na troca de saberes e de experiências entre mais velhas e mais novas.

É a partir dessas especificidades, modo de fazer e pensar a política, suas identidades, cultura e ancestralidade que o Bamidelê e Instituto Odara têm somado a resistência histórica das mulheres negras na região Nordeste. O trabalho realizado por ambas em nível

local e regional tem contribuído para visibilizar a voz, as expressões e as questões das mulheres negras nordestinas.

### **Práticas comunicativas e pertencimentos**

Ao analisar os materiais de comunicação produzidas pela Bamedelê e pelo Odara nos anos de 2014 e 2015, no período do 25 de Julho<sup>5</sup>, percebemos que as produções revelam narrativas de pertencimento elaboradas a partir da história de luta e resistência das mulheres negras, bem como, os lugares de fala baseado na reafirmação ou fortalecimento das identidades locais e regionais.

Essas narrativas de pertencimento, acionadas aqui como categoria de análise, objetivam identificar as configurações e os pertencimentos baseado nas experiências ancestrais, territoriais e identitárias que são reforçadas na criação de cada peça e na produção de cada conteúdo. Os movimentos de pertencimento definem linguagens e formas, bem como, empreende uma aproximação afetiva com a memória e com a história invisibilizada das mulheres negras que vivenciam os mesmos contextos.

Iniciamos a análise observando os aspectos visuais levados em consideração pelas organizações na produção das peças do *25 de Julho (25J)* e do *Julho das Pretas*. As identidades visuais apresentada pelas duas organizações trabalham com a imagem de uma mulher negra que ao longo das edições vai sendo modificada pelos detalhes das cores, dos adereços e da composição associados aos contextos políticos.

---

5 O 25 de julho é uma data histórica para as mulheres negras. Foi nesta data, em 1992, durante o I Encontro de Mulheres Afro-Latino Americana e do Caribe, na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana que foi instituído o 25 de julho como o Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Em 2009, o Senado Brasileiro aprovou o projeto de Lei 23/09, estabelecendo o dia 25 de julho como o Dia de Teresa de Benguela – em homenagem a esta líder quilombola brasileira, e da Mulher Negra no Brasil.

**Figura 1** - Logomarcas do 25 de Julho,2014 **Figura 2** - logomarca Julho das Pretas de 2014



Fonte: Facebook Bamidelê



Fonte:FacebookInstituto Odara

Nas duas imagens a mulher negra está olhando para as chamadas que fazem referência ao Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe e ao mesmo tempo parece que estão anunciando seu olhar para o futuro. Nas duas imagens são utilizadas na composição das identidades visuais flores vermelhas e amarelas, que fazem referência as representações das divindades femininas das religiões de matriz africana, Oxum e Oyá.

Em 2014, na divulgação das ações do 25J , 16ª edição, realizado pela Bamidelê, o anuncio da programação cultural com visibilização de artistas locais, que diz: “Shows com as cantoras Dandara Alves e Mano Lima, além do Coral Voz Ativa e os grupos Aja Mulher, Sementes da Jurema, Mulheres Capoeiristas e os outras expressões culturais afro”. Aqui vamos identificar uma consonância com o texto expresso no manifesto da *Marcha das Mulheres Negras*, publicado naquele ano, que diz: “Valorizamos nosso patrimônio imaterial em terreiros, escolas de samba, blocos afros, carimbó, literatura e todas as demais manifestações culturais, definidoras da nossa identidade negra<sup>6</sup>”, e também uma dimensão valorativa da experiência e cultura local.

6 Manifesto da Marcha das Mulheres Negras completo. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contra-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Também na 2ª edição do *Julho das Pretas* de 2014, o Instituto Odara demarcou a importância da interlocução política entre a arte e ação das mulheres negras. No card com a programação da Mostra de Arte e Cultura identificamos a realização de show em homenagem as mulheres negras e apresentações culturais de grupos de mulheres negras que atravessaram toda a programação. Durante a programação almoço com roda samba e apresentação das comunidades quilombolas da Bahia, como foi o caso da Banda de Samba de Lata das quilombolas de Tijuacu, localizada no município de Senhor do Bonfim. A afirmação das matrizes culturais, religiosas e territoriais acabam por evidenciar uma intersecção organizada a partir da raça, o que contribui diretamente com organização política das mulheres negras.

Pensar as mulheres negras como sujeitas subordinadas não significa, e muito menos, as determina como vítimas sem reação. É em nome da sobrevivência individual ou coletiva que a população negra e as mulheres negras foram constituindo suas táticas de maneiras diversas para romper com os silêncios. Os mecanismos de afirmação identitária definem como as mulheres negras ocupam espaços de insubordinação na sociedade. Através destas articulações heterogêneas que problematizamos o reconhecimento de formas diferenciadas de expressões, de elaborações e de representação com as subjetividades presentes.

Nas peças a interseccionalidade também é sentida na convocação das diferentes representações de mulheres negras: do urbano e do rural; da Universidade; da escola; de diferentes gerações; de gênero; de orientação sexual e categorias trabalhistas.

Nas peças do 25J de 2015, 17ª edição divulgadas pela Bami-delê, os textos reforçam o lugar de pertencimento as identidades de mulher negra e paraibana. “*Junte-se a outras negras paraibanas*”, O texto enfatiza a importância de aliança a partir da identidade e experiência de serem negras paraibanas.

Nesta edição, a Bamidelê utilizou imagens de mulheres negras importantes na reivindicação dos valores civilizatórios africanos, das religiões de matriz africana e da luta de enfrentamento ao racismo no Brasil, como: a escritora Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Tereza de Benguela e Clementina Maria de Jesus.

**Figura 3** - Card de divulgação do 1º Encontro de Mulheres Negras da Paraíba, 2015



Fonte: Facebook Bamidelê

Apresentar as imagens das lideranças negras é tática importante para constituir auto-referenciais positivos das mulheres negras. Além de marcar a importância política dessas mulheres que tem suas trajetórias invisibilizadas na história oficial do país. Outro aspecto importante é que esta percepção positiva a presença de imagens das mulheres negras nos discursos de comunicação e promove a interação das mulheres negras com atrizes da sua história.

Sobre Tereza de Benguela, líder quilombola que viveu no Mato Grosso, durante o século XVIII. Ela se tornou a rainha do quilombo, e, sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas, sobrevivendo até 1770, quando o quilombo foi destruído, e ela foi aprisionada e morta. A história de Tereza de Benguela aciona o lugar de referência dos mitos das guerreiras africanas.

Já Clementina Maria de Jesus nasceu na periferia de Valença, no estado do Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1901. Mudou-se para a capital aos oito anos, e sempre aprendeu com sua mãe as rezas jeje nagô e cantos em dialetos africanos. Casou-se e foi morar na Mangueira. Trabalhou como doméstica durante 20 anos até ser descoberta como cantora. A trajetória de Clementina Maria de Jesus aciona a importância da história e da preservação da cultura africana e da diáspora. Assim como, reafirma que as mulheres negras utilizam as variadas linguagens para fazer luta em nome do seu povo.

A escritora Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, interior de Minas Gerais, no dia 14 de março de 1949 e na adolescência se mudou para São Paulo e começou a trabalhar como doméstica. Desempregada foi morar na favela do Canidê, onde começou a catar papel. Em 1955, começou a escrever seu diário, que mais tarde se tornou uma das obras mais importantes da literatura brasileira, o Quarto de Despejo. A história de Carolina Maria de Jesus dialoga com as mulheres negras e com o cotidiano do desemprego e da miséria, e mesmo diante de tanta opressão refletia sobre sua vida e sobre os seus, registrava e resistia. Trazer sua imagem é acionar e ressignificar a imagem das mulheres negras, moradoras das periferias, catadoras de material reciclável, geralmente vista na total inexistência e sem nenhuma função criativa e intelectual.

Já Lélia Gonzalez, nasceu em Minas Gerais, era a caçula de 13 irmãos. Tornou-se militante da luta contra o racismo quando esteve na fundação do MNU. É uma intelectual fundamental para pensar o legado da colonização e as estruturas de poder em toda América Latina, se destacando pela formulação de conceitos importantes, como o da amefricanidade. A presença de Lélia Gonzalez no card reforça o lugar das mulheres negras que conseguiram enfrentar as desigualdades e romper com o lugar de subalternização destinado as para este grupo. Sua representação também reafirma a importância da incorporação da militância para as mulheres negras.

A história de Beatriz Nascimento, única referência nordestina apresentada no card, aponta a realidade cruel em que estão submersas as mulheres negras. Beatriz nasceu em Aracaju (SE), em 12 de julho de 1942. Ainda criança mudou-se para o Rio de Janeiro, onde anos depois se tornou professora, roteirista, poeta, militante do movimento negro e pesquisadora dos conceitos de quilombos às favelas modernas. Em 1995, enquanto cursava o mestrado em comunicação social se tornou rede de apoio de uma mulher que sofria com a violência do companheiro, ela foi vítima de feminicídio, com cinco tiros. O agressor acreditava que ela era uma má influência para a esposa. Beatriz nos lembra que o risco do feminicídio está presente na vida das mulheres negras independente dos lugares que ocupe. Nascimento também produziu o filme *Ori* no final da década de 80 para 90.

Apresentar a história que vêm por trás de cada imagem usada nos cards nos mostra quais são as narrativas que as mesmas são capazes de acionar para contribuir com o fortalecimento dos imaginários auto-referenciados e ressignificados. Perceber as variações de identidades das mulheres negras contribui com o enfrentamento determinado pelo imaginário nacional.

Nos cards publicados pelo Instituto Odara, para 3ª edição, do *Julho das Pretas*, em 2015, com a programação das mesas, identificamos uma preocupação em trazer o debate sobre participação política no impacto da vida das mulheres negras baianas. Na mesa “Mulheres Negras um diálogo possível: a Violência e Pelo Bem Viver” uma composição que uniu a deputada federal Tia Eron, a vice-prefeita de Salvador, Célia Sacramento, a Secretária Municipal da Reparação, Ivete Sacramento, a ex-vereadora de Salvador, Valquiria Barbosa e Creuza Oliveira, presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD). São mulheres negras inseridas no ambiente público na condição de protagonistas de narrativas que expressam seus lugares atravessados pelo racismo e o sexismo, que definirá sua experiência de ser mulher negra e seus pontos de vista.



Há um outro material dessa edição que teve como tema da mesa: “*Estratégias e Desafios*”, com foco em pensar a participação política das mulheres negras entre militantes e acadêmicas e a participação da Yalorixá Raidalva Santos, do Ilê Axé Oyá Tolá, terreiro situado me Passagem dos Teixeiras (BA). A presença da Yalorixá nos remete a pensar poder de outro lugar. O poder alicerçado nas epistemologias não ocidentais, onde o prestígio político das yalorixás em seus terreiros os torna espaços de resistência negra. É presença que simboliza uma perspectiva matrilinear características da cultura africana, ressignificadas nas religiões de matriz afro-brasileira.

Já o card com depoimento Vilma Reis, exibido abaixo, faz uma chamada sobre a importância de ocupar os espaços de poder sem abandonar as marcas que foram deixadas pela história, escravização e subalternização.

**Figura 4** - Card com depoimento de Vilma Reis<sup>7</sup>, Julho das Pretas, 2015



Fonte: Facebook ([www.facebook.com/odarainstitutoDamulhernegra](http://www.facebook.com/odarainstitutoDamulhernegra))

O texto reforça o papel político e histórico das mulheres negras na Bahia e suas ligações com as energias ancestrais das águas.

7 Vilma Reis, ativista negra, foi coordenadora do Ceafro\Ceao\Ufba e Ouvidora da Defensoria Pública da Bahia (DPE).

Uma ligação profunda que Vilma Reis destaca acima, como “Bahia das Pretas”, um território hostilizado e enegrecido, marcado pela presença das mulheres negras.

Nos aspectos visuais das peças divulgadas pelas organizações em 2015 percebemos um foco maior da imagem da mulher negra em destaque na logomarca. A Bamidelê destacou os traços das expressões negras como os lábios grandes e cabelo black.

**Figura 5** - Identidade visual da edição de 2015 do 25 de Julho



Fonte: Facebook Bamidelê

**Figura 6** - Identidade visual do Julho das Pretas, 2015



Fonte: Facebook Instituto Odara

Verificamos que a identidade visual trabalhadas pelas duas organizações em 2014 e 2015 mesmo apresentando apenas a imagem de uma única mulher negra conseguiu traduzir simbologias baseada na história e identificação coletiva das mulheres negras, o que possibilita uma maior sensibilização em torno das narrativas que desejam produzir nas suas ações no mês de julho.

Percebe-se que existe uma marcação de unidade entre as comunicações das duas organizações porque as duas se uniram em torno de um objetivo comum, que foi o da *Marcha das Mulheres Ne-*

*gras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver*<sup>8</sup>, realizada no dia 18 de novembro de 2015, em Brasília e que são produzidas tomando como referência os valores de pertencimento da história, do resgate de memória e da experiência cultural das mulheres negras.

### **Considerações finais**

A atuação das organizações de mulheres negras cumpre um importante papel para posicionar politicamente os lugares, as falas e as ações destas sujeitas negras. Estamos falando de produções guiadas por uma concepção ancestral africana que orienta Bamidelê e o Instituto Odara e foram construídas para potencializar as narrativas de pertencimento no processo de articulação e construção da *Marcha das Mulheres Negras (2015)* nas ações desenvolvidas em torno do 25 de Julho nos anos de 2014 e 2015.

A produção discursiva das organizações ressignificaram, no processo de construção da *Marcha das Mulheres Negras (2015)*, na região Nordeste, as experiências do gênero e dos imaginários sobre as mulheres negras. Aquele foi momento importante para a mobilização política e que mostrou a diversidade do ser mulher negra no país. Lá a visibilidade apresentou mulheres negras marcadas pelos seus diferentes pertencimentos: regional, ancestral, cultural, político e de orientação sexual, foi momento de ser livre com tudo que se carrega

---

8 A *Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver* realizada, no dia 18 de novembro de 2015, em Brasília reuniu mais de 100 mil mulheres negras das cinco regiões do Brasil e de ativistas da América Latina e do Caribe. A *Marcha* foi concebida nos debates da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), em 2011, a partir da proposta de Nilma Bentes, do CEDENPA e acolhida pelas organizações de mulheres negras, principalmente, da região Nordeste do Brasil. O ano de 2015 era um momento conjuntural importante. As organizações de mulheres negras tiveram a posição de atuar diante de uma conjuntura de retrocessos, de golpe no país do impeachment presidencial. Foi momento de deslocamento da geopolítica a partir da sua ancestralidade para ir para outra dimensão política. A *Marcha* foi à única grande mobilização que aconteceu naquele ano no campo da ação política dos movimentos sociais como um alerta para os gestores públicos brasileiros que o modelo civilizatório vigente capitalista e racista estava esgotado, que provou seu fracasso. Naquele momento as mulheres negras apresentaram a sociedade brasileira uma nova utopia, o bem viver.

do trânsito do “lá e do cá”, da escravização que atravessou o Atlântico até a constituição da diáspora negra.

A resignificação das experiências é realizada a partir do uso das perspectivas das organizações com base na história viva do feminismo negro e da experiência negro-africana, que orienta a estruturação e identidade das organizações e também mobiliza elementos históricos para resignificar e valorizar as memórias coletivas que aproximam e positivam estes grupos dos referenciais ancestrais africanos e diaspóricos.

A partir das suas ações de comunicação as organizações disputam e reafirmam as marcas produzidas sob a cosmovisão das mulheres negras, como as datas simbólicas, ações de enfrentamento a conjuntura política e a criação de novos marcos políticos.

Ou seja, as ações de comunicação desenvolvidas pelas organizações de mulheres negras atuam como ferramentas táticas para a mudança de pensamento e de implosão e explosão de imaginários, que é feita tendo por objetivo a comunicação que vá produzir mudanças nos processos subjetivos individuais e coletivos. Esse fazer é fundamental na disputa por novas narrativas sobre as mulheres negras da região Nordeste no imaginário social, esta perspectiva estrutura as ações das organizações pesquisadas para potencializar as mulheres negras como protagonistas políticas. As organizações são os meios de comunicação que atuam com o autoreferenciamento para reafirmar que as mulheres negras têm história e que seus passos vêm de longe.

De acordo com Sebastião (2007), as organizações de mulheres negras têm papel fundamental na construção de memórias positivas sobre o grupo.

[...] as organizações de mulheres negras estão ocupando uma nova função: a de novas guardiãs da produção discursiva da memória sobre o grupo na medida em que produzem, registram, difundem, arquivam e lutam pela resignificação

da história da mulher negra e da sua respectiva representação (SEBASTIAO, 2007, p. 22).

As novas memórias e a ressignificação das memórias do passado vão contribuir com a superação dos resquícios deixados pela escravização. Com isso, a autora afirma que as práticas comunicativas das organizações de mulheres negras, operadas no resgate e posituação da história dos (as) africanos (as), vai produzir o que ela vai chamar de memória ressignificada das mulheres negras. “Por conseguinte, podemos concluir que o feminismo negro é uma categoria determinante na produção discursiva da memória coletiva e ressignificada e a sua prática é efeito das lutas por hegemonia no campo discursivo” (SEBASTIÃO, 2007, p. 111).

Atravessadas pela interseccionalidade identificamos que as organizações têm trabalhado nas peças de comunicação suas perspectivas políticas. Essa produção tem refletido a afirmação de Lélia Gonzalez (1983) de que mesmo com todas as opressões as mulheres negras ainda sim conseguem desafiar a sociedade a partir dos seus incômodos e negar tudo que tem sido produzido no campo do racismo ao apontar novas abordagens e formas de olhar. Pensar as mulheres negras dos diferentes lugares é uma forte expressão dessa capacidade das mulheres negras.

Pensar nas mulheres negras fora do limite hegemônico perpassa por trabalhar com imagens e perfis diversos reproduzidos refletidos no abebê de Oxum. O rompimento com o limite hegemônico demonstra que as organizações têm papel tático na constituição de mundo a partir dessa contra-hegemonia. Ou seja, as organizações são formações onde está se disputando um mundo cultural.

## Referências

BISPO, S. S. **Feminismos em debate**: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 - 1997), 2011, 198 f. Dissertação (Mestrado em em Estudos Interdisciplinares

sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2011.

CARDOSO, C. P. **Outras Falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras, 2012, 383 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CRENSHA, W. K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos Feministas**, v. 10, n. 01, p. 171-188, 1º sem., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.

GOES, E. Interseccionalidade no Brasil, revisitando as que vieram antes. **Blogueiras Negras**, Out. 2019. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/interseccionalidade-no-brasil-revisitando-as-que-vieram-antes/>. Acesso em: 30 out. 2019.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

GONZALEZ, L. Por um feminismo Afrolatinoamericano. In: **Isis Internacional & Mudar**. Mujeres Por Um Desarrollo Alternativo. Mujeres. Crisis y movimiento. America Latina y El Caribe, Isis Internacional, Santiago de Chile, 1988b.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

WERNECK, J P. **O Samba Segundo as Ialodês**: mulheres negras e a cultura midiática. Rio de Janeiro, 2007, 318 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LEITE, Naiara. **Negras Comunicações**: as narrativas do Odara e da Bamidelê para produção de imaginários auto-referenciados. Cachoeira, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

# Mulheres negras e a política – Uma história de exclusões a ser superada

*Daiane Dória dos Santos  
Lilian Reichert Coelho*

## Introdução

A política institucional é, seguramente, um espaço de poder que tem sido interdito a determinados sujeitos. Numa análise sobre a participação das mulheres negras na política brasileira, nota-se a falta de diversidade no que diz respeito a questões de gênero e étnico/raciais. Em um país em que mais da metade da população autodeclara-se negra (Censo 2010) e apresenta números semelhantes para a quantidade de eleitoras mulheres, chama a atenção sua ausência nas bancadas no Congresso Nacional, nas mesas do poder Executivo e Assembleias Legislativas dos estados.

Esse cenário de exclusão também é perceptível na Bahia, estado com maior população negra do país. Com caminhos mais longos a percorrer e atrasadas por diversos obstáculos impostos, as mulheres negras têm encontrado dificuldades para ocupar cargos de mandatos eletivos. A primeira vez que uma mulher autodeclarada negra se elegeu como deputada estadual foi em 1990, 58 anos após a conquista do voto feminino no país. Reeleita no pleito seguinte, ocupou uma das cadeiras da Assembleia Legislativa da Bahia por mais quatro anos. Apenas nas eleições de 2018, a segunda mulher negra conseguiu ocupar este lugar novamente, com a vitória de Olívia Santana.

Ao propor o debate sobre a participação das mulheres negras na política institucional, consideramos noções como participação política (MIGUEL; BIROLI, 2010; 2014), identidade (HALL, 2000; SILVA, 2009), interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2018),

lugar de fala (RIBEIRO, 2016; 2017), pois permitem compreender como as desigualdades se constroem e se sustentam.

A fim de abordar o que subjaz à condição subalternizada da mulher negra brasileira na política institucional, propusemos a seguinte organização: inicialmente, apresentamos as diversas frentes de luta das mulheres negras, a partir das noções de dominação, o outro do outro e interseccionalidade. Em seguida, a partir da trajetória de Olívia Santana e sua eleição para deputada estadual da Bahia em 2018, argumentamos que as mulheres negras desafiam o poder hegemônico, buscando o espaço da política institucional para lutar pelas pautas da população negra.

### **História de opressão e lutas**

A formação da população negra brasileira foi violenta desde o início. Sua diversidade constitutiva foi solapada pela homogeneização: eram apenas negros e, para o poder hegemônico, negros eram mercadorias, seres inferiores. Na construção das relações sociais, o dispositivo da raça foi fundamental, conforme analisa Quijano (2005, p. 38),

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de conferir legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. [...] Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominados e dominantes, demonstrando ser desde então o instrumento mais eficaz e duradouro de dominação social universal. Dele passou a depender até outro instrumento, igualmente universal, porém bem mais antigo, o inter-sexual ou de gênero: os povos dominados e conquistados foram situados numa posição natural de inferioridade, o mesmo ocorrendo com as características fenotípicas, assim como com suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, a raça transformou-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nas camadas, lugares e papéis da



estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, raça passou a ser a classificação social universal da população do mundo.

Isso considerado, torna-se fundamental identificar onde as mulheres negras estão localizadas numa sociedade de vestígios coloniais herdados de dispositivos de racialidades (Cf. CARNEIRO, 2005) construídos e repetidos à exaustão para manter e reforçar os lugares e as hierarquias sociais.

Este texto é orientado por conceitos e argumentos defendidos pelos Estudos Culturais (Cf. WOODWARD, 2009; HALL, 2000) na busca pelo entendimento das relações de poder que permeiam os imbricamentos entre identidade e diferença e como determinados grupos sociais, notadamente as mulheres negras, foram e seguem sendo marginalizadas no Brasil.

Para ambas as marcações identitárias, ser mulher e ser negra, é possível reconhecer lugares de opressão e marginalização social. Isso ocorre pela permanência de relações de poder que impõem lugares sociais privilegiados para aqueles posicionados como dominantes em termos de gênero, raça e classe. Mas não apenas isso: uma das estratégias do discurso colonial que se reproduz no presente diz respeito à divisão sexual do trabalho, mecanismo eficiente na inferiorização da mulher negra: "[...] na subalternização característica das ideologias racistas – as mulheres negras realizariam o trabalho remunerado de limpeza porque essa ocupação está de acordo com suas habilidades enquanto mulheres negras (BIROLI, 2018, p. 42-43).

Identities estão intimamente relacionadas a questões de ordem social, material e simbólica que resultam na definição de quem será excluído e silenciado em função das marcações identitárias. Do ponto de vista dominante, “eles” são aqueles que não se identificam como eu (dominante) sou. Logo, devem ser marginalizados. Woodward (2009) menciona como as oposições binárias são fundamentais para a manutenção do controle social. Ou seja, ao opor negros

e brancos, por exemplo, ficam estabelecidas relações de poder que, para a manutenção da hegemonia branca, relegam os negros à condição de “forasteiros”, de “estranhos”.

Apesar de muito se ter avançado no entendimento sobre as multiplicidades identitárias, posicionamentos essencialistas seguem contribuindo para a permanência da ideia de identidade como conceito fixo e imutável, que favorece o binarismo e uma ideia questionável de autenticidade favoráveis à manutenção de relações de poder que legitimam desigualdades, opressões e classificações (Cf. SILVA, 2009, p. 82).

Ribeiro (2017), a partir de Beauvoir, aponta a constante condição de dominação dos homens em relação às mulheres. No patriarcalismo hegemônico preponderante nas sociedades ocidentais, os homens são tomados como referenciais na construção social do outro que é a mulher. Muito do que foi pontuado pelas teóricas feministas é referendado pelos Estudos Culturais ao tratarem da questão identitária. Williams (1979) pontuou como as relações assimétricas são fundamentais no processo de sustentação da hegemonia.

O conceito de “o outro do outro”, formulado por Grada Kilomba e citado por Ribeiro (2017), aponta os perigos do conceito universalizante de mulher sinalizado por Beauvoir ao deixar de pensar e promover debates acerca de outras formas de opressão relacionadas à raça, classe, orientação e identificação sexual e afetiva. “Kilomba, além de aprofundar a análise, engloba a mulher negra em seu comparativo colocando que, nesse esquema, a mulher negra só pode ser o Outro e nunca si mesma” (RIBEIRO, 2017, p. 41).

Mesmo subordinada, a mulher branca, em algumas circunstâncias, pode ser considerada sujeito. Se observarmos a pirâmide social de privilégios, ela está em condição de dominação sobre os homens negros, em alguns momentos, e sempre sobre a mulher negra. Nem brancas e nem homens, como aponta Ribeiro (2017). As mulheres negras são, assim, sujeitos atravessados por múltiplas identidades que as tornam ainda mais subalternizadas e oprimidas socialmente.

Por isso, é necessário compreender como as opressões são capazes de se sobreporem sem hierarquias, em formas interseccionalizadas.

Estabelecer a formulação do conceito de interseccionalidade foi uma tentativa de Crenshaw para fazer ver as múltiplas sobreposições de opressões vividas pelas mulheres negras em sociedades hegemonicamente dominadas por branquitude e patriarcalismo, "criando desigualdades básicas" (Cf. AKOTIRENE, 2018, p. 68).

Outras teóricas que partilham o pensamento feminista negro também defendem a compreensão da interseccionalidade como sistema de opressões que se entrecruzam e afirmam que deve ser o ponto de partida para o entendimento do lugar social ainda hoje destinado às mulheres negras. Ao universalizar o ser mulher para as pautas feministas, ocorre um esvaziamento por vezes intencional, por vezes estrutural, de deslocar a raça dos centros de discussão.

"A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão de estruturas e fluxos modernos (AKOTIRENE, 2018, p. 58)". Tão vulneráveis que, para elas, avanços e conquistas feministas chegaram e permaneceram acessíveis de forma desigual e com questionável atraso.

Os abismos entre as realidades de mulheres negras e brancas se desenha desde as diferenças vividas pelas senhoras que ocupavam as casas grandes e as mulheres negras escravizadas que viviam nas senzalas. No contexto estadunidense, Davis (2016) reforça esta questão ao pontuar o quanto a vida nas senzalas e as atividades domésticas realizadas por negros e negras em suas vidas privadas os/as colocavam em condições de igualdade:

Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade

em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência (DAVIS, 2016, p. 35-36).

Apesar de muitas mulheres brancas serem aliadas na luta pelo fim da escravidão e de ambas, negras ou não, enfrentarem desafios semelhantes no que diz respeito ao enfrentamento das questões de gênero, as distinções sempre existiram. Por isso, suas pautas de reivindicação, mesmo que ainda não organizadas e subentendidas em suas ações diárias de resistências, tinham de ser também diferentes.

Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiram compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupro – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas (DAVIS, 2016, p. 39).

As disparidades de condições entre mulheres negras e brancas revelam-se como cruel consequência de pensar identidades a partir de relações binárias. Afinal, se a identidade feminina está reduzida à ideia biológica e universal de mulher, muitas opressões são silenciadas, como aquelas enfrentadas pela mulher negra e por outras que, muitas vezes, nem mesmo são reconhecidas como tal, como é o caso das mulheres trans. O “tornar-se” defendido por Hall (2000) não é considerado e outras formas de poder além da dominação masculina são postas em prática.

O não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva a legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo (RIBEIRO, 2017, p. 53).

Ao chamar atenção para a condição da mulher negra em relação à mulher branca e aos homens brancos e negros, Kilomba - as-

sim como outras teóricas do feminismo negro como Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins, também citadas por Ribeiro (2017) - trilha um caminho alternativo em relação ao que defendem Woodward (2009) e Hall (2000) sobre a fluidez das identidades e das possibilidades de identificação com múltiplas identidades, assinalando a possibilidade de inscrições subjetivas não previstas pelas imposições sociais.

Nesse sentido, é preciso, antes de tudo, assumir que as mulheres negras brasileiras lograram, apesar das interdições, opressões e do forte sistema da coloniedade (Cf. QUIJANO, 2005), inscrever-se como sujeitos sociais de múltiplas identidades, construídas, reinventadas, transformadas e fluidas.

Isso comprova a necessidade de se repensar constantemente o que é ser mulher. Afinal, ao compreender a possibilidade de fluidez e de existências de múltiplas identidades coexistindo em um mesmo indivíduo, entende-se a urgência de refletir sobre uma infinidade de possibilidades capazes de emergir no debate. Tudo isso tem potencialidade para ampliar as pautas de reivindicação da luta das mulheres por garantia de direitos e a necessidade de encarar as contradições e relações de poder dentro mesmo dos movimentos de mulheres.

É possível ser mulher e ser contra ou a favor do aborto, é possível ser mulher cisgênero, transexual ou lésbica. Mulheres podem se identificar como brancas ou negras. Elas podem se adequar ou não aos padrões de beleza estabelecidos pela sociedade. Podem ser mulheres e optarem ou não por ocuparem os tradicionais papéis sociais de mães e esposas. Podem posicionar suas marcações identitárias a partir de suas profissões. Elas podem se identificar como mulheres e serem ainda marcadas por várias outras identidades.

O movimento feminista "oficial" é estudado a partir do que se chama de três grandes ondas. A primeira está relacionada às lutas pelo direito ao voto. A segunda surge na década de 1970, período em que o Brasil vivia a ditadura militar, e estava diretamente ligada

aos movimentos que garantiam à mulher o direito a trabalhar fora de casa. Apenas nos anos 1990, no que se convencionou chamar de terceira onda do feminismo, passou a constar da pauta o combate ao conceito universalizado do que é ser mulher, abrindo espaço para as múltiplas identidades e, por consequência, as diferentes formas de opressão.

A universalização da categoria “mulheres” tendo em vista a representação política foi feita tendo como base a mulher branca de classe média – trabalhar fora sem a autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras ou pobres. Além disso, essa onda propõe a desconstrução das teorias feministas e das representações que pensam a categoria de gênero de modo binário, ou seja, masculino/feminino (RIBEIRO, 2018, p. 45-46).

A própria história dos movimentos feministas por direitos aponta para a necessidade de enxergar o lugar da mulher negra na sociedade. Com um olhar histórico mais apurado, é possível perceber que foram elas a encabeçar os movimentos por igualdade e garantias de direitos.

As mulheres negras nunca precisaram lutar pelo trabalho além das funções domésticas de cuidar do lar e dos filhos. Elas já o faziam, de modo compulsório, inclusive, nas plantações e engenhos, desde o período da escravidão. Suas reivindicações eram outras e com nível de urgência maior. As mulheres negras ainda escravizadas lutavam, por exemplo, pelo direito de criar seus filhos, pelo direito à liberdade e, sobretudo, pelo direito à vida.

[...] permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitati-

va que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2011, p.01).

A escravidão deixou marcas profundas na história das mulheres negras e as consequências são carregadas por todas. Tais marcas estão relacionadas à autoestima, à classe social, aos postos ocupados no mercado de trabalho, aos níveis de escolaridade, à posição que ocupam nas relações interpessoais e também na participação e ocupação de cargos políticos.

### **Ocupar espaços de poder**

395 anos é a distância temporal que separa a primeira eleição realizada no Brasil e o primeiro voto feminino no país. Em 25 de outubro de 1927, as primeiras mulheres brasileiras tiveram garantido o seu direito ao voto no estado do Rio Grande do Norte. Mas, foi apenas em 1932, durante o governo do então presidente Getúlio Vargas e pela atuação das lutas dos movimentos sufragistas, que o voto feminino tornou-se um direito garantido por lei em todo o país.

A conquista do voto era percebida por essas mulheres como um meio para atingir outros fins e não como um fim em si. Nesse sentido, o movimento sufragista brasileiro fez parte de um interesse específico das mulheres que, como um grupo organizado, tinham uma demanda em especial: o reconhecimento da sua cidadania através do direito de votar e serem votadas (KARAWAJCZYK, 2019, s/p).

No ano seguinte, em 1933, Carlota Pereira de Queiroz é eleita a primeira mulher deputada federal no Brasil e em 1934, a Bahia elege sua primeira deputada estadual, Maria Luiza Bittencourt. A passos lentos, as mulheres começavam a escrever as suas histórias na política brasileira. Mas sempre de maneira bastante desigual em relação aos homens.

Apenas em 1988, após a redemocratização do país e a promulgação da nova Constituição Federal, as mulheres garantem igualdade

de de direitos em relação aos homens. Em 2010, é eleita Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil, reeleita nas eleições seguintes, porém, tendo seu mandato interrompido em agosto de 2016.

Apesar de garantidos os direitos ao voto e à participação política mais atuante através das candidaturas femininas, ainda são muito baixos os números de mulheres nas esferas de poder político em todo o mundo, sobretudo, no Brasil. De acordo com Paiva (2008), o país ocupava a 104<sup>a</sup> posição no mundo em representação feminina, ficando atrás apenas do Haiti e da Guatemala na América Latina.

O que acontece é que as lutas das mulheres, ainda, valem mais no papel do que na prática, têm um valor mais formal do que efetivo. É uma conquista em estado bruto, pois ainda é comum a “naturalização” da divisão sexual nos papéis sociais como se a opressão e a desigualdade fossem inerentes ao ser mulher e não à construção social (TIENE, 2005, p. 69).

Tal situação é reforçada por Miguel e Biroli (2014), ao citarem dados da Inter-Parliamentary Union sobre a participação feminina na política, em que o Brasil figura entre os piores colocados do mundo. “Desde que o acompanhamento começou a ser feito, em 1997, há uma tendência de ampliação da presença feminina nos parlamentos do mundo, mas em velocidade reduzida, com um aumento médio de meio ponto percentual por ano” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 94).

As mulheres estão menos presentes do que os homens nos espaços de tomada de decisão: elas possuem menos autoridade e exercem menos poder político. Essa situação de inferioridade está vinculada a muitas outras, como a posição das mulheres na família, sua situação no mercado de trabalho e parcela dos recursos econômicos que controlam (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 11).

Ocupar o lugar de sujeito em uma sociedade que sustenta o lugar de *outro* para as mulheres é mesmo um desafio. Espaços de poder e tomada de decisões como a política institucional foram, por muito tempo, de difícil ou impossível acesso para as mulheres. De-



cidir sobre o próprio futuro, escolher seus representantes através do voto ou, principalmente, ser representante de si e de outras pessoas não era coisa de mulher. Muito menos coisa de mulher negra.

Para as mulheres, a busca pela garantia de direitos sempre foi sinônimo de lutas e embates constantes contra um sistema que é hegemonicamente patriarcal, burguês e, sobretudo, racista. Sendo assim, e como já foi sustentado por teóricas do feminismo negro como Grada Kilomba, Djamilia Ribeiro e Sueli Carneiro, para as mulheres negras, os direitos são conquistados por meio de batalhas ainda mais duras.

O feminismo negro permitiu avançar na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades justamente ao exigir que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres não correspondesse a um silêncio sobre as mulheres que compartilha, com os homens que estão na base da pirâmide social, as desvantagens decorrentes de sua posição de raça e classe (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 9).

Elas estão em desvantagem, mas *o outro do outro* também quer ser sujeito político. Em um evidente movimento de resistência, as mulheres negras têm tentado encontrar brechas nas barreiras criadas pelo sistema político brasileiro para reforçar suas ausências nas tão disputadas cadeiras parlamentares do país. O que não é fácil, visto que as desigualdades oriundas desde o tempo da escravidão as mantém em posição desprivilegiada. Para muitas integrantes desse grupo social tão marcado por dificuldades, ainda é difícil até mesmo se enxergarem como sujeitos capazes de ocuparem tais espaços.

Ao proporem uma análise sobre as origens das ausências das mulheres na política, Miguel e Biroli (2014) destacam como as desigualdades enraizadas na sociedade brasileira afetam a inserção de sujeitos marginalizados nesse ambiente. Para os autores, há muito mais que meros estereótipos a estabelecer as mulheres como pessoas menos interessadas em política do que os homens. E questionam:

“Como, enfim, as desigualdades de gênero se realizam em conexões complexas com as de classe e de raça, compondo injustiças que obstruem a construção de sociedades mais democráticas e igualitárias?” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 13).

O questionamento dos autores citados permite um avanço na reflexão ao incluir a raça como pauta no debate. Se, para mulheres brancas, já é desafiador alcançar espaços na política institucional, qual seria a realidade das mulheres negras que ocupam posições de ainda mais “difícil reciprocidade”, como afirma Ribeiro (2017)?

Num país como o Brasil, em que o sistema político vigente é a democracia representativa, ou seja, onde os espaços onde são criadas e executadas as leis deveriam representar o corpo social do país, as discrepâncias ainda são alarmantes.

Os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar. Em suma, como disse Anne Phillips, não basta eliminar as barreiras formais à inclusão, concedendo acesso ao voto ou direitos iguais. É necessário incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, “empurrá-los” para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 94).

E elas estão, de fato, rompendo essa inércia estrutural. Entretanto, trata-se ainda de um caminho longo a percorrer. Na Bahia, por exemplo, estado brasileiro com maior população autodeclarada negra ou parda, 76,3%, a participação de mulheres negras em cargos eletivos ou na disputa deles ainda é mínima.

O cenário brasileiro é um exemplo de como os grupos sociais marginalizados ainda continuam pouco representados na esfera pública. Dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - de 2017 apontam que, no Brasil, os políticos são majoritariamente autodeclarados brancos. “[...] considerando-se as eleições de 2014, quando 53% da população se auto declara negra, apenas 25% dos

políticos eleitos em todo o território nacional eram autodeclarados negros" (IPEA, 2017).

Esses dados despertam reflexão. E o levantamento do IPEA choca ainda mais se o debate for ampliado para a intersecção entre raça e gênero. Dados obtidos por relatório produzido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2013 apontam que as mulheres negras ainda estão em condição marginalizada no que se refere à ocupação de cargos políticos.

De acordo com o Relatório Anual das Desigualdades Raciais 2007-2008 (PAIXÃO e CARVANO, 2008), pelo critério da heteroclassificação, 87% de deputadas e deputados federais eleitos em 2006 foram identificados como brancos(as) e apenas 9% como negros(as). Entre 513 membros da Câmara, havia somente uma mulher preta e duas pardas, correspondendo a 0,6% do total das pessoas eleitas, um número muito distante da proporção das mulheres negras na população brasileira naquele ano - 24,8% (SEPPPIR, 2013, p. 13).

Na Bahia, o cenário se repete. De acordo com o Censo 2010, o estado tem uma população de 14.016.906 habitantes. Destes, mais da metade são mulheres, 7.138.640. Com um eleitorado de 10.390.247 eleitores, a Bahia escolheu, em 2018, seus representantes para ocuparem os cargos executivos e legislativos nos níveis estadual e nacional. A quantidade de mulheres negras entre os eleitos, porém, ainda não consegue chegar perto de representar o corpo social do estado. Ausência que é histórica.

A primeira mulher negra a ocupar uma das cadeiras da Assembleia Legislativa da Bahia como deputada estadual foi a professora Maria José Rocha Lima, conhecida como Zezé, eleição que surgiu com atraso, 58 anos após o direito ao voto se tornar universal no Brasil. Zezé foi eleita em 1990 pelo partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, em 1994, foi reeleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

De último mandato de Zezé até as últimas eleições (2018), a Bahia viveu um hiato de representantes negras a ocupar a Assem-

bleia Legislativa como deputada estadual. Apenas em 2018, com a eleição da também professora Olívia Santana, pelo PCdoB, outra mulher negra voltou a sentar em uma das cadeiras da ALBA. Atualmente, das 63 vagas para deputados estaduais na Bahia, apenas 10 são ocupadas por mulheres e, dessas 10, uma única foi conquistada por uma mulher que é socialmente marcada como *o outro do outro*, Olívia Santana.

Ao trazer essas ausências para o debate, busca-se também problematizar como as pautas dessa parcela da população são consideradas pelos ocupantes dos cargos eletivos no país e como e se são pensadas as políticas públicas necessárias para transformar a realidade das mulheres negras, que são quase metade da população brasileira.

Trata-se de representatividade e também lugar de fala. Como já afirma Ribeiro (2017), as pessoas falam de localizações sociais distintas. Por mais que qualquer outro representante legitimamente eleito possa defender a causa das mulheres negras, não tiveram as mesmas vivências que elas para compreender as suas reais opressões e necessidades em termos de políticas públicas. “O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2017, p. 71).

Ribeiro (2017) não defende que as mulheres negras não possam ser representadas por outros grupos sociais. Ao contrário, o conceito de lugar de fala propõe, inclusive, uma quebra no pensamento hegemônico de quem goza de privilégios sociais e um chamamento à escuta ativa de vozes historicamente silenciadas. É o que hooks (2018) sugere ao analisar o comportamento das mulheres brancas e sugerir que repensem o que é negado mesmo dentro dos movimentos feministas.

Todas as mulheres brancas desta nação sabem que a branquitude é uma categoria privilegiada.

O fato de que mulheres brancas escolhem refrear ou negar esse conhecimento não significa que sejam ignorantes. Significa que estão em negação (HOOKS, 2018, p. 89).

O que é defendido por hooks não vai de encontro ao conceito de lugar de fala. Ao contrário, o reforça. E chama a atenção, sobretudo, a importância da representatividade e do reconhecimento de si mesmo como sujeito que pode ocupar quaisquer lugares sociais, inclusive, as capas de revistas, a televisão, as cadeiras de Câmaras, Assembleias Legislativas e Presidência da República.

[...] a participação política amplia a perspectiva do que se entende por movimento feminista, com escopo antipatriarcal, antirracista e crítico ao capitalismo, e a ampliação de espaços de poder do sistema político democrático por mulheres negras (COSTA *apud* PALMEIRA, 2017, p. 53).

É no contra-hegemônico (Cf. WILLIAMS, 1979) que atuam as mulheres que rompem os bloqueios a afastá-las de espaços decisórios e de poder como os cargos eletivos. E, ao chegarem lá e ocuparem esses espaços, seguem desarticulando as históricas estruturas de controle que afastam as mulheres negras no poder. É no contra-hegemônico que o emergente ganha forma. É como resistência que se subleva o contra-hegemônico, como se pode notar com a eleição de Olívia Santana.

Após três tentativas sem sucesso, nas eleições de 2002, 2010 e 2014, a professora Olívia Santana foi, enfim, eleita deputada estadual, em 2018, com 57.775 votos. Maria Olívia Santana é filha de empregada doméstica com um marceneiro. Graduada em Pedagogia pela UFBA – Universidade Federal da Bahia, sua participação política teve início ainda nos movimentos estudantis e negro. Foi secretária Municipal de Educação de Salvador, vereadora por dez anos, secretária Estadual de Políticas para Mulheres (SPM) e do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (Setre).

Performando múltiplas identidades e se reconhecendo como mulher negra, observa-se em Olívia Santana o sujeito subalterno de Spivak (2010). Historicamente sem espaço para a fala, as mulheres negras preenchem diversos requisitos para a subalternidade. E a negação às falas subalternas traz reflexos do passado no presente e em uma estratégia do dominador de exercer o controle social.

Ao ser eleita, Olívia Santana rompe barreiras, ocupa um espaço e ganha voz não apenas para si própria. Ela encontra as brechas de um sistema que a exclui e que, por se fundamentar na dominação masculina de caráter racista e de classe, não tem interesse em partilhar espaços com sujeitos subalternos.

Ao se transformar em representante política de milhares de baianas e baianos que comungam algumas de suas múltiplas identidades, Olívia Santana torna-se também espaço para a fala de outros. Mas não apenas isso. Ela movimenta estruturas historicamente firmes. Sua eleição representa que há uma voz que conhece, de fato, as opressões e as pautas da mulher negra na Assembleia Legislativa da Bahia e também é o contra-hegemônico operando e mostrando às mulheres negras de qualquer lugar do país que, por mais difícil que seja, se *o outro o outro* quer ser sujeito político, ele pode ser.

### **Considerações finais**

Compreender como foram desenhados os cenários de exclusão que colocam ainda hoje grupos sociais à margem dos centros de decisão de espaços de poder no Brasil é fundamental para entender como, após tanto tempo, tais desigualdades ainda se sustentam.

O fim da escravidão é recente no Brasil. Ainda somos marcados de forma cruel pelas heranças de um sistema de desumanizou negros e negras escravizados por centenas de anos. Ainda hoje, a cor da pele ou traços fenotípicos são motivos para definir quem fala, quem é ouvido, quem é sujeito e quem é invisibilizado por uma so-

cidade inteira. Não por acaso, as mulheres negras seguem como a base de uma pirâmide social injusta, perversa e que as exclui dos espaços que possibilitariam mudanças das estruturas que sustentam essas desigualdades.

Como tentamos evidenciar, a política institucional brasileira é dominada pela hegemonia branca e masculina. Historicamente, foi incutido no imaginário do povo brasileiro que política não era lugar de mulher, sobretudo mulheres negras. Mulheres brancas deveriam cuidar da casa, dos filhos e, talvez, de seus empregos. Enquanto às mulheres negras caberia apenas servir. A herança foi bem aceita por quem almejava sustentar os seus lugares sociais de poder.

O cenário que se desenhou na Assembleia Legislativa da Bahia nas eleições de 2018 são um reflexo disto. Apenas 10 mulheres entre os 63 deputados estaduais e, entre elas, apenas uma negra. Olívia Santana é *o outro do outro*, tendo alcançado espaços que também são de mulheres negras, de um grupo identitário marginalizado, mas que ainda tem muita luta a travar para ter voz e cadeira nos espaços de poder e tomadas de decisão. É o contra-hegemônico operando, mas ainda a passos lentos.

Os conceitos, teorias, experiências e dados apresentados até aqui revelam que os traços perversos do Brasil Colonial ainda seguem determinando os lugares sociais dos sujeitos negros no país. Sustentam ainda a hipótese de que, ao passarem pela intersecção de raça e gênero, esses sujeitos descem ainda alguns degraus numa pirâmide que permanece estática há séculos.

No entanto, revelam também a presença de um movimento em busca de transformação. Um movimento que acredita que através da ocupação de espaços de poder e uma postura distinta da assumida pelo dominador, a mulher negra ganha voz para si como indivíduo, mas, principalmente para o grupo que reconhece nela vínculos identitários. Talvez essa voz ainda não esteja sendo ouvida como deveria. Mas fala alto.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. *Caleidoscópio Convexo - Mulheres, política e mídia.* São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Portal Geledés*. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-> HYPERLINK "<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>" de-genero/ Acesso em 12 de julho de 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-comonc3a3o-ser-como-> HYPERLINK "<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-comonc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>" fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf. Acesso em 12 de julho de 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Trad. Liana Schneider. **Revista de Estudos Feministas**, UFSC, vol. 10, n. 1, Ano 11, 2002.1. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774> Acesso em 12 de julho de 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** 1ª ed. São Paulo. Boitempo, 2016.

IPEA, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/> Acesso em: 11 de julho de 2020.



HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1ª ed. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 2018.

KARAWAJCZYK, Mônica. **O voto feminino no Brasil**. Que República é essa? Publicado em 18 de março de 2019. Disponível em: <http://querepublica.eessa.an.gov.br/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil.html> Acesso em 12 de julho de 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. 1ª ed. São Paulo. Boitempo, 2014.

NEVES SILVA, Daniel. **História das Eleições no Brasil**. História do Mundo. Disponível em: <http://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/historia-das-eleicoes-no-brasil.htm> Acesso em 12 de julho de 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 35-95.

RIBEIRO, Djamilia. A categoria do Outro: O olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher. **Blog da Boitempo**. 07 de abr. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/07/categoria-do-outro-o-olhar-de-beauvoir-e-grada-kilomba-sobre-ser-mulher/> Acesso em 12 de julho de 2020.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PAIVA, Raquel. **Política:** palavra feminina. Rio de Janeiro. Mauad X, 2008.

PALMEIRA, Julieta (org). **Mulheres:** diversidade e direitos humanos. Salvador, 2017. 75p.

SEPPPIR, 2013. **A Participação de Mulheres Negras nos Espaços de Poder.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder/view> Acessado em 13 de julho de 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 9ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TIENE, Izalene. Comunicação, Cidadania e Controle Social na Gestão Pública. In: BREZZON, Lara Crivelaro (Org.). **Comunicação Política e Sociedade.** Campinas-SP, Alínea, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

# Mídias negras e mediações culturais - Técnicidades e institucionalidades na Afirmativa

*Jonas de Jesus Pinheiro  
Jussara Peixoto Maia*

## Introdução

As mídias negras no Brasil foram lançadas ainda no início do século XIX, produzidas por pessoas negras, com o foco sobre a vida da comunidade afro-brasileira e comprometidas com a luta por melhores condições para esta população. Na chamada imprensa negra, mesmo antes do fim da escravização de pessoas negras no país, foram publicados pasquins, boletins, jornais e revistas, com esse perfil e voltados às temáticas raciais. O laço histórico entre estas comunicações como parte de uma espécie de fio condutor para o que hoje são classificadas como mídias negras contemporâneas é o que esta pesquisa faz emergir. Do *Homem de Cor*, oficialmente o primeiro jornal da imprensa negra, às novas plataformas digitais, a materialidade da mídia negra aponta para um horizonte vasto de produções midiáticas com riqueza simbólica e discursiva, articuladas às principais disputas políticas e de poder presentes nas lutas de movimentos sociais, na história do Brasil.

Para a análise neste artigo propomos, a partir do arcabouço teórico dos estudos culturais latino-americanos, especificamente das teorias culturais de Jesus Martín-Barbero, entender a partir das mediações, e do que o autor chama de usos sociais dos meios, parte deste processo. O objetivo é compreender, em diálogo com o Mapa das Mediações (Figura 1), a historicidade da atuação das mídias negras, tomando como base empírica a Revista Afirmativa como mídia negra contemporânea, considerada no seu vínculo com a matriz da

imprensa negra. A Afirmativa é um veículo que funciona nos meios impresso e digital e surgiu em 2014, por iniciativa de estudantes de comunicação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com o objetivo inicial de trazer a história das políticas afirmativas, mas que logo se expandiu, trazendo em suas produções os diversos âmbitos de temáticas étnico-raciais e o combate ao racismo. Em sua origem a revista dialogou com a política pioneira da UFRB, por meio da criação da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), constituída com o objetivo de formular e executar políticas de democratização do ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior.

No âmbito teórico e conceitual, o Mapa das Mediações proposto por Jesus Martín-Barbero (1997) é convocado nesta pesquisa para compreender os processos culturais e políticos que são constitutivos no veículo analisado, de modo articulado às suas formas comunicacionais. O autor propõe a análise da comunicação a partir das mediações culturais, considerada como aquelas dimensões de onde provêm às construções que delimitam e configuram a materialidade social, afastando-se de uma concepção mais restrita às lógicas de produção. No livro *Dos Meios às Mediações* (1987) – comunicação, cultura e hegemonia, Martín-Barbero propôs, inicialmente, um mapa noturno, a partir das mediações da cotidianidade familiar, temporalidade social e competência cultural, para análise da produção televisiva, redesenhando conceitos básicos, para avançar “tateando” no escuro os fenômenos sociais da comunicação.

Com o mapa, Martín-Barbero se afasta de teorias predominantes no campo, no final do século passado, em duas correntes. Na perspectiva mais funcionalista, as análises se debruçavam sobre a operação dos meios de massa, se concentrando no modelo emissor, recepção, meio e mensagem, o que acabava por reduzir a comunicação ao estritamente tecnológico. Enquanto em outra abordagem, de origem marxista e vinculada à teoria crítica, os meios são observados

de maneira mais restrita à compreensão destes como aparatos de manipulação de uma classe social sobre outra. Deslocando-se dessas visadas, Martín-Barbero (1987) formulou referenciais teóricos e metodológicos que movem o olhar concentrado sobre as mídias no sentido da investigação da articulação destas com os seus usos sociais, a partir da cultura.

Um mapa que sirva para questionar as mesmas coisas - dominação, produção e trabalho - mas a partir do outro lado: as brechas, o consumo e o prazer. Um mapa que não sirva para a fuga, e sim para o reconhecimento da situação a partir das mediações e dos sujeitos (MARTÍN-BARBERO, 1987, p. 288).

Para o autor, a cotidianidade familiar aponta para o funcionamento de dispositivos fundamentais relacionados às *relações estreitas* e de *proximidade* que lhe são próprias, numa crítica à compreensão da televisão como mera manipulação ideológica. Martín-Barbero (1987) destaca, assim, que esta não é “apenas subproduto da pobreza e das artimanhas da ideologia, mas também espaço de algumas formas de relação primordial e de algumas vivências que não são menos fundamentais só por serem ambíguas”(p. 295). Por meio da temporalidade social, é observada a organização de um tempo repetitivo e fragmentado, empregado para inscrever, por meio da programação, o entrelaçamento entre o tempo do capital e o tempo do cotidiano. É “constituente da cotidianidade, é um tempo repetitivo, que começa e acaba para recomeçar, um tempo feito não de unidades contáveis, mas sim de fragmentos” (p. 295). E a competência cultural relaciona as vivências dos indivíduos e suas construções sociais, para além do consumo televisivo, por meio dos gêneros que operam como mediação central entre produção e consumo, entre os formatos e seus usos. “A partir deles, ela [a televisão] ativa a competência e a seu modo da conta das diferenças sociais que a atravessam” (p. 299).

No prefácio à 5ª edição espanhola do livro, o autor detalha os caminhos para aprofundar sua primeira proposição, desenhando outro mapa e apontando seu funcionamento. Como o próprio Martín-Barbero (2008) diz:

[...] transformações que atravessam os *mediadores socioculturais*, tanto em suas figuras institucionais e tradicionais – a escola, a família, a igreja, o bairro – como nos novos atores e movimentos sociais emergentes que, como as organizações ecológicas ou de direitos humanos, os movimentos étnicos ou de gênero, introduzem novos sentidos do social e novos *usos sociais* dos meios (p. 20).

A atuação das mídias negras no Brasil buscou ao longo dos diversos momentos históricos subverter as lógicas de produção da mídia hegemônica e da comunicação padrão, propondo novos *usos sociais* para os meios. No mapa, Martín-Barbero traz ao centro Comunicação, Cultura e Política, e propõe dois movimentos, um diacrônico entre as Matrizes

Culturais e os Formatos Industriais, e outro sincrônico entre Lógicas de Produção e Competências de Recepção. Todos estes polos dos circuitos, a depender dos movimentos, são mediados por processos diferentes. A *ritualidade* media a relação dos Formatos Industriais com as Competências da Recepção, e refere-se à interação entre tempos e espaços do cotidiano e tempo e espaços conformadores dos meios, articulando usos sociais e múltiplas trajetórias de leitura. Na *socialidade*, que media das Matrizes Culturais e as Competências da Recepção, “a comunicação se revela uma questão de fins – da constituição dos sentidos e da construção e desconstrução da sociedade” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 18). Como as mídias negras se propõem combater o racismo, esta mediação é fortemente mobilizada em suas produções. As *tecnicidades*, que se situam entre as Lógicas de Produção e os Formatos Industriais, nos põem diante de uma “fusão de cérebro informação que substitui a tradicional relação do corpo com a máquina” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.57). Já

a *institucionalidade*, entre as Matrizes Culturais e as Lógicas de Produção, para Martín-Barbero tem sido sempre uma mediação densa de “interesses e poderes contrapostos, que tem afetado, e continua afetando, especialmente a regulação dos discursos que partem do Estado” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 17). Enquanto, por parte dos cidadãos, maiorias e minorias atuam para serem reconhecidos e “re-constituir permanentemente o social” (p. 18).

Atentaremos-nos neste artigo à articulação entre as institucionalidades, operadas nos discursos de movimentos sociais de combate ao racismo, e as tecnicidades, que como enfatiza o autor, vão além de uma análise técnica e diz respeito à maneira como as tecnologias interferem no social e são utilizadas pelos corpos numa relação que não é direta, mas cíclica, o que Martín-Barbero chama de fusão de cérebro informação. Neste movimento analítico, outras partes do mapa são acionadas quando se destacam, considerando que o foco do presente artigo se volta para o modo contemporâneo das mídias negras constituírem operadores perceptivos que interpelam e constroem públicos, audiências e consumidores, de modo articulado à mobilização de discursos específicos dos movimentos negros.



Mapa das mediações Martín-Barbero (2008, p.16).

Mais recentemente o teórico vai complexificar mais ainda o pensamento tendo em vista o cenário de mudanças tecnológicas e vai propor um novo mapa, o das mutações culturais, que apesar de está presente nesta análise, ajuda a ampliar o olhar sobre a dimensão de transformação vinculada aos processos comunicacionais. Estamos entrando, de acordo com o autor, num momento em que as matrizes culturais da comunicação estão se tornando matrizes comunicativas da cultura. Assim, a imprensa negra pode ser entendida como matriz comunicativa do que é produzido hoje pelas mídias negras, por exemplo. Martín-Barbero (2009) acrescenta ao mapa das mutações novas mediações: tempo, espaço, migrações e fluxos. “Então as mediações passam a ser transformação do tempo e transformação do espaço a partir de dois grandes eixos, ou seja, migrações populacionais e fluxos de imagens” (MARTÍN-BARBERO, 2009, n.p). Neste cenário o autor aponta para dois processos que implicam nas transformações do lugar da cultura: a revitalização das *identidades* e a revolução das *tecnicidades*.

Os processos de globalização têm reavivado a questão das identidades culturais – étnicas, raciais, locais, regionais – a ponto de convertê-las em protagonistas de grande parte dos conflitos internacionais mais violentos e complexos dos últimos anos, ao mesmo tempo em que as identidades, incluindo as de gênero e idade, reconfiguram a força e o sentido dos laços sociais e as possibilidades de convivência no nacional e no local (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 23).

As identidades nas mídias negras sempre se constituíram como um aspecto central, de forma que o que acontece hoje não se trata de uma revitalização, porém o cerne desta análise é o que o autor chama de ‘revolução de tecnicidades’, que gera novas articulações e novas possibilidades para que as institucionalidades, que no mapa das mutações se configuram como identidades, ganhem visibilidade e protagonismo político. Outro ponto importante é pensar



o movimento de diacronia de um dos eixos do mapa, entre matrizes culturais e formatos industriais. As transformações pelas quais passam a imprensa negra e a “diluição” desta em novos formatos são importantes para entender os veículos de mídia negra contemporânea, neste caso a Revista Afirmativa.

### **Imprensa negra brasileira**

A história da diáspora negra no Brasil é marcada por uma série de resistências e enfrentamentos ao racismo e ao domínio europeu. Há uma história negligenciada que em dado nível invisibilizou as lutas dos povos negros do país, os reduzindo no “panteão” da historiografia à condição de escravos. Faz parte destes processos de luta o uso de meios de comunicação, com a operação de um vasto histórico de produções negras que visavam a subverter a lógica racista da sociedade brasileira, em seus diversos contextos. A, assim chamada, imprensa negra participa de maneira considerável da experiência histórica das populações negras. Estes veículos estiveram presentes ao longo das disputas políticas do Brasil, não permanecendo alheios ao que acontecia nos contextos nacionais e até mesmo internacionais.

O primeiro pesquisador a tirar os jornais negros do anonimato e trazer para o conhecimento acadêmico, dando status de documento histórico, foi o sociólogo francês Roger Bastide, em 1951. Merece destaque, também, a pesquisa de Miriam Ferrara (1985), que em seus trabalhos fez levantamento da existência de jornais negros paulistas e gaúchos do século XX. Mesmo sendo de conhecimento de pesquisadores a possível existência de publicações anteriores, o trabalho de Ana Flávia Magalhães Pinto (2006) é o primeiro a se debruçar sobre as produções da imprensa negra no século XIX. Até então, a maioria das pesquisas consideravam como marco da imprensa negra brasileira os jornais paulistas do início do século passado. Cabe salientar que a imprensa negra é uma experiência diversificada, pois

mesmo quando produzidos em contextos próximos e com relações entre si, os jornais não necessariamente estavam alinhados ou foram pensados como um movimento ordenado.

Estima-se que o primeiro jornal da imprensa negra no Brasil surge em 14 de setembro de 1833, na Tipografia Fluminense de Francisco de Paula Brito, com o pasquim *Homem de Côr*, que a partir de sua terceira edição passou a ser chamado *O Mulato ou o Homem de Côr*. O periódico lançou cinco edições e circulou entre setembro e novembro do mesmo ano, na capital do Império, à época, o Rio de Janeiro. No entanto, uma experiência embrionária anterior, na Bahia, merece destaque. Antes do que é considerado o surgimento oficial da Imprensa no Brasil, em 1808, em Salvador, no ano de 1798, pessoas negras utilizaram como catalisador para a Revolta dos Búzios<sup>9</sup>, boletins manuscritos que foram colados em locais estratégicos da cidade. Nos boletins sediciosos<sup>10</sup>, insurgentes em sua maioria negros reivindicavam a fundação da República Bahianense e convocavam os baianos a lutar contra a escravidão, exigindo o fim da discriminação social e racial. A ousadia de Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, João de Deus e Manuel Faustino resultou em suas mortes brutais, comandadas pela Coroa Portuguesa.

Do mesmo período do *Homem de Côr* (1833) e também no Rio de Janeiro, Ana Flávia Magalhães Pinto (2006) traz à luz os jornais: *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho* e *O Lafuente*. Estes jornais constituem esse primeiro momento da imprensa negra brasileira e circularam entre setembro e novembro de 1833. Apesar de não necessariamente estarem coordenados entre si, as publicações tinham

9 Ao movimento é também dado os nomes de Revolta dos Alfaiates ou Revolta das Argolinhas. Os nomes derivam das maneiras que os insurgentes utilizavam para se identificar e das características dos que participaram do levante. Eles utilizavam búzios em pulseiras e argolas para se reconhecerem entre si, sendo a denominação Alfaiate devido à função que muitos dos participantes exerciam.

10 Os boletins podem ser acessados no Projeto “Exposição Virtual do Arquivo Público da Bahia (APB)/Fundação Pedro Calmon (FPC)” disponível no site: <<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/arquivos/File/buzios/index.html#>>. Acesso em: 12 de ago. de 2019.

como mote principal a identificação com o ser afro-brasileiro e trazer em seus textos contestações do “preconceito de cor”. Um dos aspectos principais das publicações, e que vai ser uma tônica em toda história da imprensa e mídias negras, são as demarcações de identidade negra em seus títulos. Estes primeiros pasquins da imprensa negra eram produzidos por negros libertos e letrados, que questionavam o tratamento recebido pelo Império.

Na segunda metade do século XIX e em outros locais do país, estão presentes também outras experiências da imprensa negra (PINTO, 2006). Na província de Pernambuco surge *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, em 1876. Mais de uma década depois e em um Brasil com a escravização abolida, abre-se conseqüentemente um leque de possibilidades que permitem maior organização das populações negras, agora institucionalmente livres. O processo desencadeia, desta forma, o surgimento de mais duas publicações em São Paulo. Os jornais *A Pátria* (1889) e *O Progresso* (1899) possuíam ambos o mesmo subtítulo, “*Órgão dos homens de cor*”. É importante assinalar o fato destes órgãos de homens de cor produzirem seus próprios jornais, já que prenuncia uma fase posterior, no século XX, em que irão se multiplicar o número destas organizações e conseqüentemente de publicações da imprensa negra, relacionadas a institucionalidades que destacam os discursos voltados à defesa de melhores condições de vida para as pessoas negras. No Rio Grande do Sul, o jornal *O Exemplo* chegou às ruas de Porto Alegre em 11 de dezembro de 1892, e se classificava como literário, crítico e noticioso. A publicação é uma das experiências mais duradouras da imprensa negra e perdurou por 37 anos, com interrupções ao longo da história, encerrando suas edições somente no ano de 1930, devido à quebra da Bolsa de Nova York.

O início do século XX inaugura um período de maior politização das populações negras, recém-libertas e num país com novo sistema político. As publicações da imprensa negra neste período con-

centram-se em São Paulo e têm ligação direta com as Associações dos Homens de Cor e movimentos organizados. No entanto, existem vestígios de periódicos em outros estados da recém-proclamada República. Como aponta Simões Pires (2006), os trabalhadores negros passam a se organizar de forma similar aos clubes que eram formados por grupos, seguindo moldes das colônias estrangeiras, e produziam seus próprios jornais, naquele contexto mais urbano. Assim, é possível encontrar em São Paulo inúmeros jornais da imprensa negra como: *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1919; e *A Sentinela*, em 1920. Em Campinas, se destacam *O Baluarte*, em 1903, e *O Getulino*, em 1923.

Duas publicações deste período merecem destaque pela relevância e importância dentro das organizações negras. *O Clarim*, que posteriormente muda de nome para *O Clarim d'Alvorada*, foi publicado de 1924 a 1932, e é considerado um dos principais jornais da imprensa negra brasileira, chegando a manter relações diretas com publicações estadunidenses. Na década de 1930, o jornal *A Voz da Raça* (1933-1937), se constitui como porta-voz da Frente Negra Brasileira (FNB), até o penúltimo ano de existência da organização. Um dos maiores grupos de negros organizados do país possuía majoritariamente um viés integralista, vinculado ao movimento de extrema direita brasileiro, e em seu subtítulo o pasquim trazia a frase: 'Deus, Pátria, Raça e Família'. Apesar de um ponto em comum, a luta antirracista, percebe-se ao longo da história e, sobretudo neste momento, as diferentes tendências políticas assumidas dentro da imprensa e das organizações negras.

A ditadura varguista, entre os anos de 1937 e 1945, foi marcada por um período de repressão política, inviabilizando os movimentos de contestação de modo mais amplo. Assim, as publicações negras só voltam a figurar após o fim do período de repressão. Como no século XIX, os nomes dos jornais reivindicam em seus títulos uma

posição identitária de articulação política, se auto inscrevendo como espaço de afirmação cultural e simbólica. Um movimento que merece ênfase pela importância e foi responsável pela publicação do Jornal *O Quilombo* é o Teatro Experimental do Negro (TEN), liderado pelo escritor, poeta, dramaturgo, professor universitário e militante dos direitos dos negros, Abdias do Nascimento.

Em mais um período de repressão, o golpe militar de 1964 desarticulou o movimento negro, pondo suas lideranças praticamente na clandestinidade, como aconteceu com outros dirigentes de lutas políticas que estavam em curso no período. Depois de anos de repressão violenta, o processo de abertura política do Brasil possibilitou e foi possibilitado pela reorganização dos grupos políticos em geral, quando a imprensa negra volta a florescer. O maior destaque deste período é o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, do qual o jornal *A Abertura* (1978) chega a participar do processo de luta, junto com uma série de outras organizações negras. O MNU depois de constituído passa a produzir boletins informativos para divulgar as ideias políticas do movimento. É de um destes boletins que surge o *Jornal Nacional do MNU*, inicialmente com o título *Nêgo – Boletim do MNU-Bahia*, em 1981. A partir de 1987, o boletim passa a se chamar *Nêgo – Jornal do Movimento Negro Unificado*. Em 1989, por decisão do congresso do MNU o periódico passa a se chamar *Jornal do Movimento Negro Unificado*, abandonando a denominação *Nêgo*.

Na década de 1990, motivado pelas discussões que se estabeleceram no pós-Marcha Zumbi dos Palmares<sup>11</sup>, é lançado, em 1996, o Jornal *Ìrohìn*, editado por Edson Cardoso, até a última edição, publicada em agosto de 2009. Também de 1996, data a Revista *Raça Brasil* que foi lançada em setembro deste ano, fundada por Aroldo

11 A *Marcha Zumbi 300 anos, contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida* é um dos marcos do Movimento Negro Brasileiro e reuniu 30 mil pessoas em Brasília, em 1996, no aniversário de 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, denunciando o racismo e a ausência de políticas públicas para as populações negras.

Macedo, e já no seu primeiro número, indicou a linha editorial direcionada à exaltação e afirmação da “beleza negra”. A Revista é um dos poucos veículos do segmento da imprensa negra que conseguiu ter certa longevidade<sup>12</sup>, sendo publicada até os dias hoje, o que certamente tem relação com o fato da publicação dialogar com os formatos hegemônicos do mercado editorial.

O que fica perceptível neste breve histórico da imprensa negra brasileira é que este movimento da comunicação esteve presente em diferentes momentos do país, atrelado aos variados contextos históricos e com a reivindicação de mais direitos para as populações negras, operando, assim, na relação com movimentos sociais que constituíram institucionalidades dos movimentos negros. Apesar de ser um movimento diverso, e há riqueza neste fato, é possível perceber que, de maneiras variadas, o foco sempre foi a luta e o debate racial. Neste processo, o histórico da imprensa negra funciona como uma espécie de matriz cultural/comunicativa, que dá origem ao que pode ser classificado como mídias negras. Estas mídias são compreendidas neste artigo enquanto meios de comunicação, produzidos e gerenciados por pessoas negras, com ênfase neste marcador socio-cultural e que têm como intuito principal a luta contra o racismo em suas diversas instâncias sociais, políticas, econômicas e culturais.

A vasta produção da imprensa negra se transforma ao longo do tempo, criando uma tradição de escrita e de jornalismo negro. Com a criação de novos formatos e tecnologias, a revolução das tecnicidades, este movimento diluiu-se, como sugere José Antônio dos Santos (2011) em sua *Arqueologia dos Jornais Negros no Brasil*, nos novos meios de comunicação de massa. Opera neste processo o movimento diacrônico do Mapa das Mediações proposto por Martín-Barbero, de transformação dos formatos industriais, tendo como referência as matrizes culturais. Sendo assim, é possível encontrar uma produção

---

12 É comum nas mídias negras a identificação de dificuldades para manutenção dos projetos editoriais, o que por vezes culmina no fim destes veículos.

negra na comunicação com formatos e linguagens diferentes, desde o cinema negro de Zózimo Bubul na década de 1970<sup>13</sup> às novas blogueiras (os), youtubers e influenciadores digitais. Esta matriz comunicativa dá origem ao veículo contemporâneo analisado neste artigo, a *Revista Afirmativa*. Produzido por jovens, o veículo acrescenta à luta histórica dos movimentos negros e bebe na fonte dos seus antepassados.

### **Afirmativa e as tecnicidades**

A Revista Afirmativa foi criada em uma universidade pública brasileira por estudantes que relatam inicialmente um descontentamento com o que é produzido, ou deixado de produzir, nos meios de comunicação de massa mais consumidos no país, por conta do silenciamento acerca da experiência social do cotidiano das pessoas negras. Surge então com a missão de luta contra o racismo e com o intuito de criar novas referências para as populações negras. A utilização de meios de comunicação como ferramenta de enfrentamento ao racismo não é uma novidade, como comprova a trajetória de produção da imprensa negra, na relação com institucionalidades constituídas por organizações do movimento negro, uma vez que ao longo da história estes meios se utilizaram de códigos e valores simbólicos do jornalismo para denunciar as condições adversas em que viviam as populações negras no Brasil.

A Revista Afirmativa surge no interior da Bahia, na cidade de Cachoeira, distante 120 km da capital do estado, Salvador. A cidade,

---

13 Os debates acerca do cinema negro apontam para uma relação com o movimento do Cinema Novo, que na década de 1970 produz alguns filmes que tocam na temática racial. Um destes filmes é *Em Compasso da Espera* (1973), filme dirigido por Antunes Filho, e estrelado por Zózimo Bubul. No mesmo ano, Zózimo lança o curta *Alma no Olho* (1973), que vence prêmios nacionais e internacionais, sendo “tratado por ativistas e pesquisadores como pedra fundamental do cinema negro brasileiro” (CARIBÉ, 2017, p. 60). Outro destaque acerca do audiovisual citado por Pedro Caribé (2017) é a experiência na radiodifusão da TV da Gente, projeto liderado por Netinho de Paula, que, no entanto, não se consolidou, mas atuou entre 2005 e 2007.

majoritariamente negra, faz parte da região do Recôncavo e possui um histórico de resistência à escravização e protagonismo na luta pela Independência do Brasil na Bahia, no conhecido 02 de julho. A Afirmativa começa a ser pensada ainda no fim de 2013, e é efetivamente criada em janeiro de 2014 no Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A intenção, inicialmente, era produzir um periódico que dialogasse com os colegas estudantes da instituição, majoritariamente negros, uma ideia que acaba se ampliando, no decorrer da trajetória do veículo que se transforma abrindo escopo para outros públicos. A Afirmativa nasce como impresso, porém seus criadores já participavam naquele momento das mudanças pelas quais passavam as mídias, e desde seu lançamento a Revista passa a atuar também na internet, através de um site que inicialmente possuía a intenção de ser também um portal de notícias.

Foram lançadas no total três edições impressas, sendo a primeira edição disponibilizada também de forma digital, após o lançamento da versão impressa, em 19 de março de 2014, com tiragem de 4500 exemplares e apoio da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), da UFRB. A capa do primeiro número trouxe como manchete a matéria *Cotas na Pós-Graduação – uma nova universidade é possível*, e traz no geral um apanhado sobre o histórico de políticas afirmativas no Brasil. Apenas cinco meses depois, a segunda edição ficou pronta, sendo lançada em 04 de novembro de 2014, justamente na cidade em que foi criada, Cachoeira. Desta vez com uma visão mais ampla, nas palavras da própria equipe: “Extravasamos os muros. Política afirmativa se faz também fora da universidade” (AFIRMATIVA, n.2, p. 35). A reportagem de capa é sobre *Racismo Religioso* e os temas abordados são amplos, incluindo desde questões como negros no esporte, a luta pela terra travada pelos índios tupinambás, problemáticas em torno da revista vexatória e a estética negra. Por conta de dificuldades de financia-



mento, a terceira edição foi lançada após um hiato de 4 anos, quando os editores, agora já como jornalistas formados, perdem o vínculo com a universidade e buscam alternativas para manter a publicação e torná-la rentável.

A terceira edição da *Afirmativa* foi finalmente lançada, em 29 de novembro de 2018, em Salvador, com o apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, instituição independente sem fins lucrativos que atua no Brasil com a proposta de apoiar projetos e organizações que tenham como objetivo a defesa dos direitos humanos. No mesmo período, foi também lançado um site reformulado. Em maio de 2019, como marcação do vínculo com a cidade e com a UFRB, a terceira edição foi lançada na cidade de Cachoeira (BA), berço do veículo, no Centro de Artes, Humanidades e Letras, em um evento realizado em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB (PP-GCOM). Como parte da compreensão dos editores da potência das matrizes culturais que operam nas mídias negras e atuam nas universidades, o evento foi constituído com a presença do editor da *Irohin*, Edson Cardoso e da professora e pesquisadora, da Universidade de São Paulo, Rosane Borges. Atualmente, considerando a potência da internet, a produção do veículo se concentra na rede mundial, por meio de seu portal e nas redes sociais, como Instagram, Facebook e Twitter, trabalhando com os diversos formatos digitais, desde vídeos a hipertextos, e, mais recentemente, com a organização das cada vez mais populares *lives* (transmissão de vídeo ao vivo).

Ao longo das transformações históricas da imprensa negra, à medida que havia acesso a novas ferramentas para produções, as populações negras utilizavam formatos diversos para atingir seus objetivos na luta contra o racismo. Dessa maneira, o legado construído pela imprensa negra vai se fazer presente, seja como referência, uma espécie de matriz comunicativa na perspectiva de Martín-Barbero (2014), ou como resultado de entrelaçamentos de processos, nestes novos meios de se comunicar e de atuação na esfera social.

Assim sendo, a Afirmativa atua como impresso, apesar das longas pausas justificadas na falta de recursos, e nas mídias digitais, de forma que há um esforço desde o princípio em unir o formato tradicional com os novos tipos de formatos.

Esta mudança na “tecnologia remete hoje, não a alguns aparelhos, mas, sim, a novos modos de percepção e de linguagem, a novas sensibilidades escritas” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.54). Para o autor, a revolução tecnológica não nos fornece só uma enorme quantidade de novas máquinas, nos oferece também possibilidades de reconfigurações simbólicas que constituem a cultura, um novo modo de comunicar em que o conhecimento torna-se força produtiva. Isto altera de forma decisiva a lógica binária do racionalismo ocidental, que tradicionalmente opõe razão e emoção. Quando a comunicação opera com imagens, sons, vídeo, estes hipertextos hibridizam a densidade simbólica com a abstração numérica da linguagem cibernética, colocando os números na condição de mediador universal, entrelaçando a técnica ao fazer estético. Este processo é precedido por uma mudança no “lugar sagrado” do conhecimento, de forma que as instituições educacionais têm deixado de ser o único lugar de legitimação do saber (MARTÍN-BARBERO, 2006). Estas transformações modificam a lógica tradicional de forma que:

Um dos mais claros sinais da profundidade da mudança nas relações entre cultura, tecnologia e comunicação encontra-se na reintegração cultural da dimensão separada e desvalorizada pela racionalidade dominante no Ocidente desde a invenção da escrita e do discurso lógico, isto é, a do mundo dos sons e das imagens relegados ao mundo das emoções e das expressões (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 57).

O processo que se apresenta, por consequência, é este em que não bastam apenas a textualidade e a racionalidade clássica do modo de vida eurocêntrico e são exigidas outras estratégias para atingir um público que interage e consome, de acordo com outras

dimensões da notícia e da informação, articulando discursos e formas contemporâneas de percepção. Isso é observado, por exemplo, na *websérie* em três episódios lançada pela revista juntamente com a terceira edição, em parceria com o coletivo de cinema negro Tela Preta: *A Juventude Comunica o Direito à Vida*. Ao produzir a *websérie*, recorrendo ao audiovisual para comunicar, a Afirmativa se insere nesta lógica apontada por Martín-Barbero (2006). Nos episódios são trazidas performances, sons, imagens em movimento, e a comunicação extrapola a mera textualidade e a racionalidade clássica, para constituir processos comunicativos relacionados a masculinidades negras, formas de arte da juventude e percepções das opressões vivenciadas por mulheres negras lésbicas.

As mídias negras, e em especial a Afirmativa, objeto desta breve análise, se referenciam no histórico e tradição do fazer da imprensa negra. O desenvolvimento de tecnologias transforma decisivamente as comunicações e suas ferramentas. Portanto, o que observamos é que dentro deste processo, as matrizes culturais desta forma de luta e escrita acompanham tais transformações. A Revista Afirmativa materializa estas mudanças, tendo em vista os diversos formatos em que atua e se organiza. A equipe utiliza-se das estruturas disponíveis para fazer uma comunicação negra e travar as lutas contra o racismo. O fazer comunicacional negro, como todo processo sócio-cultural, está em constante transformação e a mídia negra é resultado de um histórico no qual as produções da imprensa negra funcionam como fio condutor e matriz comunicativa para as produções atuais, constituindo e dando seguimento a uma tradição de escrita e fazer comunicacional negro.

### **Considerações finais**

A análise da Revista Afirmativa e do histórico das mídias negras aponta para um horizonte de debates e problematizações muito

produtivo, na articulação entre institucionalidades e tecnicidades na relação com imprensa negra, apesar de ser uma área pouco pesquisada no campo da comunicação, uma vez que seus principais trabalhos foram produzidos em outras áreas de conhecimento, como nas Ciências Sociais e no âmbito da História. Há um vasto histórico deste segmento midiático, além de publicações como a *Afirmativa*, que também integradas a este processo que Martín-Barbero chama de revolução das tecnicidades, ganham cada vez mais espaço. O fenômeno da utilização da comunicação para subverter as lógicas do racismo não é novo, mas certamente o maior acesso permite que mais vozes utilizem os meios de comunicação neste intento.

As mídias negras contemporâneas dão continuidade à luta histórica dos povos negros contra o racismo, porém estes novos veículos compõem uma historicidade bastante antiga que, apesar das lacunas, conformam um fio de intensa longevidade da articulação entre comunicação, cultura e política, por isso é tão importante conhecer este histórico, o fio condutor que nos trouxe até aqui. É fundamental também se debruçar sobre a dinâmica e importância de disputas simbólicas que acontecem no campo da cultura. Para isso parte-se da compreensão de que as mídias negras ocupam espaço mediante aos jogos de poder e embates pela hegemonia, interferindo na construção das realidades à sua volta. As mídias negras, como a *Revista Afirmativa*, em diversas experiências, travam embates, utilizando caminhos diversos para chegar aos seus objetivos, tendo como cerne principal a luta contra o racismo.

## Referências

CARIBÉ, Pedro Andrade. Audiovisual negro brasileiro: por uma reconstrução da modernidade a partir dos direitos autorais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 9, n. 21, p. 52-63, fev. 2017. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/226>>.

Acesso em: 06 ago. 2019.

DOMINGUES, P. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: DOMINGUES, D.; GOMES, F. (Org.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. recurso digital. p. 99-125.

\_\_\_\_\_, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões - Revista de História da UFES**, Vitória (ES), nº 21, p. 121-124, 2008. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2485>>. Acesso em: 06 de ago. de 2019.

FERRARA, Miriam N.. A imprensa negra paulista (1915/1963). **Revista Bras. De Hist.**, São Paulo, v.5, n.10, março/agosto 1985, p. 197-207. Disponível em: < [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3609](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3609)>. Acesso em: 06 de ago. de 2019.

LENE, Hérica. **Memória e história da imprensa na Bahia: os pasquins sediciosos da Revolta de 1798**. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. Anais... São Paulo: Intercom. Disponível em: < [http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/lista\\_area\\_DT1-HJ.htm](http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/lista_area_DT1-HJ.htm) >. Acesso em: 17 de jul. 2019.

MARCHA Zumbi reúne 30 mil em Brasília. **Memorial da Democracia**, 2015-2017. Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia> >. Acesso em: 17 de jul. 2019.

MARTIN-BARBERO, J. **As formas mestiças da mídia**. Entrevista concedida a Marluce Moura. Revista Pesquisa Fapesp. Edição 163. Setembro de 2009. Disponível em: < <https://revistapesquisa.fapesp.br/2009/09/01/as-formas-mesticas-da-midia/> >. Acesso em: 06 de ago. de 2019.

\_\_\_\_\_, J.. **Dos meios às mediações: comunicação cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_, J.. **Dos meios às mediações:** comunicação cultura e hegemonia. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_, J..Tecnidades, identidades, alteridade: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MO-RAES, D. (Org.). **Sociedade midiaticizada.** Rio de Janeiro: Mauad. 2006. p. 51-79.

\_\_\_\_\_, Jesús. Diversidade em convergência. **MATRIZES.** São Paulo, SP. Nº 2 jul./dez: 2014<sup>a</sup>, p. 15-33. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/90445/93215/0>>. Acesso em: 06. de ago. de 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta** - a imprensa negra no século XIX (1833-1899). 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

PIRES, A. L. C. S. . **As Associações de Homens de Cor e a Imprensa Negra Paulista.** 1. ed. Belo Horizonte: Daliana - MEC/ SESU/Secad- Neab-UFT, 2006. v. 1000. 150p.

SANTOS, José Antônio dos. Uma Arqueologia dos Jornais Negros no Brasil. **História.** Rio Grande, 2 (3): 143-160, 2011a, p. 143-160. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2615> >. Acesso em: 06 de ago. 2019.

# ***A Paladina do Lar* e a imprensa feminina baiana no início do século XX**

Michele Barros  
Hérica Lene

## **Introdução**

Consta nos *Anais da Imprensa na Bahia – 1º Centenário 1811-1911*, escrito por Alfredo de Carvalho e João Nepomuceno Torres, publicado em 1911 e reeditado em 2007, que *A Paladina do Lar* foi uma revista mensal, que começou a circular em janeiro de 1910, destinada a propagar ideias moralizadoras e conhecimentos uteis. A redatora era a professora Amélia Rodrigues e a secretária era Maria Eliza Valente Moniz de Aragão. E tinha colaboração franca (CARVALHO & TORRES, 2007, p.190).

Em busca dos vestígios da história da imprensa da Bahia, localizamos um acervo dessa publicação com a pesquisadora Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni, durante um evento sobre imprensa realizado no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), no final de 2017.<sup>14</sup>

A revista em si constitui um material muito rico de ser pesquisado. Os estudos sobre a história da imprensa na Bahia ainda são um campo fértil, pois há muito a ser pesquisado, com poucas publicações específicas, como *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*, obra organizada por Luís Guilherme Pontes Tavares (2005). No prefácio, o jornalista Jorge Calmon registrou que “urge escrever a história da imprensa baiana”.

---

14 As edições de *A Paladina do Lar* estão guardadas no Mosteiro de São Bento, onde não permitem fazer cópias. A pesquisadora tem as cópias digitalizadas por atuar na área de preservação do papel, no cuidado, inventário, restauração, preservação, encadernação tradicional (couro e pergaminho) de obras raras, revitalizando bibliotecas antigas.

O campo dos estudos sobre história da comunicação no Brasil ainda está em construção e enfrenta muitos desafios para se fortalecer como área de investigação (RIBEIRO & HERSCHAMNN, 2008). O interesse por temas históricos da Comunicação tem se apresentado, nos últimos anos, como uma tendência crescente, tanto na Comunicação quando na História (*ibid.*, p.14).

Assim, este trabalho se insere nos estudos sobre história da imprensa brasileira, em especial a imprensa feminina. Trata-se de uma pesquisa sobre *A Paladina do Lar*, a primeira revista feminina da Bahia, que circulou no período de 1910 a 1917.

A insuficiência de trabalhos existentes sobre a temática justificou a realização dessa pesquisa, uma vez que grande parte da historiografia da imprensa brasileira é referenciada em personagens masculinos, poucas são as referências sobre a participação da mulher. Ainda temos escassez de estudos sobre a imprensa feminina em revistas.<sup>15</sup>

Em uma obra pioneira sobre os estudos do periodismo feminino e que se tornou referência sobre o tema, *Imprensa feminina e feminista no Brasil* (2017), Constancia Lima Duarte aponta que as mulheres a partir da década de 1980 despertam para o estudo da construção da própria história, momento no qual “o periodismo

---

15 A pesquisadora Marialva Barbosa traz em duas de suas obras, *Os donos do Rio: imprensa, poder e público* (2000) e *História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900* (2010), a figura da mulher enquanto leitora, além de apresentar as estratégias da imprensa ao inaugurar os folhetins. Na obra organizada por Paulo Knauss, Marize Malta, Cláudia de Oliveira e Mônica Pimenta Velloso (2014), *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado* (2014), foi realizada uma abordagem histórica considerando a importância das revistas, no imaginário social do contexto brasileiro daquele período. Há a tese de doutorado de Carlos R. Costa, *A Revista no Brasil* (USP, 2007), na qual ele apresenta um levantamento das revistas brasileiras do século XIX, fruto de sua pesquisa histórica e iconográfica. A historiadora Ana Luiza Martins em *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república* (2008) apresenta algumas publicações femininas da época, na cidade de São Paulo, além de algumas informações sobre o leitor e a força das revistas naquele momento. Em coautoria com Tânia Regina de Luca, elas apresentam, em *História da Imprensa no Brasil* (2008), a participação feminina como consumidora, produtora na primeira metade do século XIX como também citam alguns títulos importantes.



feminino é descoberto e se torna objeto de inúmeros artigos, dissertações, teses e livros” (2017, p.17).<sup>16</sup>

Vale ressaltar os trabalhos de Dulcília Buitoni (1981) e June E. Hahner (1978, 1981), nos quais realizaram um levantamento sobre esse tipo de periodismo e apresentaram reflexões importantes sobre a natureza dessa imprensa e sua utilidade.

A pesquisa sobre a primeira revista da Bahia (BARROS, 2019) envolveu as seguintes questões: qual a linha editorial dessa publicação demonstrada por meio de seus textos? Quais eram os temas mais recorrentes abordados? Como os textos podem ser categorizados enquanto gêneros discursivos? Quem eram as autoras ou autores? Qual o tipo de ilustração ou fotografia estava presente? Sobre que perspectiva os assuntos eram desenvolvidos? Qual a relação da escolha dos temas com o contexto histórico do período?

A referida pesquisa envolveu uma reflexão sobre o contexto comunicacional dessa publicação feita por mulheres, levando-se em conta os fatores históricos, políticos, econômicos e culturais. O campo do contexto comunicacional implica sempre situar os processos comunicativos em perspectivas e conjunturas históricas, sociais e culturais (SANTAELLA, 2002, p. 100).

A metodologia empregada envolveu pesquisa bibliográfica sobre História da Imprensa no Brasil e na Bahia e sobre a revista pesquisada. O passo seguinte foi a análise de seis edições publicadas no primeiro ano de *A Paladina do Lar*.

O enquadramento teórico da pesquisa segue os pressupostos para estudos sobre história da comunicação e do jornalismo das obras das autoras Marialva Barbosa (2000; 2004; 2005; 2007; 2009; 2010; 2011; 2013; 2016; 2017; 2018; 2019; 2019a) e Ana Paula Gou-

---

16 Nesse livro, Duarte (2017) apresenta um panorama de 143 jornais e revistas que circularam no país ao longo do século XIX. Trata-se de um dicionário ilustrado, ao apresentar fontes raras e de difícil acesso, e contribuiu para “preencher lacunas acerca da história da mulher brasileira na busca por seus direitos e na construção de sua identidade”.

lart Ribeiro (2003; 2007; 2008; 2009; 2011; 2014). Elas ressaltam que a questão da interpretação é o principal postulado da historiografia: não se trata de recuperar o que de fato ocorre (até porque o que de fato ocorre não pode jamais se recuperado), mas interpretar – a partir da subjetividade do pesquisador – as razões de uma determinada ação social (BARBOSA & RIBEIRO, 2005, p. 3).

O objetivo desse estudo qualitativo foi contribuir para os estudos de História dos Meios de Comunicação ou das Mídias, entendendo ambos como parte de um campo mais amplo: História da Comunicação.<sup>17</sup>

Este artigo está organizado em duas partes: uma primeira que aborda o desenvolvimento da imprensa feminina na Bahia; e uma segunda sobre a análise das edições de *A Paladina do Lar*.

## Mulheres, revista e catolicismo

O surgimento de uma imprensa voltada para assuntos de interesse do público feminino na Bahia ocorreu na segunda metade do século XIX, época em que os periódicos publicavam textos de cunho literário e recreativo, com poesias, versos e poemas.<sup>18</sup>

A imprensa de revista na Bahia, voltada ao público feminino, surgiu mais tarde como um instrumento de ação que foi tomado por algumas mulheres, frente às transformações da sociedade baiana.

---

17 Ao mapear esse campo, Ribeiro & Herschmann (2008, p. 13-26) registram que a Comunicação no Brasil sofre de “presentismo”, pois a maioria das pesquisas privilegia aspectos e problemas relacionados à contemporaneidade: estudos sobre pós-modernidade, globalização, novas tecnologias etc. Eles destacam que a análise historiográfica da Comunicação, ou dos meios de comunicação, ainda é relegada a um segundo plano. Mas o interesse por temas históricos da Comunicação tem se apresentando, nos últimos anos, como uma tendência crescente, tanto na Comunicação quanto na História.

18 Em uma pesquisa em andamento intitulada *História da Imprensa no Brasil no século XIX – uma rede de pesquisa*, com coordenação geral de Marialva Barbosa (UFRJ) e coordenação na Bahia de Hérica Lene (UFRB) e Andrea Santos (UNEB), localizamos, em um levantamento de 222 periódicos baianos na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, alguns jornais voltados para mulheres na segunda metade do século XIX: *O Recreio das Senhoras* (1861), *Boulevard* (1870) e *A Chrysalida* (1879), em Salvador; e no Recôncavo da Bahia, o *Espelho das Bellas* (Maragogipe, 1860-1861) e *A Grinalda* (Cachoeira, 1869-1870).

As transformações ocorridas na Bahia nesse período são similares às que ocorreram no país. O desenvolvimento da indústria gráfica relacionou-se ao avanço do capitalismo e também se associou à ascensão da burguesia (SODRÉ, 1999).

Na Bahia, o início do século foi marcado pelo ideal de civilização pelo qual as capitais do império haviam passado. Era necessário submeter às cidades a um projeto de reformulação do qual a palavra de ordem era civilizar, entendida como se ajustar ao modelo europeu.

Foi nesse cenário de mudanças, transformações e da participação da mulher no meio social, e não apenas na esfera doméstica, que surgiram as primeiras publicações destinadas as mulheres como um espaço de contato e diálogo com o público feminino, bem como um espaço que também visava assegurar juntamente à Igreja Católica a defesa da ordem, da família e dos valores cristão, e onde suas reivindicações possibilitaram “a abertura de uma discussão que, transpondo as fronteiras do lar, alcançou o espaço público e mostrou que o sexo subordinado e até então confinado a domesticidade passava a exigir direitos e maior liberdade, o que modificou hábitos e costumes” (ALMEIDA, 1998, p.33).

E foi nesse contexto de transições por qual passava a sociedade baiana que, em 1910, surgiu a primeira revista feminina em São Salvador da Bahia<sup>19</sup>, que representava no período do final do século XIX para início do século XX um dos maiores centros urbanos do país, e passava por um processo de modernização após as lutas pela independência na Bahia.

*A Paladina do Lar* circulou no período de 1910 a 1917 e foi fundada e dirigida por mulheres cujo público intencional eram as mulheres. A publicação surgiu da iniciativa de algumas católicas, e contou também com a direção de líderes da Igreja Católica.

---

19 Desde os seus primórdios, a cidade é do Salvador, como a batizou o rei D. João III, “a cidade de Jesus Cristo, o Salvador”. As variações do batismo da primeira capital do Brasil eram cidade de Salvador, ou de São Salvador, ou Salvador da Bahia, ou Bahia de Todos os Santos, ou simplesmente Bahia, como é chamada pelo povo (DOREA, 2006, p. 263-264).

A revista tinha o objetivo de sua fundação explicitado em um texto em sua primeira edição: “propagar ideias moralizadoras e conhecimentos úteis” e, por isso, “de grande auxílio às mães de família na tarefa de educar os seus filhos” (*A Paladina*. Bahia, anno1. nº. 1. Jan.1910).

Durante os oito anos em que circulou na cidade de Salvador *A Paladina* teve duas redatoras-chefes: Amélia Rodrigues e Maria Luiza de Souza Alves. A primeira esteve à frente da revista de janeiro de 1910 até janeiro de 1912, enquanto a segunda assumiu o lugar de Amélia que permaneceu até as últimas edições da revista. Duas outras mulheres participaram e aparecem publicando textos, poemas, artigos bem como passando algumas informações sobre as assinaturas e valores do periódico, eram elas Maria Elisa Valente, a secretária da revista, era ela quem recebia as correspondências das leitoras, e Rita de Athayde Cunha, a tesoureira.

A revista, em função de contar também com a direção de líderes da Igreja Católica, além de ter o cunho da inserção das mulheres na imprensa, também se inseria como um veículo pertencente à imprensa católica. Esse elemento é essencial para entendermos o posicionamento da publicação na escolha de temas e textos, bem como na forma das questões relacionadas ao universo feminino e ao papel da mulher na sociedade.

Podemos ressaltar que nesse período da fundação da revista a Igreja Católica passava por um momento de enfraquecimento de seu poder enquanto instituição religiosa, como também uma perda de fiéis, e viu na figura da mulher, em junção com a religião, uma possibilidade de aplicar a renovação e mudança de seus moldes. Na revista *A Paladina* é possível notar esse aspecto de colaboração das mulheres com a Igreja Católica, na medida em que eram apresentados certo tipo de propagandas católicas, e a defesa de valores defendidos pela religião, como a moral e os bons costumes.

Com relação a sua apresentação gráfica, *A Paladina do Lar* se inseriu no então novo estilo de publicações que mesclavam texto e

imagem. Ela foi publicada no tamanho de aproximadamente 22x16 cm, com formato médio e geralmente contendo 32 páginas, dentre as quais continham seções sobre literatura, educação, moda, ciências, artes, notícias, crônicas e algumas notas informativas. A revista trazia temáticas tradicionais, segundo as quais Buitoni (1986, p.11) afirma serem características desses primeiros periódicos femininos: “é contigente para tudo que se relacione com a mulher”.

Durante o período no qual circulou *A Paladina* era adquirida por meio de assinaturas, que poderiam ser nos formatos anual ou semestral, ou poderia ser comprada de forma avulsa. A revista era vendida dentro e fora do estado da Bahia, e no ano de 1911, passou a ser vendida em outros estados do Brasil. Sobre sua tiragem, a publicação informou, em sua edição nº 3, de 1911, que alcançou ainda no primeiro ano a faixa de 751 assinantes com forte circulação nos estados da Bahia e do Ceará.

Como a revista surge nesse período de transformações e desenvolvimento técnico e industrial da imprensa, é frequente encontrar em suas páginas imagens e gravuras, em especial o uso de fotografias de pessoas. As cores também são usadas em uma espécie de projeto gráfico da revista, ainda que o texto seja apresentado em preto e branco. As cores aparecem em detalhes e ornamentações nas páginas, em geral em amarelo, verde e vermelho, na capa, contracapa e nas páginas onde existiam poesias. Percebe-se que há uma preocupação na parte gráfica e na arte da revista como uma maneira de “decorar” as páginas, quebrar a rigidez das letras em preto e branco, e trazer as cores como um modo de atrair as mulheres e tornar a revista visualmente atraente.

Considerando o seu primeiro ano de circulação, 1910, destacamos que o periódico apresentou uma média de 30 páginas, composto por diversas seções e artigos que abordavam temáticas de moda, música, saúde, ciência, acontecimentos internacionais e nacionais, notas de conferências de alguns grupos religiosos, mas no geral as temáti-

cas mais recorrentes foram as que tratavam da fé católica e da manutenção de um comportamento pautado na moral e princípios religiosos.

A *Paladina do Lar* já apresentava características do conceito contemporâneo de revista. Conforme define Marília Scalzo (2003), esse é um tipo de meio de comunicação impresso que consegue entrar no espaço privado, na intimidade, na casa dos leitores. É um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma combinação entre jornalismo e entretenimento. As revistas possuem características que as distinguem dos outros meios de comunicação, não apenas pela diferenciação em sua forma e disposição de conteúdos, mas também por possibilitar o encontro entre o editor e o leitor. Encontro no qual se estabelece um “fio invisível” que reúne um grupo de pessoas que têm os mesmos interesses, constituindo-se assim uma identidade, a sensação de pertencer a um determinado grupo.

Sérgio Vilas Boas (1996) afirma que o estilo revista se apresenta como uma prática jornalística diferenciada que une a fotografia, o design e o texto, além de compreender uma variedade de estilos e preocupa-se, sobretudo, com a contemporaneidade e atualidade. As revistas são mais literárias que os jornais pelo modo como o texto é apresentado, admitindo usos estéticos de palavras e recursos gráficos em sua programação visual.

### **Família, pátria e religião**

A *Paladina* foi uma revista composta por poucas fotografias, geralmente apresentava apenas uma na contracapa de cada edição. Os poemas também faziam parte de seu conteúdo inicial e eram escritos por Amélia Rodrigues, que assinou em todos eles apenas com as iniciais do seu nome: A.R.

Outro ponto destacado é o fato de aparecer próximo a fotografia os nomes da criança e o do pai, mas o nome da mãe não aparece

em nenhuma delas. Esse aspecto ocorre pelo fato dos homens nesse período representarem papéis de destaque na sociedade, e serem conhecidos por seus nomes na época. Além de ser a marca de uma sociedade patriarcal, na qual o homem representava figura importante e no comando da família.

As seções da revista escritas por Amélia Rodrigues traziam algum tema que considerava importante discutir, por estar circulando por Salvador, pelo Brasil ou até mesmo pelo mundo. Trouxe temas como o cenário de mudança e transformações enfrentado pela população, bem como pelos católicos, críticas a postura dos governantes, relatou alguns problemas vivenciados na cidade, relacionados a falta de saneamento, bem como o combate aos “males” que afetavam a manutenção da fé católica no período; o combate à feitiçaria, à pornografia, à imprensa, a qualquer força que representasse uma ameaça à manutenção da Igreja Católica.

Ainda houve a exaltação frequentemente nos textos de três pilares considerados fundamentais pelas redatoras da publicação, como também pelos convidados a escrever para a revista, eram eles: a religião, a família e a pátria. Esses aspectos são supervalorizados e repetidamente são temas dos artigos, e são trazidos nos textos assim juntos, como os pilares para uma sociedade e para a manutenção dos valores morais, constituindo uma linha editorial desse veículo.

Ao analisar as narrativas da revista podemos perceber que existem nos artigos, e até mesmo no tema dos poemas e contos publicados, uma preocupação de ordem religiosa, na qual a formação religiosa dos leitores, sobretudo, das mulheres, a quem o periódico dizia ser destinado.

Os textos da revista faziam ampla divulgação da fé católica e buscavam envolver e atrair pessoas para o catolicismo, de modo a orientar uma prática religiosa baseada na valorização da fé e nos valores morais religiosos como essenciais a vida do ser humano. De acordo com a opinião das editoras/redatoras da revista, para se al-

cançar a salvação e a vida eterna era essencial conhecer a história da religião católica e colocar seus ensinamentos em prática na vivência do dia a dia.

*A Paladina* se caracterizou como um periódico que se voltou continuamente em seus textos para instruir moralmente a sociedade, em especial as mulheres, jovens, esposas, as mães para que, de acordo com a sua intenção religiosa, melhor educassem seus filhos, fossem boas mães, esposas, boas filhas e que aprendessem o seu papel dentro da sociedade, o de suporte do “Lar” e como figura harmonizadora, frente aos esforços masculinos fora de casa. E deste modo auxiliariam no desenvolvimento e bem estar da pátria, da família e da religião.

O ensino da religião representava um fator de suma importância para a formação cristã da sociedade, como a catequização dos índios, tema de um dos artigos da revista. Porém, podemos observar que em alguns textos existia uma crítica ao progresso, a modernização, bem como ao surgimento de outras correntes de pensamento e outras religiões. Estes aspectos eram criticados, os quais eram postos pelas editoras/redatoras como obstáculos ao desenvolvimento da sociedade e a manutenção dos valores morais da sociedade, em especial a família.

Na questão da divisão das seções, percebemos que existem as que aparecem de forma esporádica, enquanto outras se apresentam de forma fixa, sempre na mesma posição e em todas as edições. As seções “Educação”, “Respingando”, Notícias e notas e a Conferência das Senhoras de Liga católica das senhoras baianas foram as que apareceram em todas as edições analisadas.

A de “Educação” sempre trazia algum tema científico, sobre alguma parte do corpo, explicação de uma doença ou termos científicos; a coluna “Respingando” apresentava nota da redação da revista e ideias, críticas ou descontentamento das editoras/redatoras com alguma questão, que geralmente circulava entre o combate a porno-



grafia, a crítica ao surgimento de uma imprensa que “não respeita os valores católicos” e a necessidade de valorizar a família.

Outras seções que apareceram na revista, mas não eram fixas, foram as destinadas aos poemas, poesia, contos, comédia, pensamentos, carta das leitoras, palestras musicais, fé, higiene moral, moda, notas, arte e sociedade, como também artigos que tratavam de temas diversos. Essas seções se apresentaram em algumas edições, em outras deram lugar às vezes um conto, comédia ou conferência que foram divididos em partes dentre as edições, de forma a otimizar o conteúdo e fazer com que não ficasse muito extenso.

Podemos destacar também que todos os textos publicados na revista seguiam a linguagem culta, com as correções e normas gramaticais correspondentes ao período. Outro ponto interessante é que a revista feminina não era escrita apenas por mulheres. Na análise observa-se que em sua maioria houve a predominância de textos assinados por mulheres, porém, homens e figuras que representavam a Igreja Católica, como bispos, padres, também se fizeram presentes, além de poemas e contos que tiveram autores masculinos.

A *Paladina do Lar* seguia, portanto, o padrão de imprensa feminina existente na época no Brasil. Como registra Marília Scalzo (2003), as revistas femininas existem desde que surgiram revistas no país, mas geralmente eram feitas e escritas por homens. Traziam as novidades da moda, importadas da Europa, dicas e conselhos culinários, artigos de interesse geral, ilustrações, pequenas notícias e anedotas. Esse modelo foi repetido, com pequenas diferenças, durante todo o século XIX e a primeira metade do século XX. “É certo que houve, também, nesse período, publicações feitas de mulheres para mulheres, preocupadas com sua condição na sociedade e seus direitos, mas são poucas e a maioria tem vida curta” (SCALZO, 2003, p.33).

Alzira Alves Abreu (2008, p.148) também destacou a efemeridade da circulação dessas publicações, que às vezes não ultrapassavam um ano de existência. Tinham um público reduzido, porque

eram poucas as mulheres alfabetizadas. Nessas revistas, defendiam o acesso à escola com vistas ao aperfeiçoamento do papel feminino de mãe e esposa. Era comum as redatoras dos jornais femininos assinarem suas matérias com pseudônimo masculino.

### **Padrão de conduta feminino**

As edições do primeiro ano da revista mostraram também o padrão de comportamento da mulher que era estabelecido pela *A Paladina*, em especial quando se tratava de moda. O parâmetro adotado era o das mulheres europeias, na maneira de se vestir, de se comportar.

Nas seções sobre moda, fica evidente a influência que a moda parisiense exercia sobre as mulheres, eram reproduzidos os modelos de vestidos, o tipo de tecido, caimento, e até a forma como adaptá-la ao calor do Brasil, uma vez que a referência adotada vinha de um clima frio. Em relação a esse aspecto do consumo de moda por parte das mulheres citado pela revista, vem à tona também que o público ao qual a publicação alcançava era um público feminino de uma classe social que possuía recursos para atender a tais exigências.

Outro aspecto que foi observado nas edições e que dá pistas sobre seu público leitor foram os textos que falam sobre a caridade, nos quais faziam o apelo para que as “senhoras” fizessem um caixa e economizassem dinheiro para ser destinado aos pobres e necessitados, as crianças e idosos necessitados. O pedido era que a cada verba destinada à compra ou feitura de um vestido novo, as mulheres reservassem uma pequena quantia para a caridade. Isso nos faz pensar e supor que as mulheres desse período que tinham condições de fazer um vestido novo e ainda separar uma quantia para caridade seriam as que tinham uma boa condição financeira e fossem, é claro, alfabetizadas.

Encontramos em alguns artigos o que podemos chamar de valorização do casamento, no qual representava uma instituição imbuída

da dos valores disseminados pela Igreja Católica. Na revista podemos ver alguns artigos que tratavam da importância do matrimônio na vida do homem, da mulher, a idade certa para fazê-lo da importância de se gerar filhos, de constituir uma família, a forma como a mulher devia tratar seu marido, como devia cuidar de sua casa, como devia agir frente a seu marido entre outros aspectos que eram apresentados de modo a manter a harmonia familiar e manter os “valores morais”.

A valorização da família foi também um dos temas frequentes nas edições, apresentando a sua importância como base para uma sociedade moral, como um dos pilares para manter os valores cristãos, frente a uma sociedade que passava por transformações e dentro da qual a igreja se sentia ameaçada.

As palavras “lar e sociedade” estavam sempre representando o conceito de família, o qual seria o ideal a se manter. A pátria assim seria formada por várias famílias, as quais nasceriam de um casamento. O matrimônio representava o primeiro passo para se construir uma família, que era considerada uma das bases do Estado.

A *Paladina* incentivava, seguindo os preceitos católicos, as mulheres a se casarem e se tornarem mães, considerando essas atitudes como inerentes do ser mulher, como também características comuns ao gênero feminino, além de também representar a função social da mulher nesse período.

Nas edições nota-se que os textos atribuem a mudança de comportamento das pessoas como um reflexo das mudanças pelas quais a sociedade passava, que se distanciava, segundo as abordagens, cada vez mais dos valores católicos; e a imprensa, que também era citada por estar se distanciando dos valores morais da sociedade, ao aceitar e publicar determinados temas que a igreja condenava.

À medida que a cultura e a sociedade iam se modificando, as pessoas se distanciariam cada vez mais dos princípios cristãos, o que ameaçava o catolicismo. A Igreja Católica percebeu que a imprensa poderia funcionar como aliada, e começou a apoiar e financiar alguns periódicos, como uma forma de defender seus interesses.

Nas edições analisadas percebe-se, em especial nas notas, o apoio de bispos, padres, a criação da revista, a forma como os assuntos eram trabalhados, bem como parabenizava a iniciativa do periódico e das editoras/redatoras, além de recomendar a revista a outros cristãos. A *Paladina* buscou orientar a mulher baiana nesse momento de transformações urbanas que alteravam de forma significativa os hábitos sociais.

Um desses temas que foi repetidamente citado e criticado foi “pornografia”; ele foi criminalizado pelas editoras em suas diversas formas, no cinema, no teatro, nas bancas de revista. Elas condenavam o assunto e discordavam até mesmo de uma decisão de um juiz que liberou tal questão. Apresentaram seu posicionamento contra a liberação de publicação de tais temas, segundo os quais afirmaram ferir os valores existentes na sociedade e a manutenção da fé. Elas ainda se posicionaram contra outros veículos da imprensa de outros lugares do Brasil que apoiaram a publicação de assuntos relacionados ao que chamaram de “pornografia”.

Sobre a crítica à pornografia, foi comumente utilizado na revista e tido como um posicionamento que objetivava livrar dos males que a sociedade “moderna” trazia: a solução era a higiene moral. Essa expressão era utilizada como uma maneira de estabelecer um padrão de comportamento que se alinhasse aos valores católicos.

O feminismo que era defendido na revista mistura-se com os ideais católicos. Para as editoras/redatoras da revista, a defesa dos princípios católicos e a luta contra os males que atingiam a sociedade do período, por meio do enfraquecimento dos valores e da fé católica, eram uma das causas pelas quais as mulheres deveriam lutar. Sendo, portanto, o oposto dos ideais do feminismo que surgia em outras partes do mundo, na qual elas, segundo Amélia Rodrigues, estariam disseminando o seu mal.

A revista defendia o feminismo, segundo suas editoras, no “bom sentido”, no sentido “cristão”. Para elas existiam dois tipos de feminismo: o revolucionário e o cristão. No primeiro, as mulheres desejavam

tomar o lugar dos homens, enquanto no segundo, que era o que defendiam, desejava-se apenas o destaque da mulher, porém na seara do cristianismo e dos valores morais estabelecidos pela religião.

Outro aspecto a ser destacado é que os artigos na maioria das vezes traziam informações de outros países, sobre situações políticas, conflitos, principais acontecimentos dos países da Europa. O padrão de tomar como referência o comportamento europeu não se aplicava apenas a moda, como também no comentário de fatos, atualizando as mulheres baianas do que ocorria em outros países que eram tidos como o berço dos acontecimentos no mundo.

A revista criticava os acontecimentos desses países, uma vez que a Europa de modo geral passava por mudanças, não só no tocante à sociedade, mas também devido às revoluções culturais que alteraram a forma com a qual a religião influenciava a vida das pessoas e os valores políticos e sociais.

### **Considerações finais**

Nesta pesquisa, buscamos analisar edições da primeira revista feminina da Bahia, *A Paladina do Lar*, em busca dos vestígios de seu processo comunicacional a partir de seus textos e imagens.

A inter-relação entre texto e contexto se torna central na realização das interpretações, mas visualizando-se cada um deles em uma dimensão particular. O contexto a ser privilegiado em uma história que coloca em destaque ações comunicacionais é exatamente o que denominamos de contexto comunicacional, enquanto os textos são vestígios que duraram daquele passado e que permitem recontar aquela história. Os textos não são meros documentos que revelam ou refletem um tempo e uma cultura históricos coerentes e unificados. O contexto, por outro lado, não é uma realidade pré-linguística, já que esteve sempre presente nos processos textuais e devem, sobre esse prisma, ser alvo do olhar dos historiadores (BARBOSA, 2019, p.27).

A imprensa destinada as mulheres, ao expandir e reproduzir as representações culturais e sociais da identidade feminina do período possibilitou, por sua vez, a sua afirmação enquanto sujeito que tinha um papel dentro da sociedade, ainda que, em alguns casos, como em *A Paladina*, fosse orientado pelo signo religioso.

Os periódicos destinados às mulheres tinham o objetivo de entreter, orientar e moldar comportamentos, bem como servir como espaço no qual elas podiam escrever sobre moda, literatura, música, como também tinham o importante papel de chamar a atenção da mulher acerca de sua posição social, ainda que muitos periódicos, em especial o analisado nesta pesquisa, fossem consumidos apenas por uma parcela das mulheres da sociedade baiana, as da elite, as quais tinham acesso a uma educação e a um poder aquisitivo maior, que possibilitava até que fizesse e participasse de ações de caridade.

Esses tipos de periódicos como *A Paladina* representaram um contexto histórico e foram responsáveis por marcar comportamentos de um período no qual a religião católica lutava para se manter como parte essencial da sociedade. E, a partir das discussões das questões femininas nessas publicações, surgiram mais tarde veículos destinados a mulheres nos quais existiriam tons de discurso político, e elas começariam a questionar o seu papel na sociedade e a buscar mecanismos para sua emancipação.

Na Bahia, por decorrência do comportamento social ser baseado no conservadorismo de uma sociedade fortemente paternalista, o processo de ocupação da mulher em outros espaços e consequentemente a sua mudança de pensamento sobre o seu papel na sociedade ocorria mais lentamente.

O fato dos homens terem sido os primeiros redatores dos jornais dirigidos às mulheres baianas diz muito sobre como os contextos históricos e político influenciavam no modo como eram feitos os periódicos, bem como no conteúdo presente neles, uma vez que a sociedade baiana do final do século XIX ainda era marcada pela

mentalidade conservadora e pautada nos valores religiosos, na família e na pátria.

Em outros estados e em outras partes do mundo, porém neste mesmo período mulheres que já participavam, ativamente, como redatoras de publicações destinadas ao público feminino, o que na Bahia só veio acontecer no início do século XX, quando elas passaram a exercer esta atividade, e é neste início do século que surge a primeira revista feminina do Estado.

Ao analisar as edições de *A Paladina* percebe-se que ela reflete justamente o contexto histórico em questão, o período de 1910, no qual a mulher baiana estava marcada por estereótipos, representada nas páginas da revista como uma mulher religiosa, submissa à igreja e ao “poder masculino”, bem educada, esposa e mãe que, seguindo os princípios religiosos, deveria zelar por seus valores morais e por sua família. Como vimos, a lógica paternalista imperava na Bahia, tanto no campo econômico, social, quanto nas relações familiar entre homem/mulher. O que representou um fato que de algum modo interferiu na atuação das mulheres no meio social, que como vimos era mediada pela posição de importância que o homem ocupava na sociedade.

No caso de *A Paladina*, ainda que representasse a primeira revista feminina baiana destinada às mulheres, marcando a participação delas fora do meio familiar e da figura de mãe e esposa, ainda era um periódico que defendia as posições de uma sociedade na qual a mulher representava o alicerce familiar para o sucesso masculino.

Nos anos iniciais da Primeira República, quando a onda de modernização se iniciou, houve mudanças não só na estrutura da cidade de Salvador, mas também no comportamento e no pensamento das pessoas. Por meio do surgimento de uma nova organização da sociedade, se modificava a estrutura da família, bem como a relação das pessoas com a religião.

Pela posição que as mulheres ocupavam na sociedade, e os papéis que a elas eram atribuídos, ao tomarem a iniciativa de fundar

um periódico, recorreram à Igreja Católica, como maneira de garantir respaldo frente à sociedade, bem como se valer da imagem de respeito que a instituição igreja representava na sociedade.

O surgimento de *A Paladina* significou para aquelas mulheres os primeiros passos rumo a uma maior participação na sociedade, a ocupação de novos papéis, contribuindo mais tarde para sua emancipação.

A revista discutia questões e preocupações do universo feminino daquele momento, os princípios de uma educação alinhada aos valores católicos, regras de comportamento, o lugar que deveriam ocupar no espaço urbano, bem como temas relevantes pertencentes ao contexto de uma sociedade que se urbanizava, se modernizava, que buscava o progresso e criavam modelos de uma civilização moderna.

Afinal, as edições de *A Paladina* representaram um importante passo dado em direção à emancipação da mulher, ainda que marcado por ideologia católica, mas de certa maneira possibilitava que as mulheres pudessem começar a pensar e buscar oportunidades profissionalização e um espaço mais ativo e participante na sociedade.

O surgimento de periódicos como *A Paladina* indica que a mulher que antes permanecia reclusa ao ambiente do lar, podia e deveria estudar, buscar uma profissão, atualizar-se de notícias e informações que não apenas diziam respeito ao lar e a família, uma vez que as tendências que se desenhavam no Brasil e no mundo era que a mulher também deveria ocupar o ambiente fora do lar. Estes fatores influenciariam não só a dinâmica da sociedade, mas também a forma como as mulheres começariam a ocupar outros papéis sociais, não apenas como mãe e esposa, mas como seres capazes de ocupar espaços que antes eram destinados apenas as figuras masculinas.



**Figura 1: Contra capa da Revista A Paladina**



**Figura 2 - Capa da Revista A Paladina**



## Referências

*A Paladina*. Bahia, ano1. nº. 1. Jan.1910.

*A Paladina*. Bahia, ano1. nº. 3. Mar.1910.

ABREU, Alzira Alves de. Mulheres e imprensa: passado e presente. In: GOULART, Ana Paula Ribeiro & HERSCHAMNN, Micael (orgs.). **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

ALMEIDA, Jane Soares de. Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília. MEC/INEP.79(191): 31-41, jan./jun. 1998, p.33.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio – Imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, 257p.

\_\_\_\_\_. **Como escrever uma história da imprensa?** Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, realizado em Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004.

\_\_\_\_\_. **O que a história pode legar aos estudos de jornalismo**. In: *Contracampo*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - UFF, Niterói1º sem. 2005, n. 12, pp. 51-63.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo e a construção de uma memória para sua história*. In: BRAGANÇA, Aníbal & MOREIRA, Sônia Virgínia (org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005a, p.102-111.

\_\_\_\_\_. **História Cultural da Imprensa – Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

\_\_\_\_\_. Comunicação e História: um entre-lugar. In: BARBOSA, Marialva & RIBEIRO, Ana Paula Goulart (orgs.). **Comunicação e história**: partilhas teóricas. Florianópolis: Insular, 2011.

\_\_\_\_\_. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **O método e a análise histórica do jornalismo**. In: Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM, 4 a 7 de setembro de 2013a.

\_\_\_\_\_. **Meios de comunicação: lugar de memória ou na história?** In: Contracampo, Niterói, v. 35, n. 01, pp. 07-26, abr./jul., 2016.

\_\_\_\_\_. **Tempo, tempo histórico e tempo midiático: interrelações**. In: MUSSE, Christina F., VARGAS, Herom & NICOLAU, Marcos (orgs.). Comunicação, mídia e temporalidades. Salvador-BA: Edufba, 2017.

\_\_\_\_\_. **Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa**. In: Intercom-RBCC-São Paulo, v.41, n.2, p.21-36, mai./ago 2018.

\_\_\_\_\_. História da comunicação no Brasil: um balanço historiográfico. In: RÉGO, Ana Regina (et al.). **Os desafios da pesquisa em história da comunicação**: entre a historicidade e as lacunas da historiografia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019, p. 23-47.

\_\_\_\_\_. **Múltiplas formas de contar uma história**. Alceu (PUCRJ), v.10, n.20, p.25-39, jan./jun.2010a. Disponível em: [http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20\\_Barbosa.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Barbosa.pdf). Acesso em 22 de maio de 2019a.

BARBOSA, Marialva & RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **“Combates”**: por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. In: Anais do Intercom 2009 – do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba-PR, 4 a 7/09/2009.

BARROS, Michele S. S. **A Paladina do Lar entre o texto e o contexto: uma análise das publicações da primeira revista feminina da Bahia.** Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRB (2019), 126 p.

BOAS, Sérgio Vilas. **O Estilo Magazine: o texto em revistas.** São Paulo: Summus, 1996. (Coleção novas buscas em comunicação; v.52).

BUITONI, Dulcília Schoeder. **Mulher de Papel.** São Paulo: Edições Loyola, 1986.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa Feminina.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

CARVALHO, Alfredo & TORRES, João Nepomuceno. **Anais da Imprensa na Bahia – 1º Centenário 1811-1911.** Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007, 2ª edição.

COSTA, Carlos. **A Revista no Brasil.** Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes da USP, 2007.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX: dicionário ilustrado.** 1º edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

HAHNNER, June E. **A mulher no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

HAHNNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas.** Editora Brasiliense, 1981.

KNAUSS, Paulo. & MALTA, Marize... (*et e al*). **Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no segundo reinado.** Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2014.

MARTINS, Ana Luíza. **Revistas em revista - imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922).** São Paulo: Edusp / Fapesp / Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, A. L. & De LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo, Brasil: Editora Contexto, 2008.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A mídia e o lugar da História*. In: HERSCHMANN, Carlos & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **Mídia, memória e celebridades – estratégias narrativas em contextos de altas visibilidades**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003, p.87-111.

RIBEIRO, Ana Paula. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula G. & HERSCHMANN, Micael (orgs.). **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: editora MauadX, 2008.

RIBEIRO, Ana Paula G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula G. Os anos 1960-70 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro. In: SACRAMENTO, I. & MATHEUS, L. (orgs.) **História da Comunicação: Experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro: MauadX, 2014, p.163-196.

RIBEIRO, Ana Paula G. & HERSCHMANN, M. (orgs.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens* Rio de Janeiro: MauadX, 2008;

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação & pesquisa – projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003 (Coleção Comunicação).

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 1999, 4ª edição, 501p.

TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. Salvador: Academia de Letras da Bahia/Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2005.



# **Teorias da Comunicação – a Folkcomunicação enquanto sistema da comunicação cultural**

*Guilherme Moreira Fernandes*

## **Introdução**

É perceptível que nos últimos vinte anos a Folkcomunicação ganhou novos contornos e adeptos. Novos conceitos e abrangências foram apresentados por tantos pesquisadores, com destaque para os veteranos José Marques de Melo, Roberto Benjamin, Joseph Luyten, Osvaldo Trigueiro, Antônio Hohlfeldt, Severino Lucena, Cristina Schmidt, Betania Maciel, Maria Érica de Oliveira Lima, Yuji Gushiken, Beatriz Dornelles, Maria Cristina Gobbi – entre outros. As gerações formadas por esses importantes pensadores também deixaram diversas contribuições, sobretudo com as pesquisas em rede, disseminadas com a publicação de diversos livros.

Ao celebrar o centenário de Luiz Beltrão em 2018, ainda ficou evidente o quanto é importante resgatar o pensamento do pioneiro nos estudos de Comunicação no Brasil. Falar em uma principal contribuição, certamente é uma escolha de Sofia, mas inferimos a importância de pensar a Folkcomunicação – cada vez mais emergente no cenário mundial onde os diversos grupos marginalizados buscam mecanismos para alçar voz nos cenários de desigualdade.

Para pensar em tal fenômeno e na pujança das novas pesquisas acreditamos ser necessário traçar uma diferença entre o sistema da Folkcomunicação no universo da Comunicação Cultural e da Teoria da Folkcomunicação. Acreditamos que é na marcação dessa diferença que poderemos contribuir para o melhor entendimento deste campo do conhecimento – esperamos, assim, sanar possível

confusões teóricas que ainda permanecem em nosso campo, sendo a possível aproximação com os Estudos Culturais uma das maiores marcas nesse processo.

A questão que motiva essa pesquisa é a forma em que a Folkcomunicação se enquadra no universo da Ciência da Comunicação. Essa pergunta/problema será respondida com base em pesquisa bibliográfica em torno do “fenômeno” folkcomunicação.

### **Comunicação cultural e Folkcomunicação**

É em Luiz Beltrão (1977) que buscamos as primeiras respostas. Ao traçar uma teoria geral da Comunicação, o pesquisador pensa no fenômeno da comunicação cultural apresentando dois sistemas com características específicas: o sistema de comunicação social e o sistema de Folkcomunicação<sup>20</sup>. A diferenciação é assim demarcada:

Graças à institucionalização livre que a distingue, a sociedade humana é diferenciada de cultura a cultura de nação a nação e de estado a estado, encontrando-se assim em diversos níveis de organização e desenvolvimento. Dentro de cada sociedade em particular, há diferenciações originadas por fatores étnicos, geopolíticos, econômicos e culturais; em uma mesma sociedade política (estado) convivem grupos integrados no processo civilizatório e grupos marginalizados do mesmo [...]. A situação descrita gera, para cada grupo, um sistema de comunicação, que entendemos como conjunto específico de procedimentos, modalidades e meios de intercâmbio de informações, experiências, ideias e sentimentos essenciais à convivência e aperfeiçoamento das pessoas e instituições que compõe determinada parcela da sociedade, caracterizada pelo seu grau de integração no contexto civilizatório. Identificam-se, então, dois grandes sistemas de comunicação na sociedade contemporânea (BELTRÃO, 1977, p. 121-123).

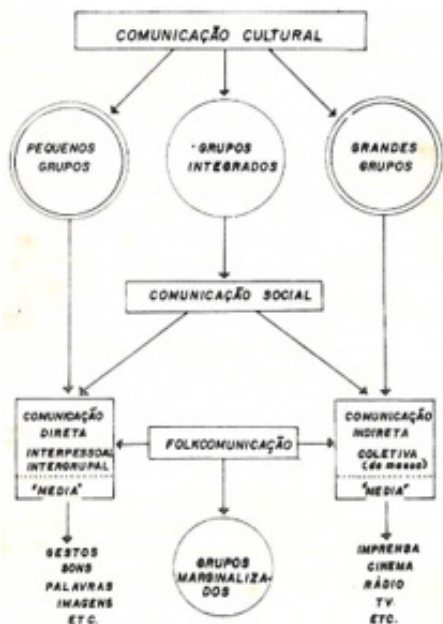
---

20 Essas questões já haviam sido apontadas pelo autor na obra anterior: “Fundamentos Científicos da Comunicação”, de 1973.



O esquema abaixo, produzido por Beltrão, nos ajuda a entender melhor a forma em que ambos os sistemas se fazem presentes na sociedade:

**Figura 1:** Sistemas de Comunicação.



Fonte: Beltrão (1977, p. 122).

Pelo diagrama, podemos perceber que ambos os sistemas são compostos por grupos pequenos, integrados e grandes grupos, fazendo uso tanto da comunicação direta, interpessoal e intergrupar, como também da comunicação indireta, coletiva e de massa. A diferenciação vai se materializar a partir dos públicos, das intenções, dos canais e das finalidades do processo. Conforme observa Karina Waitowicz (2012, p. 267) não é nessa obra em que Beltrão vai propor diálogos e complementaridade entre ambos os sistemas. A caracterização da audiência folk, igualmente, seria demonstrada posteriormente.

Ademais, é importante mencionar que apensar de não ser conclusivo, Beltrão (1977, p. 130-137) ainda aponta para a existência de um terceiro sistema – o da exobiocomunicação – que se caracterizaria pela possibilidade da existência de seres inteligentes extraterrestres e a comunicação desenvolvidas com eles. Não há evidências dessa existência e o próprio Beltrão aparentemente deixou de lado essa possibilidade de um novo sistema comunicacional.

Assumindo a existências dos dois sistemas de “comunicação cultural” – o que não nos parece haver dúvidas, apenas a não aceitação plena da denominação “Folkcomunicação” – temos um universo gigantesco de pesquisas da comunicação não-hegemônica, o que nos levaria a pensar que essas pesquisas podem ser enquadradas como pesquisas folkcomunicacionais.

Nossa defesa teórica é que são sim objetos de estudo do sistema de Folkcomunicação, mas realizadas sem a utilização da teoria da Folkcomunicação. Nos parece que é nesse momento em que uma série de confusões teóricas emergem.

Ao final do capítulo, Beltrão fornece uma bibliografia específica em que podemos encontrar diversas pesquisas que podem ser enquadradas dentro do sistema da Folkcomunicação, mas sem a utilização da teoria da Folkcomunicação. Entre as obras citadas, clássicos como “Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias” de Ecléa Bosi; “Ideologia dos poetas populares” de Renato Carneiro Campos; “Extensão ou comunicação?” de Paulo Freire; entre muitos outros.

Como atestado no prólogo do livro, Beltrão atualizou a obra “Fundamentos científicos da Comunicação”, transformando-a em “Teoria geral da Comunicação”, com o objetivo de adequá-la as necessidades do novo currículo dos cursos de Comunicação Social<sup>21</sup>. Esse

---

21 Conforme Carlos Eduardo Lins da Silva (1979), até a emissão do Parecer 1203/77 já tinha havido sido implementado quatro currículos mínimos para os cursos de Jornalismo/Comunicação Social, sendo o primeiro estabelecido em 1962, o segundo em 1966. É com o terceiro currículo, de 1969, que a disciplina “Fundamentos científicos da comunicação” foi estabelecida. O autor elucida que o currículo de 1969 tinha um caráter muito “técnico”, já o de 1977 possuía uma maior crítica-reflexiva.

currículo, foi objeto de debates do I Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação realizado em Santos-SP em novembro de 1978. O livro resultante do Ciclo, organizado pelos professores José Marques de Melo, Anamaria Fadul e Carlos Eduardo Lins da Silva (1979) reproduz o texto homologado pelo MEC (resolução 03/78) fixando o currículo mínimo para o curso de Comunicação Social. O currículo foi dividido em três grandes grupos: 1) Matérias de fundamentação geral, humanística<sup>22</sup>; 2) Matérias de fundamentação específica<sup>23</sup>; 3) Matérias de natureza profissional, divididas nas habilitações: a) Jornalismo; b) Publicidade e propaganda; c) Relações públicas; d) Rádio e televisão; e) Cinema.

Neste momento histórico, a Folkcomunicação (enquanto sistema) aparece na ementa da disciplina Sistemas de Comunicação no Brasil, assim apresentada no texto homologado pelo MEC reproduzido no livro supracitado: “Formação e desenvolvimento dos sistemas brasileiros de comunicação. Análises dos sistemas de comunicação cultural (comunicação de massa e Folkcomunicação), comunicação espacial (vias de comunicação e meios de transporte), comunicação utilitária (mecânica e eletrônica)” (RESOLUÇÃO nº 03/78 In: MARQUES DE MELO; FADUL; LINS DA SILVA, 1979, p. 124).

No âmbito do I Ciclo da Intercom diversos professores ficaram responsáveis pela busca de alternativas de conteúdo para as disciplinas básicas: Teoria da Comunicação (Carlos Eduardo Lins da Silva); Sistemas de Comunicação no Brasil (José Marques de Melo); Comunicação Comparada (Wilson Bueno); Estética e Comunicação de Massa (Anamaria Fadul); Cultura Brasileira (Maria Nazareth Ferreira); e Problemas socioculturais e econômicos contemporâneos (J. S. Faro).

22 A saber: 1) Problemas socioculturais e econômicos contemporâneos; 2) Sociologia; 3) Psicologia Social; 4) Antropologia Cultural; 5) Cultura Brasileira; 6) Língua Portuguesa.

23 A saber: 2) Teoria da Comunicação; 2) Comunicação Comparada; 3) Sistemas de Comunicação no Brasil; 4) Estética e Comunicação de Massa.

Embora entendemos que a Folkcomunicação (sistema) se poderia fazer presente nesses seis componentes curriculares – e comumente fez – focaremos nas alternativas traçadas por Marques de Melo (1979) na caracterização dessa disciplina. O pesquisador inicia a intervenção apontando que o conceito de sistemas de comunicação não apresenta uma definição uniforme. Na sequência, pensando no âmbito internacional, apresenta visões de distintos teóricos, como Sola Pool, Fischer e Merill, Charles Wright, Lee Thayer e Abraham Moles – oriundos de diferentes matrizes epistemológicas – para finalmente apontar que dentro os autores brasileiros, tal conceituação aparece apenas na obra de Luiz Beltrão (1977).

O texto de Marques de Melo é bastante prospectivo e apresenta diversas justificativas ora para confrontar a ementa proposta pelo MEC ora para ressaltar os aspectos positivos. Destacamos alguns pontos que compreende tanto a conceituação crítica como o objetivo da disciplina, com destaque para a abordagem do sistema de Folkcomunicação:

Entendemos, portanto, que a disciplina “Sistemas de Comunicação no Brasil” deve proporcionar uma compreensão das estruturas comunicacionais existentes no país, permitindo, de um lado, uma visão ampla da articulação dos componentes internos da sua mecânica operacional, e, de outro lado, uma interpretação das suas relações com os demais organismos e instituições sociais, que quase sempre lhes determinam a própria fisionomia. Tudo isso, tendo como marco de referência o modo de produção capitalista, a que se vincula o nosso sistema de comunicação, para entendê-lo no seu processo evolutivo.

O objetivo principal da disciplina deve ser o de localizar o estudante dentro da engrenagem em que vai atuar diretamente (como profissional) ou com a(s) qual (is) vai estar em contato, seja para detectar e reaproveitar elementos simbólicos (Folkcomunicação), seja para processar mensagens (telecomunicações) ou para promover a sua circulação (transporte) [...].

Cabe, porém, destacar que atenção especial merece ser atribuída ao sistema de Folkcomunicação, entendido como universo simbólico peculiar às populações subalternas, por se tratar de área do conhecimento a que estão alheios os indivíduos de classe média (como geralmente o são os estudantes universitários em nosso país). Essa aproximação dos futuros profissionais do jornalismo ou da publicidade em relação aos modos através dos quais se comunicam os brasileiros que compõem os estratos economicamente inferiores da nossa população servirá, quando nada, como mecanismo de identificação com os nossos valores autenticamente populares.

Poderão resultar, daí, dois tipos de ocorrência: a) a readequação do próprio universo simbólico utilizado pela comunicação de massa, tornando mais abrangente a democratização cultural que de alguma maneira seus veículos realizam; b) a imersão dos futuros comunicadores, através da análise dos veículos informais de comunicação, na problemática enfrentada dia a dia pelas camadas subalternas da nossa população, tornando-os mais solidários com os anseios e aspirações das massas oprimidas. É certo que o efeito inverso pode também ocorrer: o conhecimento do universo simbólico dos oprimidos para utilizá-lo como instrumento de reforço da opressão. Mas, esse é um risco cuja neutralização dependerá em grande parte da postura adotada pelos docentes que orientam estudos nessa área, ou da consciência crítica formada pelos próprios estudantes (MARQUES DE MELO, 1979, p. 216-218).

A reprodução dessa longa citação, que visa esclarecer uma disciplina que já não faz parte do currículo dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, etc., tem como objetivo entender melhor a proposta da Folkcomunicação enquanto um sistema de comunicação cultural complementar ao sistema da comunicação social. Dois universos gigantescos que vão se sobrepor em muitos momentos. Temos a impressão que a caracterização da Folkcomunicação nesse âmbito contribui mais para uma formação humanística dos alunos do que o entendimento dela enquanto parte integrante das teorias da comunicação.

O texto de Marques de Melo continua com a proposta do conteúdo da disciplina. Nesse aspecto a Folkcomunicação é dividida em gêneros (escrita, oral, icônica e cinética) e variados formatos. O autor justifica essa divisão com base na proposta de Umberto Eco, apresentada no livro “Apocalípticos e Integrados”, ao pensar o foco da natureza comunicacional no próprio código. Cabe ainda reproduzir o item 3 do programa que se caracteriza por uma abordagem integrada entre os dois sistemas:

3) Crítica da Folkcomunicação e Relações com a Comunicação de Massa: a) Funções sociais da Folkcomunicação; b) Tradição e mudança na Folkcomunicação; c) Apropriação da Folkcomunicação pela vanguarda política; e) Sobrevivência da Folkcomunicação na sociedade industrial (MARQUES DE MELO, 1979, p. 219-200).

A parte final do texto é dedicada a apresentação de bibliografias do componente curricular. Assim como a bibliografia apresentada por Beltrão (1977), a grande parte dos livros listados para tratar da Folkcomunicação não são livros que utilizam o arcabouço teórico traçado por Beltrão, embora não há dúvidas de que são leituras importantes para a compreensão da Folkcomunicação enquanto sistema – ou seja, o entendimento do folclore, da cultura popular, dos subalternos, da marginalidade, etc. Queremos chamar especificamente a atenção para a bibliografia selecionada para o tópico de “crítica da folkcomunicação”, que listamos acima: “Comunicação/Incomunicação no Brasil” (Marques de Melo, org.); “Desenvolvimento e marginalidade” (Maria Célia Paoli); “Cultura de Massa e cultura popular” e “Problemas ligados à cultura das classes pobres” (Ecléa Bosi); “Folclore e mudança social na cidade de São Paulo” e “O folclore em questão” (Florestan Fernandes); “Dinâmica do Folclore” (Edison Carneiro); “Cultua popular” (Sebastião Leite); “Arte popular e dominação” (Ivan Maurício et al); “A questão da cultura popular” (Carlos Estevam); “Cultura posta em questão” (Ferreira Gullar); “Cangaceiros

e Fanáticos” (Rui Facó); “O fim de uma tradição” (Robert Shierley); e “Tradição e transformação do Brasil” (Pessoa de Moraes). (MARQUES DE MELO, 1979, p. 238).

Pela lista, é perceptível que a bibliografia indicada não dá conta do conteúdo proposto. Mesmo com todas as publicações e pesquisas que surgiram neste século, ainda encontraríamos dificuldades em selecionar uma bibliografia que pudesse abarcar essa discussão, sem, evidentemente, menosprezar a já listada na categoria de leituras complementares. Esse problema em relação à bibliografia continuou na obra seguinte de Luiz Beltrão (1980), conforme pode ser verificado no anexo 3 do livro “Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados” – novamente pensando o estudo da Folkcomunicação na possibilidade de sistema, e não de uma teoria.

Possivelmente a escolha da Intercom em trazer a comunicação e as classes subalternas como tema do II Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação que aconteceu entre os dias 7 e 8 de setembro de 1979 em São Paulo-SP, tinha como objetivo (também) de fornecer subsídios para o pensamento da Folkcomunicação enquanto sistema. No texto que abre o livro fruto do II Ciclo, Marques de Melo (1980) aponta:

Pretendia-se, inicialmente, neutralizar aquele fascínio que os jovens pesquisadores – estimulados pela visão atrofiada que se dissemina na maioria das nossas escolas de comunicação – sentem pela moderna tecnologia da indústria cultural. Aceitando-lhes com uma outra realidade, bem mais viva e dinâmica e bem mais comprometida com os interesses populares, buscava-se evitar a repetição de certos estudos, vazios em si mesmos, e que na verdade só faziam reproduzir os projetos de pesquisa pensados e testados nos países imperialistas. Estava, portanto, na raiz do evento, o desejo de converter a comunicação subalterna em foco de análises, reflexões e sistematizações, com vistas à elucidação de certos problemas vinculados à luta das classes oprimidas pela sua libertação [...].

Essa é a razão por que, além dos modos de comunicação dos trabalhadores urbanos (operariado) e dos trabalhadores rurais (campesinato), o ciclo da Intercom abriu possibilidades para acolher contribuições sobre os modos de comunicação dos grupos religiosos, das minorias étnicas e raciais, das comunidades homossexuais etc. e sobre as relações que estabelecem com os *mass media* (MARQUES DE MELO, 1980, p. 12-13).

Embora o texto de Marques de Melo (1980) não faça menção à Folkcomunicação, a forma como o texto foi construído deixa claro a preocupação com um outro grupo que está à margem do sistema da Comunicação Social. Cada um dos textos reunidos no livro apresenta valiosas contribuições para o entendimento de uma outra forma de exercitar a comunicação e garantir a participação e a promoção da cidadania. Importantes pesquisadores da Folkcomunicação como Benjamin e Luyten figuram entre os autores. O trabalho de Rogério Cadengue “A comunicação em comunidades homossexuais” foi uma das bases teóricas/empíricas utilizadas por Beltrão (1980) na concepção do subgrupo erótico-pornográfico pertencente à audiência folk no âmbito dos culturalmente marginalizados<sup>24</sup>.

Ao menos nessa perspectiva de sistema (alternativo) a Folkcomunicação circulou nos cursos de graduação nos anos 1970 e 1980. Algumas universidades, como é o caso da Católica de Pernambuco, Federal da Paraíba e Federal de Juiz de Fora chegaram a incluir a disciplina “Folkcomunicação” nos currículos. Mesmo sem acesso às ementas desses cursos, há de supor que da mesma forma que “Sistemas de Comunicação no Brasil”, a disciplina se caracteriza por deveras amplitude. Ainda na condição de currículo, ainda é possível encontrar a presença da Folkcomunicação, seja em cursos de graduação e pós-graduação, a exemplo das universidades Federal do Rio Grande do Norte e Federal de Mato Grosso – com enfoques-

---

24 Especificamente sobre esse tema e as relações da Folkcomunicação com os estudos de gênero, ver Woitowicz; Fernandes (2017).



rerenciados<sup>25</sup>. Todavia, o “assunto” presente nesta disciplina, com outras vertentes, continua integrando os currículos com denominações como “Comunicação Comunitária<sup>26</sup>”.

### **Categorização da Folkcomunicação como sistema**

Consonante com o mais recente currículo mínimo, em 2014, Marques de Melo lançou o livro “Teoria e metodologia da comunicação: tendências do século XXI”, uma obra volumosa e cuidadosamente planejada que ao mesmo tempo que resgata os aspectos históricos em torno dos teóricos da comunicação, apresenta possibilidades mais recentes.

No capítulo dedicado à Folkcomunicação, na contramão de outros estudos do próprio pesquisador<sup>27</sup>, é apontado o ano de 1951 por ter “apresentando dois fatos isolados, mas que demonstram a oportunidade do estudo acadêmico da Folkcomunicação” (MARQUES DE MELO, 2014, p. 401). O primeiro fato relatado foi a publicação do livro “The mechanical bride” – ainda sem tradução para o português – por Marshall McLuhan que estuda o “folclore do homem industrial”. De acordo com Marques de Melo este livro

especula a propósito do divórcio entre a sociedade ocidental (europeia) e sua ‘noiva mecânica’ (a imprensa). Para tanto, o performático canadense argumenta paradoxalmente pinçando símbolos folk no universo da indústria cultural, demonstra a eficácia operativa destes. Apropria-se de imagens peculiares ao mundo dos primitivos colonizadores britânicos, mesclados com os elementos típicos

25 Ver Gushiken; Lima (2016).

26 Embora entendemos a Folkcomunicação e a Comunicação Comunitária como disciplinas distintas e com focos diferenciados, fizemos essa colocação apenas para marcar a possibilidade de tratar de outros assuntos fora da esfera dos grupos dominantes.

27 Comumente afirmamos que a pesquisa em Folkcomunicação se inicia em 1965 com a publicação do artigo “o ex-voto como veículo jornalístico” de Luiz Beltrão, publicado na pioneira revista “Comunicação & Problemas”. Outra possibilidade de marco é o ano de 1967, em que Beltrão defendeu na UnB a tese de doutoramento “Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias”.

dos novos imigrantes, para gerar o tecido que veste o corpo do cidadão ianque (MARQUES DE MELO, 2014, p. 402).

O segundo marco do ano de 1951 foi a publicação de um artigo – Papei Noel Supliciado – de Claude Lévi-Strauss, com o testemunho de um episódio singular que aconteceu durante as comemorações natalinas na cidade de Dijon e noticiada pelo “France Soir” – “o incidente traduzia o descontentamento da população local a respeito da paganização do Natal. O pomo de discórdia é a introdução do culto a Papei Noel, importado dos EUA, embora o mito seja ancorado nas tradições nórdicas” (MARQUES DE MELO, 2014, p. 402).

Embora Marques de Melo evidencie as pesquisas de McLuhan e de Lévi-Strauss como uma espécie de gênese do pensamento folk-comunicacional, ele se preocupa também em mostrar um distanciamento em relação à obra de Beltrão:

Sintomaticamente, porém, Beltrão envereda por caminho distinto daquele percorrido por McLuhan e Lévi-Strauss, buscando um ângulo de observação da *folk culture* pela mídia e sim o uso da *mass culture* pelo folclore, recodificando e interpretando o conteúdo da mídia para a compreensão do povo (MARQUES DE MELO, 2014, p. 403).

Embora Marques de Melo faça a marcação dessa diferença de abordagem, os estudos atuais da Folkcomunicação estão inseridos em ambos os movimentos, especialmente a partir das conceituações de “Nova Abrangência da Folkcomunicação” (Benjamin), Folkmídia (Luyten), Folkmarketing (Lucena Filho) e Ativista Midiático (Trigueiro).

Retornando ao livro de Marques de Melo (2014), no capítulo dedicado a McLuhan o pesquisador traz outros componentes para o entendimento da Folkcomunicação como sistema. Inicialmente, Marques de Melo discute a importância de Beltrão e dos pesquisadores pernambucanos (Gilberto Freyre e Tereza Halliday) na difusão das

ideias de McLuhan no Brasil. Destacando que apesar de Beltrão conhecer o teor da obra “The mechanical bride” ele não o havia lido. Marques informa que o seu primeiro contato com livro foi em 1973 durante o pós-doutoramento na Universidade de Wisconsin. Marques de Melo (2014, p. 367) ainda admite que antes de conhecer a obra de McLuhan ele já havia tido “a compreensão que tinha do processo de Folkcomunicação dimensionava múltiplos fluxos interativos – intra (folclórica), inter (folkcomunicacional), retro (folkmediática) e trans (folkliterária).

Foi a partir dessas dimensões – ou seja, compreendendo a folkcomunicação como sistema – que Marques de Melo organizou a primeira antologia sobre Folkcomunicação em 1971 selecionando textos que perpassam todos esses fluxos: “intra (‘Cem ditados rurais paulistas’, Hernani Donato), inter (‘O ex-voto como veículo jornalístico’, Luiz Beltrão), retro (‘Papai Noel Supliciado’, Claude Lévi-Strauss) e trans (‘A arte popular no Brasil’, Ariano Suassuna)” (MARQUES DE MELO, 2014, p. 367). Além desses quatro textos listados, a pioneira obra de Marques de Melo ainda apresentou outros sete. Dois analisando a própria obra de Beltrão (‘Folkcomunicação’, de Marques de Melo; e ‘Carta sobre o ex-voto’, de Câmara Cascudo); um a respeito do questionamento teórico (‘Arte de formação e arte de informação’, de Clarival do Prado Valadares); pensando nas categorias acima listadas por Marques de Melo ainda podemos enquadrar como intra outros dois textos (‘Notas sobre a xilogravura popular’ de Roberto Pontual; e ‘Filosofia dos para-choque’, de Mauro de Almeida); como inter (‘Música popular religiosa’, de José Maria Tavares de Andrade) e, por fim, outro como trans (‘Uma sociologia de rótulos de cigarro’, de Mauro Mota), (MARQUES DE MELO, 1971).

A mesma evidência – embora sem ganhar as denominações de intra, inter, retro e trans – pode ser verificada na primeira parte (Folkcomunicação: Pré-história da disciplina) presente na obra “Metamorfose da Folkcomunicação: antologia brasileira” organizada por

Marques de Melo e Fernandes (2013). A quase totalidade dos textos apresentados nas cinco primeiras seções não marcam a Folkcomunicação como teoria, mas são reflexões importantes para compreender as possibilidades de estudo dentro da perspectiva do sistema de Folkcomunicação.

Finalizando as evidências, quero chamar especial atenção ao polêmico ensaio de Antônio Hohlfeldt (2013) “Novas tendências nas pesquisas da Folkcomunicação: pesquisas acadêmicas se aproximam dos Estudos Culturais”, originalmente apresentado no NP de Folkcomunicação do congresso nacional da Intercom em 2002. Acreditamos que Hohlfeldt, neste texto, considera a Folkcomunicação como sistema, embora utilize a denominação de “campo” para realizar o enquadramento teórico. Tenho fortes convicções de que se a palavra “Folkcomunicação” no título do ensaio fosse substituída por Comunicação popular, cultura popular, comunicação não-hegemônica, etc. as objeções à associação não seriam ventiladas<sup>28</sup>. Considerando a Folkcomunicação como campo (sistema), Hohlfeldt verificou três múltiplas influências teóricas: 1) difusionismo norte-americano; 2) estudos culturais ingleses; 3) estudos culturais latino-americanos<sup>29</sup> – a partir da busca pelos termos “comunicação popular” e “cultura popular” nas teses e dissertações em PPGs de Comunicação defendidas entre os anos de 1992 a 1999. E, voltado para as pesquisas desenvolvidas no Rio Grande do Sul, identificou que a temática fora abordada por professores como Sérgio Caparelli, Ruben George Oliven, Nilda Jacks e Ana Carolina Escosteguy – sendo que nenhum desses autores utilizaram Beltrão ou a Folkcomunicação como subsídio teórico. Em contrapartida, os objetos estudados estão naqueles que Beltrão (1977) havia apresentado como pertencentes ao sistema da Folkcomunicação.

---

28 Não iremos retornar a essa discussão pois já escrevemos sobre isso em outras oportunidades. Sobre a nossa visão a respeito ver Fernandes (2011).

29 Sobre as possibilidades de pesquisa em Folkcomunicação sugerimos a leitura de Hohlfeldt (2012) e Fernandes, Pinheiro, Martins (2013).

De fato, não há nenhum problema como o título escolhido pelo pesquisador, pois foi exatamente isso que ele encontrou: as pesquisas desenvolvidas na década de 1990 que objetivaram estudar o “outro” sistema da comunicação cultural se aproximaram dos estudos culturais. Foi nessa época que textos de importantes teóricos dos estudos culturais britânicos e latino-americanos foram traduzidos e tiveram uma circulação maior entre os pesquisadores da Comunicação.

Como mencionamos anteriormente, nas décadas de 1970 e 1980 o estudo da Folkcomunicação estava expresso no currículo mínimo estabelecido pelo MEC, o que não mais aconteceu nas décadas seguintes (embora, por vezes, apareça no conteúdo programático de “Teoria da Comunicação”). Não fosse o protagonismo de José Marques de Melo ao fundar a Rede Folkcom em 1998 e assim promover as Folkcom’s (Conferência Brasileira de Folkcomunicação) – possivelmente o termo já estaria em desuso. Possível resposta – e que estou plenamente de acordo – foi expressa pelo próprio autor no artigo em questão:

A primeira observação a se fazer, pois, é que a denominação folkcomunicação ainda não foi incorporada pelo mundo acadêmico eu me arriscaria mesmo a dizer que sofre restrições e resistências, ainda que nos últimos anos, graças aos encontros da Folkcom, e à criação da Rede de Folkcomunicação, tenhamos conseguido recuperar terreno que, por volta dos anos 80 e 90 ficou perdido. Arriscaria dizer que isso se deve a dois motivos: a) de um lado, a falta de coerência, refinamento e acuidade teórica de boa parte dos pesquisadores de folkcomunicação evidenciam, terminando por confundir o conceito de manifestação folclórica ou de uma cultura popular como de folkcomunicação, ou por falta de maior aprofundamento teórico, ou porque são, na verdade, muito mais folcloristas do que propriamente estudiosos dos fenômenos comunicacionais; b) de outro, o preconceito e a desconfiança, em boa parte motivados por nosso complexo de inferioridade cultural que prefere in-

corporar perspectivas estrangeiras àquelas nacionais, quando no estudo de fenômenos socioculturais, e que, por isso mesmo, preferem assumir-se na ótica dos estudos culturais ou na perspectiva dos hibridismos, ao invés de se valerem da perspectiva, anterior, diga-se de passagem, e neste sentido pioneira, da folkcomunicação. Ignorância ou preconceito, para sermos objetivos, acabam por tornar confuso o campo de estudo escolhido e que necessita de constante definição e redefinição (HOHLFELDT, 2013, p. 878-879).

Felizmente de 2002 até 2019 muita coisa mudou e ambos os motivos apresentados por Hohlfeldt, no contexto atual, podem ser relativizados. Penso que a separação entre a folkcomunicação e o folclore já ficou bastante evidente tanto para os folcloristas, como também para os comunicólogos – mas, em alguns casos, ainda percebemos uma falta de aprofundamento teórico: ou os trabalhos são meras descrições de pesquisas empíricas ou, o que mais ocorre, utilizam apenas textos escritos há mais de vinte/trinta/quarenta anos como única referência, como se nada de novo tivesse acontecido! Ainda há trabalhos que se limitam a resenhar as obras clássicas para explicar “o que é folkcomunicação”, sem gerar problematizações novas.

O preconceito e a desconfiança – talvez em menor grau – ainda persistem. Há quem ainda considere o estudo de folkcomunicação como algo menor e datado – quando, ao contrário, a folkcomunicação cada vez mais está presente no cenário globalizado e com acesso dos grupos minoritários à rede mundial de computadores. Todavia, avanços foram evidentes. Teses, dissertações e monografias, a partir dos anos 2000, passaram a inserir a Folkcomunicação nos títulos. A Rede Folkcom conquistou o Prêmio Luiz Beltrão, na categoria grupo inovador, em 2011, oferecido pela Intercom. Os mais importantes congressos de comunicação (de cunho generalista) trazem grupos de trabalhos evidenciando a folkcomunicação na ementa.

## A amplitude da Folkcomunicação

Estabelecer limites ou definir a amplitude de um campo, disciplina, teoria ou sistema – no âmbito das ciências humanas e sociais, que passam constantemente por modificações que rompem com ordens anteriormente estabelecidas, é um grande desafio. Muito já se falou – e acredito não haver dúvidas – da concepção da comunicação como um campo interdisciplinar. Há importantes debates epistemológicos, os quais julgamos necessários para poder pensar também a folkcomunicação, mas não é exatamente o momento de retomá-los. O que queremos registrar é que no âmbito das Ciências da Comunicação não há exatamente um limite ou amplitude, por variados motivos.

Luiz Beltrão (1983) ao ser convidado para fazer uma revisão crítica das pesquisas nas décadas de 1960 e 1970, com foco na Folkcomunicação, durante o V Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, promovido pela Intercom, na cidade de São Paulo, em setembro de 1982, trouxe em sua fala importantes elementos para podermos pensar na amplitude da Comunicação e, especificamente, da Folkcomunicação:

Alguns estudiosos, como em carta me confessava o prof. Américo Pellegrini Filho, consideram o campo da folkcomunicação 'de uma abrangência enorme, extrapolando o âmbito do folclore (já por si tão amplo...)'. A consideração é válida, mas não apenas para o folclore, como área específica. Penso que a disciplina Comunicação extrapola o âmbito de qualquer outra para a qual se volte: bastaria, por exemplo, considerar as áreas da ciência da educação ou da religião, para cujo um tratamento comunicacional se reclama do estudioso ou do pesquisador a penetração em campos tão diversos como os da política, das finanças ou da arte. Penso que a comunicação está no centro do diálogo, como o sol, em torno do qual giram os corpos celestes por ele iluminados e que, sem ele, sequer poderiam ser por nós pressentidos. Os sistemas de comunicação, seja o que denominamos de Comunicação Social, seja o da Folkcomunicação

ção (como acontecerá quando e se se tornar efetivo o da Exobiocomunicação) extrapolam efetivamente qualquer das áreas específicas científicas, artísticas, filosóficas ou pragmáticas com que e de que tratem. São, por essência, interdisciplinares (BELTRÃO, 1983, p. 73).

Essa amplitude da Comunicação proporcionou um longo debate se a comunicação é um campo ou uma disciplina. Na condição de disciplina, qual o objeto e qual o método a ser utilizado? Particularmente, trazendo para o universo da Folkcomunicação, não consigo pensar em um objeto e em um método da/próprio da Folkcomunicação. É por este motivo que discordo de Cristina Schmidt quando ela faz os seguintes apontamentos:

Na terminologia Folkcomunicação entram dois termos que merecem distinções, são eles folclore e comunicação. O folclore é o objeto de estudo, e a comunicação é a área de conhecimento, dentro das ciências humanas, que fornece os referenciais teóricos e metodológicos. A teoria da folkcomunicação abarca os processos comunicativos não hegemônicos voltados para a comunicação com um mundo em múltiplos processos (SCHMIDT, 2007, p. 34).

Há 43 anos Luiz Beltrão inaugura uma disciplina no campo da Comunicação voltada ao estudo dos processos comunicacionais do folclore, a Folkcomunicação. É a gênese de uma teoria autenticamente brasileira de Comunicação. [...]. Essa disciplina vem ganhando destaque a cada dia, e conquista sintomaticamente um número crescente de adeptos – pesquisadores e professores que trabalham com a temática a luz a teoria da Folkcomunicação e de metodologias próprias (SCHMIDT, 2010, p. 264).

Vamos ignorar o fato de a Comunicação ser uma disciplina, uma teoria, um campo, por enquanto. O que nos chama atenção das afirmações da pesquisadora é a definição do folclore como objeto e das metodologias próprias, das quais, humildemente, discordamos. É fato que o conceito de folclore, estudado por Beltrão, ou seja, o



cunhado por Edison Carneiro<sup>30</sup> (1965), em nada lembra a visão dos folcloristas tradicionais, como destaca o próprio Beltrão (1983, p. 74): “[...] o folclore, modificando-se sob a ação geral das várias forças espontâneas e dirigidas da sociedade, por sua vez provoca modificações no todo, que é a sociedade. São ensinamentos de Edison Carneiro que não podem jamais ser esquecidos pelo teórico e pesquisador da Folkcomunicação”. Mesmo com esse entendimento expandido do folclore e de todo o seu processo dinâmico (tal qual o próprio fenômeno da Comunicação) ele não contempla a gama de objetos estudados, hoje, pela Folkcomunicação. Ao passo que em sua tese de doutoramento Beltrão tenha se valido de elementos do folclore, o próprio pesquisador expandiu posteriormente o objeto. Ainda recorrendo a Beltrão, acreditamos que a citação seguinte nos traz uma compreensão maior sobre a questão do objeto folkcomunicacional:

Ocorre ainda que nem todos os usuários do sistema [da Folkcomunicação] pertencem ao universo folclórico, isto é, são originalmente partícipes das camadas populares que sentem, pensam, agem e se expressam de modo peculiar, ligados a crenças, costumes e formas tradicionais e arraigadas no seu espírito e na sua vida. Como é o caso daqueles grupos culturalmente marginalizados que, comprometidos com ideologias contrárias ao regime político dominante, se marginalizam ou dele são excluídos, não obstante sua filiação à cultura erudita.

O desconhecimento ou a não consideração desses condicionantes é que tem, ao meu ver, prejudicado o desenvolvimento de autênticas pesquisas em folkcomunicação, fazendo com que

30 Para Edison Carneiro (1965, p. 1-2): “Entende-se por folclore um corpo orgânico de modos de sentir, pensar e agir peculiares às camadas populares das sociedades civilizadas. [...]. Há, assim, um intenso intercâmbio cultural entre os vários *strata* sociais – resultado direto da comunicação pessoal, das relações de produção, da comunidade de língua, de sentimento religioso e nacional, da educação e da cidadania. Em consequência, e sob a pressão da vida social, o povo atualiza, reinterpreta e readapta constantemente os seus modos de sentir, pensar e agir em relação aos fatos da sociedade e aos dados culturais do tempo. O folclore é, portanto, dinâmico. [...]. Toda sociedade participa da criação e da manutenção do folclore – e isso não apenas através da sua aceitação ou repressão [...]”

grande número de investigadores na área se limite a aspectos folclóricos puramente descritivos ou, quando muito, submetidos a preconcebidas interpretações, sem qualquer esforço de ultrapassagem do óbvio ululante de que falava Nelson Rodrigues (BELTRÃO, 1983, p. 74).

Desta forma, podemos perceber que não é possível afirmar que o folclore é o objeto da Folkcomunicação. Como também nos parece impossível a tentativa de definir um objeto para a Folkcomunicação – bem como não conseguimos encontrar um método específico e único. No âmbito geral da Comunicação, podemos fazer as mesmas afirmações: não há um método, não há um objeto. O que poderia ser uma pergunta retórica, mas de fato não é: Se não há um método e um objeto, como pensar a Comunicação (ou a Folkcomunicação) enquanto disciplina?

Essa não é uma questão simples de resolver e foge dos limites desse artigo, mas nos parece que um interessante caminho seria o de seguir as proposições de Muniz Sodré (2014) e pensar a Comunicação como uma ciência pós-disciplinar o que significa romper com os padrões de fronteiras que tradicionalmente demarcam as disciplinas “apontando para a insuficiência da especialização fechada em si mesma diante dos imperativos de comutabilidade dos saberes nos grupos de pesquisa científica” (SODRÉ, 2014, p. 125). Desta forma, não precisaríamos ancorar a Comunicação dentro de um específico paradigma (como o informacional, por exemplo).

O caráter científico da Folkcomunicação – especialmente centrado na obra de Beltrão – recebeu dois grandes estudos – um de Isabel Amphilo (2010) e outro de Iury Aragão (2017) – que conseguiram sustentar a ideia de uma teoria da Folkcomunicação, rompendo com a “convicção” de estar ancorada no paradigma funcionalista<sup>31</sup>.

---

31 Essa questão já foi discutida por nós, por isso não iremos, novamente, alongar nessa discussão. Ver Fernandes (2017).

## Considerações finais

Embora interligadas e com a mesma origem, acredito ser importante realizar a demarcação da Folkcomunicação em duas distintas perspectivas de estudo: a primeira, principal foco deste texto, é a folkcomunicação entendida como um sistema da Comunicação, coexistindo e fundindo-se ao sistema da Comunicação Social. É um sistema cujo foco de estudo é necessariamente interdisciplinar e nos parece fundamental – para além de um entendimento do folclore – uma concepção macro da cultura.

A noção e entendimento do que é cultura e a forma como ela está presente no fenômeno comunicacional é fundamental para a escolha da perspectiva teórica (em nível paradigmático) a ser utilizada. Disciplinas como Sociologia e Antropologia tendem a perceber fenômenos culturais de formas distintas, o que exige métodos igualmente distintos. Nos parece provocante o título “Folkcomunicação, variação dos estudos de cultura?” dado por Luitgarde Barros (2013) para abrir a antologia “Metamorfose da Folkcomunicação”, embora Barros não responda claramente a questão-título. Não creio que a Folkcomunicação seja uma variação dos estudos de cultura, mas em seu estudo, a noção de cultura e a forma de conceber/perceber o fenômeno comunicacional decorrente, é essencial. O estudo no âmbito da Folkcomunicação vai ser modificado pela forma como a cultura é entendida e vista. Nessa linha, coexistem estudos de natureza funcional, dialética, instrumental, estrutural, fenomenológica, etc. E, sim, todos eles, podem ser de natureza folkcomunicação. Desta forma, é sim, ainda, possível entender (e, logo, estudar) a Folkcomunicação como um dos sistemas da Comunicação Cultural.

Uma noção mais restrita seria a utilização da Folkcomunicação entanto teoria/disciplina dentro do campo/disciplina da Comunicação, ou a Ciência do Comum (e não da Informação), como prefere Sodré (2014). Para este entendimento, é fundamental que o pesquisador

diga que é (se trata) de Folkcomunicação – obviamente em uma pesquisa imersa em um processo comunicacional. Necessariamente teria que utilizar obras dos teóricos da Folkcomunicação? Teria, ainda, que repetir o conceito de folkcomunicacional concunhado ou adaptado por um desses mestres? Acredito que não, mas a leitura deles, sim.

Em miúdos, mesmo sem o uso de qualquer um dos pensadores da Folkcomunicação, sendo uma pesquisa que busca ver a comunicação popular/marginal ou a presença da (ou reflexão/refração da) comunicação na cultura popular/marginal/folclórica, e o pesquisador assim querendo se enquadrar/rotular, é uma pesquisa imersa na Teoria da Folkcomunicação.

As duas formas de entendimento da Folkcomunicação (sistema/teoria) podem ser realizadas e adotadas de formar curricular. É preciso ainda romper com o preconceito ou resistência ao uso da terminologia cunhada por Beltrão. No universo dos pesquisadores de Comunicação, percebo uma especial resistência pelo entendimento do termo ser igual – folclore – mais – comunicação. E, nesse bojo, o ato de pensar o folclore como conservador, tradicional, anônimo, passado de geração a geração, transmitido oralmente, entre outros possíveis reducionismo para a visão cunhada por Carneiro (1965), traz também esse distanciamento. Já avançamos, mas ainda temos muito caminho pela frente. Avante!

## Referências

AMPHILO, Maria Isabel. **A gênese, o desenvolvimento e a difusão da Folkcomunicação**. 2010. 733f. Tese de doutorado (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

ARAGÃO, Iury P. **Elos teórico-metodológicos da Folkcomunicação: retorno às origens (1959-1967)**. 2017. 251f. Tese de doutorado

(Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

BARROS, Luigarde C. B. Folkcomunicação, variação dos Estudos de Cultura? In: MARQUES DE MELO, José; FERNANDES, Guilherme M. (orgs.). **Metamorfose da Folkcomunicação**: antologia brasileira. São Paulo: Editae Cultural, 2013. p. 22-40.

BELTRÃO, Luiz. A pesquisa sobre Folkcomunicação. In: MARQUES DE MELO, José (coord). **Pesquisa em Comunicação no Brasil**: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez; Intercom; Brasília: CNPq, 1983. p. 70-76.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria geral da Comunicação**. Brasília: The-saurus, 1977.

CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do Folclore**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1965.

FERNANDES, Guilherme M. Aproximações teóricas entre a Folkcomunicação e os Estudos Culturais. **Revista Internacional de Folkcomunicação**. Ponta Grossa, UEPG, Vol. 1, nº 18, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/1454/1031>. Acesso em 15 abr 2017.

FERNANDES, Guilherme M. Problemas teóricos da Folkcomunicação: exposição de questões. CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE FOLKCOMUNICAÇÃO, FOLKCOM, XVIII. Recife, UFRPE/Facipe. **Anais...** Recife: Rede Folkcom, 2017. Disponível em: <http://anais-folkcom.redefolkcom.org/index.php/folkcom/article/view/22>. Acesso em 08 jul 2019.

FERNANDES, Guilherme M.; PINHEIRO, Júnior; MARTINS, Júnia. Reflexões metodológicas na pesquisa em Folkcomunicação. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO,

INTERCOM, XXXVI, Manaus, UFAM. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1266-2.pdf>. Acesso em 08 jul 2019.

GUSHIKEN, Yuji; LIMA, Maria Érica O. Comunicación y cultura: las singularidades de la folkcomunicación en Cuiabá-MT y Natal-RN. In: YÁÑEZ AGUILAR, Cristian et al. (orgs.). **Folkcomunicación en América Latina: diálogos entre Chile y Brasil**. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 2016. p. 159-170.

HOHLFEDLT, Antonio. Pesquisa em Folkcomunicação: possibilidades e desafios. In: LOPES FILHO, Boanerges B.; FERNANDES, Guilherme M.; COUTINHO, Iluska; MENDES, Marise P.; OLIVEIRA, Maria José (orgs.). **A Folkcomunicação no limiar do século XXI**. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 53-64.

HOHLFEDLT, Antonio. Novas tendências nas pesquisas da Folkcomunicação: pesquisas acadêmicas se aproximam dos Estudos Culturais. In: MARQUES DE MELO, José; FERNANDES, Guilherme M. (orgs.). **Metamorfose da Folkcomunicação: antologia brasileira**. São Paulo: Editae Cultural, 2013. p. 876-883.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. A política educacional brasileira e os currículos de comunicação. In: MARQUES DE MELO, José; FADUL, Anamaria; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs.). **Ideologia e poder no ensino de comunicação**. São Paulo: Cortez & Moraes; Intercom, 1979. p. 19-30.

MARQUES DE MELO, José (org.). **Folkcomunicação**. São Paulo: ECA/USP, 1971.

MARQUES DE MELO, José; FADUL, Anamaria; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs.). **Ideologia e poder no ensino de comunicação**. São Paulo: Cortez & Moraes; Intercom, 1979.

MARQUES DE MELO, José. Sistemas de Comunicação no Brasil. In: MARQUES DE MELO, José; FADUL, Anamaria; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs.). **Ideologia e poder no ensino de comunicação**. São Paulo: Cortez & Moraes; Intercom, 1979. p. 211-239.

MARQUES DE MELO, José. Comunicação e classes subalternas. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Comunicação e classes subalternas**. São Paulo: Cortez, 1980. p. 11-14.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria e metodologia da comunicação**: tendências do século XXI. São Paulo: Paulus, 2014.

MARQUES DE MELO, José; FERNANDES, Guilherme M. (orgs.). **Metamorfose da Folkcomunicação**: antologia brasileira. São Paulo: Editae Cultural, 2013.

SCHMIDT, Cristina. Teoria da Folkcomunicação. In: GADINI, Sérgio L.; WOITOWICZ, Karina (orgs.). **Noções básicas de Folkcomunicação**. Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 34-38.

SCHMIDT, Cristina. Folkcomunicação: memória institucional. In: CASTRO, Daniel; MARQUES DE MELO, José; CASTRO, Cosette (orgs.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Vol. 2. Brasília: Ipea, 2010. p. 264-283.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOITOWICZ, Karina. Teoria geral da Comunicação. In: MARQUES DE MELO, José (org). **Fortuna crítica de Luiz Beltrão**: dicionário bibliográfico. (Coleção Beltrianas, vol. 1). São Paulo: Intercom, 2012. p. 260-267.

WOITOWICZ, Karina; FERNANDES, Guilherme M. Folkcomunicação e Estudos de Gênero: práticas de comunicação nos grupos homossexuais. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicação. nº 135, p. 233-252, ago-nov, 2017. Disponível em: <http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2795/2945>. Acesso em 1º jul 2019.





## **PARTE II**



## Mídia e sensibilidades

No âmbito das pesquisas da linha em *Mídia e Sensibilidades*, busca-se apreender de que maneira os meios, mediante a especificidade das suas materialidades e agenciamentos, acarretam contínuas transformações na dimensão perceptocognitiva, da mesma forma que constroem as condições de possibilidade para a emersão das mais variadas formas expressivas, nem sempre, previsíveis.

A estreita relação entre a mídia e o modo de articulação das narrativas é explorada no artigo *Pepper's Lonely Hearts Club Band: cânone e crítica cultural*, em que é realizada a análise das narrativas jornalísticas elaboradas em comemoração ao aniversário de lançamento do álbum *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*, e o modo pelo qual elas contribuem para perpetuar os mitos sobre a obra.

A redefinição do sensório ocasionada pelos meios e as consequências políticas e estéticas desse processo é explorada em dois artigos. Tendo como objeto a revista *Boa Forma* e os perfis de blogueiras fitness presentes no *Instagram*, o artigo *A dimensão sensível da comunicação: um olhar sobre o corpo*, discute os padrões estéticos massivos e, muitas vezes, irreais, que visam normatizar os corpos. Em *Corpo e emancipação: Zózimo Bullbul, cinema negro e pedagogia em cinema*, é realizada a análise do curta-metragem *O Arco do medo*, de Juan Rodrigues (2017), com o intuito de discutir os elementos sensíveis e epistemológicos presentes na obra de Zózimo Bullbul.

Dois artigos exploram os diferentes agenciamentos socioculturais pelos quais ocorrem a constituição de distintas espacialidades na urbe. Em *São Salvador e necropolítica: sobre a intersecção raça, espaço e poder*, discute-se a estratificação social na cidade de Salvador, fortemente caracterizada pela segregação econômica e, sobretudo, étnico-racial. Em *O que a política tranca, a arte destranca*, é apresentada uma análise da interdição da *Ladeira da Misericórdia*,

localizada no *Centro Histórico de Salvador*, e sua ocupação artística pela população, o que a torna uma territorialidade muito singular na capital baiana.

Por fim, o ensaio *A metáfora “máquina lógica” e a tecnologia do alfabeto* apresenta uma reflexão sobre os efeitos gerados pela tecnologia do alfabeto na dimensão perceptocognitiva humana e, por consequência, nos processos de produção do conhecimento.

# Sgt. Pepper`s Lonely Hearts Club Band: cânone e crítica cultural

*Celina Adriana Brandão Pereira  
Jorge Luiz Cunha Cardoso Filho*

## **Introdução**

O presente capítulo é resultado de uma pesquisa que se iniciou ainda na graduação no curso de Comunicação Social – Jornalismo, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em 2014, e que deu origem a uma dissertação de mestrado, com enfoque similar, defendida em 2019, no Programa de Pós-graduação em Comunicação, também da UFRB. O objeto de empírico dessa pesquisa foram as críticas culturais, entendidas aqui como uma formato narrativo característico da modernidade, cujo principal objetivo é produzir juízo sobre um determinado produto cultural. Especificamente, focamos nossas interpretações nas narrativas produzidas por ocasião das comemorações de 40 e 45 anos do lançamento do álbum *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*, da banda *The Beatles*, a fim de entender quais os processos estilísticos e retóricos empregados pela crítica cultural para reverberar um álbum canônico. A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de conteúdo de matérias publicadas no portal de notícias G1.

O álbum *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*, produzido e gravado pela banda britânica *The Beatles* e lançado no Reino Unido em 1967, constituiu-se como um dos produtos musicais mais explorados culturalmente e discutidos pela crítica. Em pesquisa sobre o disco, foi possível perceber a presença de termos como “álbum mítico”, “disco duradouro”, “disco histórico”, “álbum conceitual”, “um dos melhores discos de todos os tempos”, “obra de arte”, “obra prima”,

etc. Tais expressões, aliadas ao discurso retórico construído nas críticas ajudam a reforçar e perpetuar determinados mitos acerca do *Sgt. Pepper's*, assim como a reverberação de um cânone.

A partir destas observações, surgiu a necessidade de pesquisar e investigar quais estratégias seriam essas empregadas para perpetuar um determinado cânone na tradição vinculada ao Rock. A pesquisa proposta situa-se, desse modo, no campo da cultura e compreende-se a localização do objeto de pesquisa no mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero.

O que era apenas um mapa noturno, um mapa que nos permitiria “avançar tateando”, que serviria “para questionar as mesmas coisas – dominação, produção e trabalho – mas a partir do outro lado: as brechas, o consumo, o prazer”, que permitiria “o reconhecimento da situação a partir das mediações e dos sujeitos” (MARTÍN-BARBERO, 2006a, p. 290), transforma-se no novo mapa das mediações que o autor desenha em pistas para entrever meios e mediações e consolida em *Ofício de Cartógrafo*.

Alguns elementos do mapa proposto por Martín-Barbero auxiliam na reflexão sobre aspectos da canonização do disco *Sgt. Pepper's*, sendo possível transitar por seus eixos e extremidades. O mapa é composto por dois eixos retos que se cortam perpendicularmente. O eixo horizontal (chamado de *eixo diacrônico*) tem em uma de suas extremidades as *matrizes culturais* e na outra os *formatos industriais*. O eixo vertical (*eixo sincrônico*) corta o eixo diacrônico no centro, e possui na extremidade superior as *lógicas de produção*, e na inferior as *competências de recepção (consumo)*. Nos quadrantes 1, 2, 3 e 4 deste mapa, encontram-se nessa ordem tecnicidade, institucionalidade, socialidade e ritualidade. Nesse sentido, para a pesquisa proposta importa uma reflexão especial do eixo diacrônico, ou seja, as matrizes culturais e os formatos industriais que se fazem presentes em dois diferentes momentos de reverberação do disco,

ao longo das décadas em relação à obra: os aniversários de 40 e 45 anos de lançamento.

### **Gênero, crítica e cânone**

O termo “rock” não é facilmente definido, pois a sua compreensão perpassa questões que não se restringem apenas ao âmbito musical, mas que envolvem questões sociais, econômicas, culturais, estéticas e políticas. Especificamente, no que diz respeito ao disco *Sgt. Pepper’s Lonely Hearts Club Band*, pode-se dizer que se trata de uma obra do gênero musical rock, dentro universo da cultura pop, que surgiu na segunda metade da década de 1960.

Sgt. Peppers é um exemplo da mutação por que passou o rock. Ao invés de faixas rápidas ou temas românticos agrupados em números de, no máximo, 3 minutos, o LP dos Beatles apresentava uma série de canções que exigiam do ouvinte uma audição mais apurada. A partir de então, a denominação rock and roll ficou ligada aos traços das músicas produzidas na década de 1950 e início dos anos 1960, que eram faixas curtas e letras ligadas ao mundo adolescente. Hoje, rock and roll é reconhecido como um gênero musical que reproduz ou se refere aos primeiros passos do rock. Mas como a história do rock é uma trajetória que envolve genealogias particulares, alguns roqueiros e acadêmicos continuam utilizando a expressão rock and roll de um modo genérico, o que significa visões arqueológicas diferenciadas em relação à história do rock (JANOTTI JÚNIOR, 2003, p. 41).

A mudança das relações entre música, ouvinte, e cultura propiciadas pelo rock transgrediram a sua época e local de origem e se estendem até os dias de hoje. Entendemos como obra da cultura pop parte da cadeia musical midiática onde os aspectos comerciais são evidenciados e cujo modelo de divulgação se apoia nos grandes meios de comunicação, sejam eles de massa ou pós-massivos, sem necessariamente dizer respeito ao consumo indiscriminado de qual-

quer música ou a uma produção que busca homogeneizar modos de produção, circulação ou consumo.

Em determinada atividade crítica, devem ser considerados aspectos éticos, técnicos e elementos estéticos. Dado que o papel preponderante desta atividade é convencer sobre determinados posicionamentos, toda crítica perpassa pela listagem de um conjunto de argumentos de diversas naturezas que vão atuar diretamente no convencimento do sujeito atingido ou ao menos servir de base para que este formule suas próprias convicções sobre o objeto em apreciação. Assim,

Compreendida como um argumento (ou conjunto de argumentos), fruto de um exame ou avaliação, que visa defender uma posição sobre algo, a crítica possui como objetivo o convencimento. Este argumento crítico pode ser apresentado publicamente em razão de um debate já em andamento ou ele mesmo pode vir a gerar um debate. A mesma crítica pode considerar argumentos anteriores ou prever novos argumentos, mas a crítica em si não encerra o debate. Do ponto de vista da discussão pública, o fundamental é que haja, disponível ao público, uma ampla variedade de críticas, de argumentos, de posições sobre determinado tema que sirvam de insumos para a formulação dos seus próprios juízos (CARDOSO FILHO & AZEVEDO, 2013).

Tem-se, portanto que a crítica cultural atua ao lado de outros agentes produtores de sentido - músicos, produtores culturais, indústria fonográfica, publicitários e o próprio público (ouvintes, fãs, apreciadores). Assim, se reforça a relevância das matrizes culturais e dos formatos industriais do eixo horizontal do mapa das mediações de Martín-Barbero nos processos de canonização. O estudo possui enfoque nesses dois extremos do eixo diacrônico pelo fato de que, na observação do caminho percorrido pelo disco ao longo de seus 45 anos, é possível pontuar a importâncias destes dois elementos nos diferentes momentos de fortalecimento do seu cânone.



No caso da música, o cânone se estabelece por volta do início do século XIX, sendo sua primeira manifestação o culto da trindade Haydn, Mozart e Beethoven. É a partir do século XIX que se “descobre” que a música tinha uma história que deveria ser preservada e que se incorporam ao repertório músicas de épocas anteriores. Até então, a música executada era aquela contemporânea ou de, no máximo, uma ou duas gerações anteriores [...] Foi ao longo do século XIX que se constituiu o cânone musicológico, composto de um panteão de gênios criadores (Bach, Handel, Haydn, Mozart, Beethoven, Schubert, Schumann, Mendelssohn, Chopin, Liszt, Wagner e Brahms, com algumas variações) de suas obras-primas (com especial destaque para sinfonias, concertos, quartetos de cordas, sonatas, óperas e *lieder*), mas também de um instrumental teórico, de metodologias e ferramentas analíticas voltadas para este repertório. Assim, o cânone tende a se disseminar, uma vez que compõe a maior parte do repertório executado, estudado nas escolas de música e as ferramentas analíticas tradicionais irão confirmar sua superioridade, posto que foram concebidas para o seu estudo (BAIA, 2012, p. 71).

Com o passar das décadas, outras tradições musicais também passaram a constituir cânones (como por exemplo, os gêneros musicais jazz e rock). Empregamos o termo cânone de forma genérica, como a valoração simbólica que uma obra agrega em determinados espaços de discurso e sua projeção nos processos históricos e fenômenos de seu campo de atuação. No caso em questão, no contexto no qual a música é fruída.

É necessário que os cânones sejam sempre vislumbrados de forma crítica e contextual, constituindo-se mais enquanto orientadores para fruição, escuta e estudo de determinada tradição artística do que uma orientação unilateral de consumo. No caso do rock, pode-se afirmar, a partir de uma análise histórica do desenvolvimento deste gênero musical, que a banda *The Beatles* figura no panteão de gênios criadores, ao lado de outros artistas como *Bob Dylan* e *Jimi Hendrix*, por exemplo. Em listas de discos mais influente e avaliados

dentro do gênero o rock, o disco *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band* encontra-se, quase que exclusivamente, no repertório das três melhores obras<sup>32</sup>.

Ocorre que, na perpetuação de cânones que reproduzem e reiteram discursos e que reforçam concepções, a crítica cultural pode impetrar um papel determinante. Ao repetir discursos sobre determinada obra sem um aprofundamento, ou despido de um conjunto de outros elementos que fundamentem o discurso ou ideia difundidos, a crítica cultural pode contribuir para o reforço de determinadas leituras, ideológicas ou não, na história de determinado gênero musical. As estratégias utilizadas para alcançar esta finalidade, em grande parte das vezes, se dão no sentido de evidenciar de aspectos de uma obra em detrimento de outros elementos.

Any kind of canonisation inevitably entails exclusions that can be traced back to the social dispositions of the participants. Accordingly, any canon should be examined and critically questioned as it implies latent claims to power and authority [...] Still, on the other side of the argument, canons may serve well as an orientation within the vast offering of music we are exposed to in our lifetimes, and as a guide for people who wish to understand popular music's history (VON APPEN & DOEHRING, 2006, p. 34)

Pretendemos identificar, portanto, as estratégias argumentativas, textuais e críticas utilizadas nas matérias de celebração dos 40 e 45 anos do disco *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band* que possam

32 Em artigo, Ralf Von Appen e Andre Doehring analisaram 38 listas de "100 maiores álbuns de todos os tempos" e a partir desta análise traçaram a presença de um cânone da música popular que tende a uma estabilidade no que diz respeito aos álbuns da década de 1960 (com destaque para as obras da banda "The Beatles"). As listas de melhores discos de todos os tempos, uma das formas mais influentes de canonização, tendem, segundo os autores, a excluir álbuns que não passam no teste do tempo, e que são substituídos por outros discos. Aqueles que sobrevivem, galgam o status de "obra-prima". Ainda segundo os autores, quanto mais alta a posição que um álbum alcança, maior o consenso a respeito dele. Numa média das posições nas 38 listas analisadas, entre os anos de 1985 até 2004, *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band* conseguiu estabilizar-se em segundo lugar (atrás apenas de *Revolver*, álbum também da banda *The Beatles*).

contribuir para o reforço do cânone desta obra, genericamente considerada como um disco clássico do rock, de autoria de uma banda também cânone deste gênero musical.

### **Aniversários de lançamento**

As narrativas produzidas durante ocasiões de celebração são importantes, uma vez que exibem publicamente determinados valores que são cultivados como positivos no escopo social e no interior de um determinado campo cultural. Na cultura pop, onde o gênero rock está inserido, as datas de lançamento de determinados álbuns são ocasiões nas quais essas narrativas celebrativas emergem, nos fazendo entender um pouco melhor as formas como os críticos (e portanto, parte da sociedade) lidam com aqueles produtos culturais. Evidentemente, as narrativas de celebração dos aniversários de lançamento dizem muito mais sobre o contexto no qual a crítica foi produzida do que sobre o contexto de lançamentos do álbuns e, justamente por essa capacidade de expressar seu tempo e aqueles valores que são temporais, que a crítica cultural nos interessa enquanto formato narrativo.

Para observar o fenômeno da canonização do *Sgt. Pepper's* através da crítica empregou-se o método de análise de conteúdo, uma vez que a técnica permite a valorização de aspectos quantitativos e qualitativos que importam ao estudo em questão. É importante salientar que a opção pela análise de conteúdo leva em consideração o fato de que a análise das mensagens segundo o método cumpre dois importantes pressupostos: sistematicidade e confiabilidade.

Após realizar a busca pelas matérias no site G1, através do recorte de pesquisa previamente estabelecido, chegou-se a um total de nove matérias para análise. Destas, oito são referentes ao aniversário de 40 anos do disco e uma referente ao aniversário de 45 anos. Quatro matérias foram publicadas na editoria *Pop & Arte*, quatro na editoria *Música* e uma na editoria de notícias dedicadas ao canal *Glo-*

bo News. Seis matérias são de origem de agências de notícias e três são publicações de responsabilidade do próprio G1. Apenas uma das matérias possui um caráter mais regional, abordando o *Sgt. Pepper's* do ponto de vista da influência do disco na produção do rock nacional. Como o *corpus* analítico é longo, nos debruçamos aqui sobre 4 dessas nove críticas e extraímos algumas conclusões.

Na primeira delas, *Grã-Bretanha comemora os 40 anos do álbum "Sgt. Pepper's" dos Beatles*<sup>33</sup>, tem-se como informação principal os eventos que se realizam na Grã-Bretanha em comemoração ao aniversário do disco. Dentre estes eventos destacam-se a regravação de canções do disco por grupos renomados do rock, como as bandas Oasis, The Killers e Kaiser Chiefs, pelo mesmo engenheiro de som da gravação do *Sgt. Pepper's* original, Geoff Emerick e no mesmo equipamento de quatro canais utilizado pelos Beatles; a exibição de um documentário sobre o álbum pela rádio BBC de Londres; as comemorações em Liverpool, cidade de origem do grupo e debates na Universidade de Leeds sobre o impacto sócio-cultural do disco. A matéria pincela ainda algumas informações sobre o disco, como detalhes sobre a capa, a citação das canções mais conhecidas, a data de lançamento do oitavo álbum do grupo.

Segundo a narrativa construída pela crítica, o disco provoca um forte impacto cultural e midiático mesmo 40 anos depois de seu lançamento, suscitando numerosos eventos de rememoração e celebração da obra. A realização de um documentário pela Radio BBC para falar sobre o álbum com a presença de bandas de Rock renomadas e do engenheiro de som utilizando os equipamentos originais reforçam ainda mais o caráter nostálgico das comemorações. A realização de debates acadêmicos no sentido de discutir a importância um disco de seu tempo e que se mudou a forma de como gravar rock, não o fez de forma consciente. Já a citação de Ringo Starr vai de en-

33 G1. **Grã-Bretanha comemora os 40 anos do álbum "Sgt. Pepper's" dos Beatles.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,AA1553217-7084,00-GRABRETANHA+COMEMORA+OS+ANOS+DO+ALBUM+SGT+PEPERS+DOS+BEATLES.html>> Acesso em 20 de março de 2014.

contro a uma recorrente e difundida concepção sobre o disco: a de que ele foi pensado de forma conceitual. Na citação do músico, fica claro que qualquer tentativa de tematizar o álbum se perdeu em determinado momento. A matéria não deixa de listar elogios ao disco, quando no segundo parágrafo contextualiza o *Sgt. Pepper's* na história, nas vésperas do Verão do Amor e no início da era Hippie, situando-o como uma obra que “rompeu os limites da música pop e conseguiu fazer com que um disco deixasse de ser uma simples reunião de canções para se transformar em uma obra de arte com identidade própria”.

Por fim, o texto evidencia três elementos que atuam na perpetuação do cânone do disco: números de vendagem (“Em um mês, o álbum vendeu 500 mil cópias no Reino Unido, e em três meses, 2,5 milhões nos Estados Unidos.”); aceitação pela crítica, baseada no depoimento de um único escritor (“o escritor britânico Kenneth Tynan afirmou que o disco representava ‘um momento decisivo na história da civilização ocidental’”) e por fim a presença do disco entre os melhores discos do rock e de sua perpetuação na música como uma referência, sem entretanto citar nenhuma das listas.

A terceira crítica analisada, *"Sgt. Pepper" conquista novos fãs em seu 40º aniversário*<sup>34</sup>, tem como informação principal a negociação sobre a disponibilização do catálogo digital de músicas dos Beatles, com intuito de atender a demanda dos ouvintes atuais, cuja forma de escuta majoritária é através do formato digital. Além desta informação, o texto contém dados que rememoram a capa do disco as figuras que estão presentes nas fotos (Mae West, Fred Astaire e Karl Marx); a regravação de músicas do disco por bandas de rock atuais (Oasis, Kaiser Chiefs e Razorlight), contando com o trabalho do engenheiro de som Geoff Emerick e o equipamento original. Há ainda informações sobre o tempo de produção do disco (129 dias, em comparativo aos 585 minutos gastos na gravação do *Please Please Me*), e a citação do

34 **"Sgt. Pepper" conquista novos fãs em seu 40º aniversário.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,AA1554053-7084,00-SGT+PEPPER+-CONQUISTA+NOVOS+FAS+EM+SEU+O+ANIVERSARIO.html>> Acesso em 25 de março de 2014.

historiador Paul Gambaccini sobre a importância do disco e sobre o possível aumento das vendas com a disponibilização online da obra.

O texto utiliza a informação do número de horas gastos para gravar o disco em comparativo com o primeiro álbum da banda, mas neste caso, compara o número de dias de produção de *Sgt. Pepper's* com o número de horas de *Please Please Me*, o primeiro disco dos Beatles.

Logo após citar a homenagem das novas bandas ao disco, e a presença de Geoff Emerick na gravação com os antigos equipamentos, o texto começa a tocar na questão das novas tecnologias: “A tecnologia informatizada transformou a música. Quarenta anos atrás, em 1967, se Paul McCartney desafinasse ao cantar ou John Lennon errasse uma nota na guitarra, eles teriam que regravar”. Tal citação evidencia que na época em que os Beatles gravavam, as dificuldades tecnológicas eram maiores do que as atuais.

Outro elemento importante na matéria é a presença do historiador Paul Gambaccini, que coloca o disco como um dos ícones do século vinte, símbolo do Verão do Amor de 1967. É na própria fala do historiador que se coloca a possibilidade de a geração do download dar nova vida ao álbum: “Sgt. Pepper's nunca parou de vender, e agora provavelmente haverá outro pico de vendas quando o álbum sair em formato digital”. O respaldo ao disco na fala de um historiador, que reconhece a importância do álbum para uma geração e que afirma que o disco sempre vendeu, convence o leitor sobre as afirmações feitas por *Sgt. Pepper's*.

O último exemplo que trazemos é o da crítica *Sargeant Pepper's: lendário disco dos Beatles completa 45 anos*<sup>35</sup>. O texto resgata o lançamento do disco, elementos de produção que remetem à estética do álbum e à identidade sonora que os músicos buscavam. Dois assuntos polêmicos são apresentados. Um deles é a suposta referência na capa do disco e nas suas músicas à teoria da conspiração

35 G1. **Sargeant Pepper's: lendário disco dos Beatles completa 45 anos.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2012/06/sargeant-peppers-lendario-disco-dos-beatles-completa-45-anos.html>> Acesso em 25 de março de 2014.

conhecida como “Paul is Dead”. Segundo tal teoria, Paul McCartney teria morrido em um acidente de moto sofrido à época em que os Beatles resolveram abandonar os palcos. Em seu lugar, teria sido colocado um sócia de Paul. A capa do álbum seria uma referencia subliminar ao funeral do músico. A outra polêmica é a referência às drogas em diversas músicas do disco, e em especial na música *Lucy in the Sky with Diamonds*, que seria, segundo a matéria e a polêmica, uma alusão direta ao LSD. Dadas estas possíveis menções ao uso de drogas, alguns veículos proibiram a execução das músicas em 1967. Por fim, o texto reafirma a importância e influência que o disco exerce em outras bandas até os dias atuais.

Um olhar mais imediato pode levar a crer que a matéria, em relação às outras avaliadas até então, parece ter um caráter mais especializado, com mais informações e elementos mais polêmicos da obra. Entretanto, uma avaliação mais apurada auxilia a encontrar falhas na construção do discurso informativo, que fragilizam a credibilidade do texto. Percebe-se que o título da matéria cita o disco como lendário, e que o primeiro parágrafo se constrói com um uso excessivo de termos que auxiliam no reforço desta ideia:

Há 45 anos, os Beatles lançavam o *disco mais famoso e polêmico da carreira*. Em 1º de junho de 1967, o mundo se viu diante de *um clássico que jamais vai ser esquecido*. Para muitos, ele é considerado *o melhor disco de todos os tempos*. “Sargent Peppers Lonely Hearts Club Band” representa *um marco na história da música* (grifo nosso)”.

A partir daí, a leitura segue com um direcionamento prévio sobre a grandiosidade da obra. No segundo parágrafo, aponta: “A estética do álbum, como um todo, já impressiona, a começar pelo nome. A ideia surgiu a partir da disputa entre Paul McCartney e John Lennon pela liderança do quarteto. Daí veio a iniciativa de mostrar os Beatles com uma nova identidade”. O texto parece acertar no que diz respeito à construção estética do conceito *Sgt. Pepper’s*, e na própria disputa, entre Paul McCartney e John Lennon. Uma leitura contextual

da vida e obra da banda, todavia, faz entender que esta disputa era mais musical do que de liderança do grupo. O próprio John Lennon afirmou que ideia da identidade de uma banda que não seriam os Beatles, e que viajariam em turnê em um disco, foi do próprio Paul McCartney, depois de retornar de uma viagem aos Estados Unidos.

A referência ao conteúdo subliminar da capa traz à tona um mito em torno do disco, que embora seja muito propagado, trata-se mais de uma curiosidade. A parte musicalmente mais relevante do texto encontra-se no quarto parágrafo, que embora não se aprofunde, pincela um pouco das muitas técnicas de gravação utilizadas no disco, como é o caso da forma de microfonação. A matéria finaliza com a reafirmação da grandiosidade da obra evidenciada no primeiro parágrafo:

Fundamental para a história do rock, as músicas de Sargeant Peppers são influência até hoje para os novos artistas. Bandas fazem versões que misturam o clássico com ritmos atuais. É impossível não reconhecer o legado que a obra dos Beatles deixou para os amantes da boa música.

Não há maiores desdobramentos sobre a dita influência do disco. A citação é genérica e não há exemplos de artistas que tenham se inspirado no *Sgt. Pepper's* para compor. A última frase relaciona o legado da banda aos amantes de boa música, sem que seja ponderada a subjetividade que a terminologia “boa música” possa carregar.

## **Padrões identificados**

É possível fazer algumas observações sobre a forma como as matérias atuam na perpetuação do cânone *Sgt. Pepper's* enquanto um álbum mítico. Para expor de forma mais sistemática, apresentamos algumas estratégias de canonização, ou seja, os aspectos mais empregados nas críticas analisadas que conseguem contribuir para avigorar a imponência de *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band* enquanto obra ícone do gênero musical rock e da cultura pop. Em nosso entendimento, essas estratégias podem ser testadas em críticas de



outros álbuns da tradição vinculada ao rock. Identificamos as seguintes, sem ordem de importância: repetição de termos/ destaque de informações; presença de especialistas e grandes nomes da cultura pop; números e listas; valor estético.

A *repetição de termos/destaque das informações* pode ser percebida, ao longo das matérias analisadas, no uso de palavras, termos e frases que reforçam a ideia de que o *Sgt. Pepper's* é, por algum motivo, um disco com importância singular tanto no universo da cultura pop quanto no universo da música. Ainda que em contextos distintos, palavras como *mítico, famoso, importante, influente, referência, melhor, clássico, símbolo, marco, lendário, fundamental e polêmico* aparecem na construção discursiva dos textos de forma a imprimir no leitor a ideia de que *Sgt. Pepper's* é uma obra grandiosa.

Em algumas das matérias analisadas, a estratégia de construção do texto com o uso destes termos se dá através da rememoração de aspectos marcantes sobre a obra, informações estas que se repetem em textos distintos. A maior parte dessas informações diz respeito ao número de horas de gravação, aspectos tecnológicos e de produção, informações sobre capa e encarte e a presença de famosos ao lado dos Beatles na fotografia de Peter Blake, citação das músicas mais conhecidas e a importância histórica e sociocultural da obra, muitas vezes colocada na fala de especialistas (historiadores, estudiosos acadêmicos, jornalistas especializados). No caso específico das matérias das agências de notícia, nota-se no geral que o caminho para pautar o aniversário da obra foi mais o de noticiar fatos sobre a comemoração do disco, intercalando-os com algumas informações mais conhecidas sobre ele. A canonização se dá na própria construção discursiva da crítica. Os quatro textos analisados repetem termos de modo a reforçar o seu caráter de disco clássico do rock e de obra prima da cultura pop.

Já na estratégia *presença de especialistas e grandes nomes da cultura pop*, o reforço do cânone do disco se estabelece a partir do

elogio de pessoas especializadas: historiadores, estudiosos acadêmicos, jornalistas, editores, músicos. O respaldo por parte deste público especializado atua no discurso referendando a importância da obra. Do mesmo modo, a presença de celebridades, ligadas ou não à banda, promove uma identificação com o público leitor. É o caso, por exemplo, dos textos que noticiam regravação do disco por parte de bandas contemporâneas do rock, que aproximam os novos ouvintes do gênero de um disco lançado 45 anos atrás.

A estratégia *números e listas* funciona, de forma geral, em todos os textos analisado. Algumas matérias trazem números em aspecto comparativo (como é o caso do número de dias / horas utilizados nas gravações de *Sgt. Pepper's* em relação ao disco *Please Please Me*). Em outros casos, são relacionados números que reforçam a notoriedade de mercado que o disco possui, sem necessidade de compará-lo a outras obras (como é o caso de números de cópias vendidas no Reino Unido e nos Estados Unidos, e até mesmo o valor monetário do catálogo digital da banda. Números vultuosos como 500 mil cópias vendidas em um mês, ou 2,5 milhões de cópias em 3 meses saltam aos olhos e impressionam o leitor).

No mesmo sentido dos números, aparecem as listas de melhores discos de todos os tempos. Segundo o que pode ser extraído do estudo sobre cânone de Appen e Doehring já referenciado, a presença de determinado disco em diversas listas denota a estima que determinado registro da música pop pode conter<sup>36</sup>. Embora as matérias não especifiquem as listas nas quais o disco figura, muito

---

36 O trabalho de Von Appen e Doehring (2006) também traz um reflexo da estabilidade do cânone Beatles a partir das listas ao longo das décadas, nele incluso o cânone *Sgt. Pepper's*. Segundo os autores, além do domínio da década de 60, que contem 40% dos álbuns das listas, os *Beatles* figuram em um sexto das listas, com sete álbuns, contabilizando quatro deles entre os dez com maiores registros. Com o passar dos anos, a posição da banda nas listas subiu ainda mais. Entre 1985 e 2004, a presença da banda na lista aumentou em cinco por cento em relação às compilações anteriores. Na pesquisa dos autores, apenas os Beatles conseguem figurar nas posições mais elevadas dos discos mais vendidos e dos melhores discos, respectivamente.

menos especifique o caráter destas listas (se é uma eleição do público, músicos ou crítica especializada, por exemplo), a mera citação da presença de *Sgt. Pepper's* na maioria destas listas já se configura como uma estratégia de demonstrar o alcance e poder que a obra possui dentro da indústria fonográfica.

Já a estratégia *valor estético*, indica a forma como as características estéticas do disco são apresentadas ao longo críticas. É possível verificar que embora o disco seja pontuado repetidas vezes como um marco do uso da *criatividade* e da *inovação tecnológica*, os aspectos propriamente estéticos das canções são os menos acionados, e quando isto é feito, é de forma bastante genérica. A maneira como os instrumentos são utilizados, as diversas camadas existentes nas canções, a exploração da criatividade para alcançar a textura sonora idealizada pelos músicos aparecem pouco, e quando aparecem, é de maneira pouco aprofundada. Isso denota claramente que muito mais do que contribuir para a formação de um juízo crítico do leitor/ouvinte, as publicações estão mais vinculadas a uma indústria da informação que, com as comemorações do disco, ganha um grande aliado na venda de notícias. Desta forma, ao invés de as comemorações suscitarem novas reflexões sobre o disco, o momento de seu surgimento na história da música e as peculiaridades estéticas que interessam, em sua maioria, a um público ouvinte do gênero musical rock, tais celebrações suscitam a proliferação de uma grande quantidade de matérias que dão visibilidade à obra sem se aprofundar nos seus quesitos propriamente musicais. Desta maneira, agências de notícia, por exemplo, são provocadas por esta indústria da notícia a produzir grande conteúdo sobre *Sgt. Pepper's*, noticiando desdobramentos das comemorações do disco e contribuindo para que ele continue tendo tamanha visibilidade, reforçando ainda mais o seu lugar cativo entre as grandes obras do gênero musical rock, sem provocar maiores questionamentos musicais sobre ele.

Dentre os diferentes recursos e categorias averiguados e propostos, é possível observar que a construção dos textos muitas vezes se pauta na repetição de informações já conhecidas sobre o disco aliada ao não aprofundamento. Um questionamento possível é se essa repetição é estratégica ou não, ou mesmo pouca competência cultural de quem escreve. No site Uol Música, por exemplo, encontramos uma matéria da agência BBC Brasil que replica uma lista de curiosidades sobre o disco: “Sgt Pepper's completa 40 anos; conheça 15 fatos sobre o álbum”<sup>37</sup>. Precedida de comentários como “icônico álbum” e “um dos melhores discos de todos os tempos”, a lista repete fatos engrandecedores da obra que são frequentemente trazidos nos textos sobre o disco, alguns deles verdadeiros e outros plenamente questionáveis. Um exemplo é o fato “O álbum foi feito para ser tocado de uma vez só, do começo ao fim”. Sabe-se, pelos estudos previamente realizados, que a construção da ordem das músicas do disco foi realizada por George Martin, considerando aspectos comerciais e subjetivos<sup>38</sup> (MARTIN, 1995). Logo, não podemos dizer que efetivamente *Pepper* foi um disco feito pra se ouvir de uma vez do início até o fim.

Um ponto importante a ser destacado é que não foi encontrada na pesquisa nenhuma matéria posterior com desdobramentos da regravação comemorativa dos 40 anos do disco. Um texto disponível no site *O Globo*, intitulado “Sargento Pimenta 2007, a homenagem brasileira”<sup>39</sup>, do crítico brasileiro Jamari França, pontua o quão desastrosa a homenagem pode ter sido: “Na soma, a homenagem brasileira ao ‘Sgt Pepper's’ não se sai mal. Achei mico total aquela que foi feita pela BBC reproduzindo os mesmos arranjos com várias

37 UOL MÚSICA. **Sgt Pepper's completa 40 anos; conheça 15 fatos sobre o álbum.** Disponível em : <<http://musica.uol.com.br/noticias/bbc/2007/06/01/sgt-peppers-completa-40-anos-conheca-15-fatos-sobre-o-album.htm>> Acesso em 20 de março de 2014.

38 MARTIN, George. **Paz, Amor e Sgt. Pepper: os bastidores do disco mais importante dos Beatles.** Tradução Marcelo Fróes. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

39 O GLOBO. **Sargento Pimenta 2007, a homenagem brasileira.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/jamari/posts/2007/10/06/sargento-pimenta-2007-homenagem-brasileira-76110.asp>> Acesso em: 20 de março de 2014.

bandas. Eles forçaram todo mundo a entrar na mesma dos Beatles e o resultado foi desastroso”.

Intencionalmente ou não, as críticas ora analisadas, publicadas nos aniversários de 40 e 45 anos de lançamento do disco *Sgt. Pepper's*, atuam de modo a perpetuar o cânone segundo as estratégias indicadas, são elas: repetição de termos/ destaque de informações; presença de especialistas e grandes nomes da cultura pop; números e listas; valor estético. Nos parece, desse modo, que as narrativas de comemoração do lançamentos do álbum se configuram como ocasiões propícias para celebrar uma determinada identidade coerente, construída não apenas para o disco, mas para os próprios artistas.

## Referências

APPEN, Ralf von; DOEHRING, Andre. **Never Mind The Beatles, here's Exile 61 and Nico: 'The Top 100 Records of All Time' – a canon of pop and rock albums from a sociological and aesthetic perspective.** *Popular Music*, vol. 25/1, United Kingdom, Cambridge University Press, 2006.

BAIA, Silvano Fernandes. **A música popular na historiografia: reflexões sobre fontes e métodos.** *ArtCultura (UFU)*, v. 14, 2012, p. 71

CARDOSO FILHO, Jorge; AZEVEDO, Dilvan Passos. **Do argumento à sedução: dimensões (est)éticas da crítica.** In: *XXII Encontro Anual da COMPOS*, 2013, Salvador. Anais da 22 COMPOS, 2013.

FRITH, Simon. **Performing rites: on the value of popular music.** Cambridge: Harvard University Press, 1996.

GRACYK, Theodore. **Rhythm and noise: an aesthetics of rock.** London: Duke University Press, 1996.

GOMES, Itania Maria Mota. **Gênero televisivo como categoria cultural: um lugar no centro do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero.** Revista FAMECOS (Impresso), 2011, v. 18, p. 117.

JANOTTI JÚNIOR, Jeder. **Aumenta que isso aí é Rock and Roll – mídia, gênero musical e identidade.** Rio de Janeiro: E-Pappers Serviços Editoriais, 2003, p. 41.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção e leitura.** São Paulo: Cosac Naify, 2007

# A dimensão sensível da comunicação – um olhar sobre o corpo

Naiara Moura Pinto  
Renata Pitombo Cidreira

Enquanto sede da nossa experiência com o mundo, os nossos corpos constituem elementos centrais para pensar a existência, a experiência e, naturalmente, a sensibilidade. É através do corpo que nos relacionamos com o mundo e, somente por ele, somos capazes de afetar e de sermos afetados pelas coisas do mundo material que nos cerca.

A primeira proposição para pensar na relação corpo e mundo (antes de chegarmos à mídia) vem numa perspectiva fenomenológica, na qual Merleau-Ponty (1999) nos explica que “é por meu corpo que compreendo o outro, assim como é por meu corpo que percebo “coisas”” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 253). Este compreender e perceber perpassa o ser biológico, tocando as condutas e os sentimentos passionais inventados, como a cólera e o amor, exemplifica o autor. Assim, o engajamento do corpo com as coisas permite que estas “coisas” coexistam com os indivíduos como sujeitos encarnados.

Nota-se que a compreensão do mundo não se dá de forma solitária para Merleau-Ponty, efetivando-se coletivamente enquanto uma instituição sensível que é; e por sê-la, toma lugar no nosso corpo, que é o primeiro meio de comunicação com o tempo e espaço. É o corpo que torna possível toda a possibilidade de experiência. Para Merleau-Ponty (apud VALVERDE, 2018), a percepção, enquanto capacidade de tornar algo presente, só existe através do corpo, uma vez que habitamos pelos movimentos do nosso corpo próprio.

Além disso, vale destacar que a dimensão afetiva cumpre um papel extremamente importante para se pensar *o corpo próprio*,

como define Merleau-Ponty. Pela afetividade, a dinâmica corporal se expressa na sua relação com outros corpos e com o mundo. O sujeito da sensação, “é uma potência que co-nasce em um certo meio de existência ou se sincroniza com ele” (1999, p. 285). Nesse sentido, é preciso reconhecer que há uma interação que passa pelo afeto e que permite que certas experiências perceptivas sejam absorvidas e integradas ao nosso ambiente existencial.

Como um meio de comunicação, servimo-nos do corpo também para a expressão dos nossos sentimentos, sendo tal expressão adequada às normas coletivas implícitas, explica Le Breton (2007). O sentimento experimentado e expresso pelo indivíduo através da sua gestualidade corporal deve fazer parte do repertório de seu grupo, o que evidencia ainda mais a necessidade do vínculo social que possibilita uma partilha de simbologia e viabiliza um reconhecimento mútuo. Além da dimensão dos sentimentos, Le Breton (2007) também ressalta a importância corpórea para o campo sensorial, observando que a configuração dos sentidos é de natureza fisiológica, mas também social. O autor argumenta ainda que na medida em que aprendemos novas técnicas e habilidades, temos aí um novo aprendizado sensorial - ao aprender cozinhar, por exemplo, há uma experiência ligada ao olfato, ao paladar e à visão. Assim, a experiência corporal é capaz de modelar as percepções sensoriais ao integrar novas informações.

Percepções de cores, gostos, sons, grau de afinamento do toque, limite da dor, etc. A percepção dos inúmeros estímulos que o corpo consegue recolher a cada instante é função do pertencimento social do ator e de seu modo particular de inserção no sistema cultural (LE BRETON, 2007, p. 56)

Em nosso século, observa Valverde (2017), concebemos o corpo como o lugar das inscrições e ao mesmo tempo meio de uma expressão de uma subjetividade imaginária, enraizada no simbólico. Seguindo pela fenomenologia, Valverde sintetiza que “o corpo é visto



como sede da significação e dos processos simbólicos, como sede e verdadeiro meio da experiência, (...) é um objeto que é a condição de acesso a toda e qualquer realidade” (VALVERDE, 2017, p.27). Entendemos este corpo enquanto sede da sensibilidade, pois se trata de um meio da percepção sensível, da linguagem e de todo tipo de atuação em comunidade.

Partindo do pressuposto que a aparição só se efetiva através de uma apresentação, Cidreira (2013) pontua que, para compreender a existência em comunidade, a aparência é abordada nas variadas formas de apresentação do corpo, devendo ser observada enquanto um deixar-se ver, uma doação de um mundo sensível ao sujeito da experiência. Mesmo estando numa cultura na qual a aparência é depreciada e tomada com enganadora, o caráter essencial do *aparecer*, seja através dos modos de vestir ou da modelagem corporal, estabelece um dos primeiros vínculos dos homens aculturados. “O corpo próprio e sua expressão que permitem ao homem exercer sua capacidade de transcender-se, em direção a um comportamento novo, em direção ao mundo exterior ou em direção a outrem” (CIDREIRA, 2013, p.119).

A autora exemplifica com a experiência da construção de uma imagem de outro indivíduo feita a partir de primeiras impressões, com sinais que revelam algo pertinente da personalidade daquele indivíduo. Simmel (*apud* CIDREIRA, 2013) defende que o indivíduo é compreendido pelo seu aspecto antes de ser compreendido pelos seus atos, pode-se dizer assim que “a figura expressa o homem” (CIDREIRA, 2013, p.114), numa compreensão imediata, mas que não é única, apesar de plena. O *aparecer* teria sido inventado, conforme Camus (*apud* CIDREIRA, 2013) para dar uma forma ao tempo entre o existir, sobreviver e morrer, criando um “sabor” e uma “substância” a ser compartilhada neste intervalo existencial. “O estilo é o *aparecer* do sentido(...) O *aparecer* é a poesia do ser” (CAMUS, *apud* CIDREIRA, 2013, p.114).

Inicialmente, só é possível verificar dados emitidos pela aparência quando há sujeitos em contato, de acordo com Maisonneuve e Bruchon-Schweitzer (1999). A aparência é a via pela qual nos sujeitamos ao olhar do outro, um aspecto que a pessoa se dá a perceber, oferecendo signos de atração ou recusa. Estes signos aparecem através do tipo corporal, aspecto, tez, vestimenta, penteado ou acessórios, nos quais cada pessoa deposita um sentido, quanto à personalidade e mesmo à pertença social.

A nossa imagem do corpo, para Maisonneuve e Bruchon-Schweitzer (1999), é o lugar sensível da nossa identidade, pela qual costumeiramente busca-se agradar, enquanto agrada a si mesmo. Le Breton (2007) entende o corpo enquanto vetor semântico pelo qual a relação com o mundo é construída. Os usos do corpo permitem o nascimento e propagação de significações individuais e coletivas, que são o eixo da nossa relação com o mundo. “Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida, traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade” (LE BRETON, 2007, p.7). Esta comunidade, conforme já explicamos, é formada pela partilha de sentidos e práticas, numa relação de socialização de elementos sensíveis.

Entendido como uma mídia primária, o corpo é o que nos permite vivenciar o mundo que nos rodeia; somente através e com ele podemos nos comunicar com o outro e nos relacionar (GARCIA, 2002). “Desde seus primórdios, que remontam à época medieval, a moda interage com diversas modalidades expressivas do corpo, ao completar-lhe e enfatizar sua comunicabilidade” (GARCIA, 2002, p. 27). Assim, o indivíduo utiliza a ação de decorar, ornamentar e revestir a pele enquanto um exercício de percepção e cognição para o universo, no qual se busca o prazer em ver e o prazer de ser visto (LIPOVETSKY, 2009).

Enquanto relaciona-se com a anatomia humana, a vestimenta é um elemento que engaja todo o ser, tendo a possibilidade de ser

um sistema de significação (CIDREIRA, 2005). Tanto a roupa quanto os acessórios podem ser entendidos como tecnologias que prolongam a morfologia humana, fornecendo outra dimensão aos indivíduos que os distingue dos animais. Para McLuhan (2006), a indumentária enquanto mídia é mais precisamente uma extensão da pele, um instrumento criado pelo homem para assessorá-lo no dia a dia, servindo ainda como meio de definição do ser social.

### **Corpos e experiência sensível**

Neste sentido, a moda atua enquanto elemento modificador da experiência sensível e corporal dos indivíduos tanto solitariamente quanto em comunidade, atuando também como um *mass media*, conforme argumenta Cidreira (2005). Ao mesmo tempo em que é um meio de comunicação e mediação entre os indivíduos e grupos sociais, a moda é principalmente um instrumento do discurso simbólico da comunicação representada pela iconicidade. Mesmo nu, o corpo é afetado pela vestimenta “pois o corpo nu estará sempre “vestido” em razão de suas definições sociais”, há sempre um corpo moldado pela moda (SVENDSEN, 2010).

Adequando-se a estética de cada época, a modelagem da vestimenta passou a ganhar formas, aumentando, diminuindo, alargando e ajustando a partir do momento que passou a se distinguir vestimentas para homens e mulheres, construindo um novo corpo (LIMA, 2002). A possibilidade de agradar e instigar através das aparências se delinea com o intuito também de agradar a si mesmo, ganhando contornos expressivos na necessidade de se mostrar ao outro como belo e sexualmente atrativo (GARCIA, 2002). Não se trata somente de modelar o corpo através do traje, mas também com procedimentos que possibilitam uma reconstrução do corpo, redesenhando-o pela pressão social. Garcia (2002) observa que este *novo corpo* torna-se uma citação, uma imitação do original, com uma força determinante de sua reprodução no mundo da aparência.

Numa alusão à modelagem corporal a partir da roupa, Svendsen (2010) concorda que o espartilho não desapareceu de fato, sendo convertido ou substituído por outros tipos de roupa de baixo bem como no corpo moderno que é bem exercitado. Para o autor, a academia de ginástica é o novo espartilho, uma vez que o corpo feminino estaria “livre” do espartilho, não precisando dele mais para moldar o corpo; no entanto, agora podendo “escolher” substituir a gordura por músculo numa academia ou submeter-se ao bisturi numa cirurgia plástica. O que se vê é que essa “liberdade” não é absoluta, ocorre baseada ao internalizar-se normas sociais principalmente através de um poder disciplinador exercido pela mídia (jornais, revistas, cinema, redes sociais digitais), propondo um corpo inalcançável.

A transformação do corpo é o ponto de partida de Lipovetsky (2016), sendo uma das expressões mais relevantes para tornar a vida mais leve. Neste projeto de busca da leveza contemporânea, prevalece o ideal de esbeltez que engloba produtos e cozinha “mais leves”, fobia do sobrepeso e dietas visando emagrecimento. A ironia dos tempos modernos, para Lipovetsky (2016), é justamente a obsessão pela saúde e tirania da magreza, criando um novo peso. O culto da magreza (LIPOVETSKY, 2016), demarca justamente a revolução da leveza aplicada ao corpo. Até a Idade Média, a magreza causava horror por evocar elementos como fome, pobreza e melancolia; sendo a mulher bela a “gorda e carnuda”. A mudança para os perfis esbeltos é indicada a partir do século XIII, chegando ao momento em que “a espessura e o volume começam a perder seu prestígio, o medo de engordar se afirma ainda mais” (LIPOVETSKY, 2016, p.89). A magreza que era marca de pobreza hoje é um *ideal estético*, apoiado em argumentos médicos associado a uma mudança de comportamento apoiado principalmente na mídia.

O controle sobre o corpo é um fenômeno recorrente em todas as sociedades conhecidas, sendo ele corrigido e modificado de maneiras diversas. “Em lugar nenhum, o corpo é aceito em sua realidade natural imediata” (LIPOVETSKY, 2016, p.106). Uma nova possibilidade de

redefinir o corpo, oriunda da cirurgia plástica, cria ainda um corpo *ficcional*, que substitui o real com uma “pessoa artificial, quase ciborgue, entra para a história através da réplica de si, visto que sua verdadeira identidade se esvai à medida que o corpo se deforma para preencher a demanda” (GARCIA, 2002, p. 29). Esta demanda narcisista ganha espaço nos meios de comunicação de massa que exercem uma pressão para que as mulheres, principalmente, moldem os seus corpos a fim de que se alcance algum tipo de “padrão de mercado”.

Refletindo sobre a relação de culto ao corpo e sociedade, Castro (2007) demonstra que o culto ao corpo conta com uma base material concreta, perpassando a sociedade como ideologia e como cultura. Intimamente ligado à constituição do moderno, o culto ao corpo ganhou força a partir do momento em que houve uma maior exposição do corporal, com uma difusão de práticas esportivas e uma utilização de cortes e tecidos que evidenciavam as formas dos corpos. “A atual preocupação com a forma e o volume dos corpos está relacionada à importância que a dimensão estética e a questão da imagem ocupam” (CASTRO, 2007, p.26); ambas estão diretamente ligadas ao desnudamento corporal, com uma maior flexibilidade das vestimentas, criando um ímpeto de que o corpo é para ser mostrado e que o vestuário deve ressaltar as particularidades corporais.

Verifica-se também que, além da comunicação, há um mercado de produtos e serviços que se fortalece com os ideais baseados na leveza – os especialistas em dieta – e atendem homens, mulheres e crianças, todos afetados pelo medo do excesso de peso, medo que “substituiu a angústia milenar da fome” (LIPOVESTKY, 2016). O impacto da técnica na relação dos indivíduos com os próprios corpos é justamente outro fator da relação sensível entre os corpos e mídia. Com a possibilidade de *esculpir* os corpos, seja através da atividade física, dieta ou procedimento cirúrgico, cada um pode se aproximar deste padrão de beleza estabelecido e difundido através da mídia, sobretudo, globalmente (CASTRO, 2007).

De acordo com um artigo publicado no portal Business of Fashion<sup>40</sup>, o Brasil é uma das capitais mundiais da cirurgia plástica, juntamente com Colômbia, Estados Unidos, Itália e México. A autora Melissa Twigg ressalta o fato contraditório de que Brasil e Colômbia possuem uma alta densidade populacional em que milhões vivem abaixo da linha de pobreza. A proximidade do oceano seria um dos fatores pelos quais as pessoas se submetem mais a procedimentos estéticos, de acordo com Renato Saltz, presidente da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (International Society of Aesthetic Plastic Surgeons – ISAPS, em tradução livre), apesar de existirem diversos elementos<sup>41</sup>.

Em 2016, cerca de 2,5 milhões de procedimentos cirúrgicos foram realizados no Brasil, um total de 11% do mundo inteiro (ficando apenas atrás dos Estados Unidos). O artigo informa que a maioria das solicitações cirúrgicas envolve a escultura corporal, através das “melhorias” dos seios, abdômen e nádegas. O crescimento da demanda provoca, conseqüentemente, um crescimento da oferta de profissionais que não necessariamente possuem o treinamento adequado, o que oferece um risco de serviços mal feitos e desfiguração dos pacientes. Conforme Miguel Soffia, um documentarista entrevistado pelo *Business of Fashion*, encontrar um cirurgião plástico na América Latina seria tão fácil quando encontrar um cabeleireiro. “Mulheres estão desesperadas e escolherão a opção mais barata porque elas aceitaram essas expectativas irreais de beleza latina que são impingidas a elas” (2017, tradução livre).

Em 2018, a realização de procedimentos estéticos ganhou espaço na mídia brasileira após uma paciente morrer depois de realizar procedimentos estéticos com o médico Denis Furtado, conhecido nas

---

40 Fonte: <https://www.businessoffashion.com/articles/global-currents/where-plastic-is-fantastic-the-worlds-cosmetic-surgery-capitals> Acesso em 20 de agosto de 2018

41 Abordamos com maior densidade a relação entre os corpos femininos e o padrão de beleza vigente na dissertação intitulada “O corpo feminino na mídia: um olhar sobre a revista Boa Forma e as influenciadoras digitais do Instagram”, defendida por Naiara Moura Pinto, no PPGCOM-UFRB em 2019.

redes sociais como Doutor Bumbum<sup>42</sup>. Widdows (2018) argumenta que ideais de beleza são mais rigorosos do que nunca, apesar de haver mais diversidade de tipos de corpos na mídia. Numa entrevista à BBC News Brasil<sup>43</sup>, a filósofa britânica alertou que quanto mais a beleza for vista como uma virtude e mais as pessoas fizerem a fim de ficarem belos, há uma probabilidade ainda maior de que casos como o de Denis Furtado sejam mais frequentes.

Widdows (2018) argumenta que a beleza molda a nossa cultura compartilhada e as nossas práticas individuais, tornando-se um ideal ético dominante para muitas pessoas. Na medida em que existem padrões ideais para aspirar e o trabalho na busca deste padrão enquanto um dever moral, que provém uma estrutura de valor compartilhado, constitutivo de identidade que fornecem significado e estrutura individual e coletivamente. A chave para entender o poder da beleza reside na compreensão da construção do *self* sob este ideal. Enquanto localizado no corpo, este *eu* não é passivo, mas ativo, ambos sujeito e objeto, sendo que o corpo não é meramente o corpo mas uma potência completa.

A natureza do *ser olhado* para Widdows (2018) localiza-se não só num corpo verdadeiro e falho, mas também num corpo em transformação, com potencial e possibilidades, um corpo imaginado e cheio de promessas. Le Breton (2007) aponta que o corpo é alvo de constante preocupação justamente por centralizar um benefício narcíseo e social, uma vez que a extensão do outro que nos afeta frequentemente é o olhar.

A ação da aparência coloca o ator sob o olhar apreciativo do outro e, principalmente, na tabela do preconceito que fixa de antemão numa categoria social ou moral conforme o aspecto ou o detalhe da vestimenta, conforme também a forma do corpo ou do rosto (LE BRETON, 2007, p.78).

42 Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/07/18/o-que-se-sabe-do-caso-do-dr-bumbum.ghtml> Acesso em 20 de agosto de 2018

43 Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44947472> Acesso em 20 de agosto de 2018

Neste sentido, verifica-se que a obsessão pela aparência pode ser explicada por servir como estratégia de construção de identidade, numa sociedade cuja configuração sócio-cultural torna-se cada vez mais complexa. Castro (2007) destaca que a mídia, enquanto uma instância socializadora, explora este aspecto, “mediando a relação indivíduo-sociedade, sinalizando tendências, impondo e reciclando demanda dos mais diversos segmentos de leitores-expectadores” (CASTRO, 2007, p.44). O discurso midiático mescla argumentos estéticos e técnicos, sob os quais os indivíduos seriam convencidos a buscarem pela beleza tão incessantemente quanto buscam pela saúde, pelo bem estar. A propagação de um estilo de vida mais leve ganha visibilidade numa sociedade marcada pelas imagens, sejam elas publicitárias, televisivas, cinematográficas e, agora, principalmente, hiperconectada via redes sociais digitais.

Tanto revistas quanto programas de televisão ou páginas em redes sociais, podem ser pensados como elementos constitutivos do “jogo de definições e redefinições de identidades no mundo contemporâneo” (CASTRO, 2007, p.53), de modo que não podemos dissociar os corpos partilhados pela mídia dos corpos reais, uma vez que ambos são afetados mutualmente. Em revistas femininas, revistas de moda ou revistas sobre saúde e bem-estar, a corporeidade e a forma física são constantemente acionadas e evidenciadas através das fotografias e linha editorial. Nesta pesquisa, um dos objetos de análise é precisamente a revista *Boa Forma*, que participa da constituição de identidades femininas enquanto produz modos de ser e viver através da educação e regulamento de seus comportamentos.

Corroboramos com a ideia de que há um fazer junto através da mídia que implica em um sentir recíproco, acionando um jogo entre o corpo e a sensibilidade (TERRACCIANO, 2013). Pensando nas redes sociais digitais, Terracciano (2013) defende que há uma nova estesia, onde a percepção da distância entre os corpos diminui por



conta da velocidade das trocas e da falta de barreiras físicas que de outra forma seriam percebidas como obstáculos para a comunicação.

Os corpos não estão ausentes, mas copresentes, no sentido de que eles vivem juntos um mesmo presente. [...] As relações em presença pressupõem a gestualidade e a proximidade espacial, mas a gestualidade é transmitida igualmente por meio de textos visuais, enquanto as distâncias e proximidades são anuladas pela velocidade do contágio e pelo fato de compartilharem o mesmo presente (TERRACCIANO, 2013, 127).

Conforme percebemos ao observar determinadas redes sociais digitais, os corpos promovem interações entre si e com a máquina pelas telas dos smartphones – o deslizar dos dedos para fazer com que as imagens apareçam no *Instagram* ou os dois toques na fotografia-tela para curtir aquela imagem. Ainda é possível verificar uma relação intensificada pela presença constante de imagens corporais nestas redes sociais digitais, acionando justamente as discussões sobre beleza e identidade levantadas acima. Aprofundaremos mais a diante a relação entre as influenciadoras digitais e a representação corporal que estas incorporam para os seus seguidores conforme compartilham fotografias que registram suas rotinas de treino, dietas e atividades de lazer. Observamos, assim, como os corpos vestidos promovem novas experiências sensíveis.

### **Corpos da moda na mídia**

Nas redes sociais digitais bem como nas revistas especializadas em corporeidade, verificamos esse caráter normatizador sobre os corpos, apoiado em padrões estéticos massivos e, eventualmente, não reais. Para demonstrar a relação entre corpo, ideia de beleza e mídia, neste trabalho, dialogamos com a revista *Boa Forma* (grupo Abril 1984 – 2018) e os perfis de blogueiras fitness na rede social *Instagram*.

Cientes de que a revista *Boa Forma* era a maior publicação no segmento até sua descontinuação em agosto de 2018 (um ano

após o início desta pesquisa), para análise da mesma, optamos inicialmente pela regra de exaustividade, considerando todas as capas das edições publicadas em um determinado período – entre agosto de 2017 até agosto de 2018 (período em que se iniciou esta pesquisa até o término da revista). A opção de uma análise das capas segue justamente a regra de representatividade, pela qual procedemos a uma amostragem do universo conforme o objetivo da pesquisa. A partir das capas de revistas, conforme Vaz e Trindade (2013), é possível atribuir sentidos ao que se passa, à medida que tem contato com o mundo com visões das capas de revista. Os autores argumentam que os temas e acontecimentos selecionados para as capas de revista ganham vida à medida que são confrontados pelos leitores nas bancas da cidade, dialogando diretamente com o mundo que habitam. Podemos, deste modo, enxergar a capa como elemento representativo dos argumentos estéticos e semânticos que a revista busca apresentar em suas páginas.

Ao definirmos a rede social Instagram, revelamos um interesse específico em uma plataforma na qual a publicação de fotografias é objetivo central. A imagem externada do corpo saudável, do corpo idealizado ou do corpo em “construção” (como publicam usuários) faz parte da representação da identidade dos atores sociais, que segundo Recuero (2014) podem ser concebidos por um *weblog*, *fotolog* ou um perfil em determinada rede social. Nestas representações, há “espaços de interação, lugares de fala construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade” (RECUERO, 2014, p.25). A autora indica que visibilidade, reputação, popularidade e autoridade poderiam ser observadas nas conexões construídas e mantidas pelos sistemas. Podemos verificar estes valores nas influenciadoras que analisamos nesta pesquisa (Gabriela Pugliesi e Gracyanne Barbosa). A visibilidade permite que outros valores sejam conquistados e decorrem da própria presença do ator na rede social; Gabriela Pugliesi obtém visibilidade através de um blog pessoal e que leva consigo para o Instagram; Gracyanne

Barbosa se torna pessoa pública como dançarina de uma banda e, em seguida, ganha notoriedade pelas participações nos carnavais do sudeste do Brasil. A popularidade é um valor relacionado aos números de comentários, seguidores e audiência em geral, é uma medida quantitativa - Gabriela Pugliesi<sup>44</sup> possui 4 milhões de seguidores e Gracyanne Barbosa 7,7 milhões.

A partir da investigação realizada apoiada na Revista *Boa Forma* e nos perfis fitness da rede social *Instagram*, e ciente das potencialidades que a mídia tem para estabelecer e difundir padrões de beleza, estilos de vida e valores para a sociedade em geral, ratificamos nesta pesquisa um processo de transição e expansão das capas das revistas para as redes sociais digitais. Em ambos, o corpo feminino possui a plasticidade de ser moldado e melhorado conforme determinados modelos que as mulheres devem seguir em suas vidas.

As revistas ocupavam o espaço normatizador juntamente com a televisão, a publicidade e o cinema; no entanto, com as redes sociais digitais, novas possibilidades se abrem e expandem tais potencialidades citadas inicialmente. Jacob (2014) salienta que os perfis das redes sociais compõem a esfera de um universo autodenominado fitness, que se refere a um determinado modo de comer e viver voltado ao emagrecimento e ganho muscular. Conforme a autora, este universo costuma ser um exercício de regras, que dá continuidade a um culto à perfeição já presente em outras plataformas midiáticas.

O universo *fitness* no *Instagram* é composto por influenciadores digitais, usuários que utilizam de sua popularidade em determinada rede social para propagar estilo de vida ou produtos de uma empresa patrocinadora, especialmente as intituladas *blogueiras fitness*, personalidades que se tornaram referência em divulgação de um estilo de vida saudável, baseado na combinação de práticas alimentares e

---

44 A influenciadora digital desativou a conta no *Instagram* em abril de 2020, após tornar-se centro das atenções ao realizar uma festa no período de distanciamento social preventivo à Covid-19. Os dados referem-se ao momento em que a pesquisa foi realizada, no primeiro semestre 2019.

atividades físicas, provocando uma suposta empatia e identificação com os seus seguidores.

Assim como as revistas, pela sua tiragem e pelas personalidades que trazem na capa, as influenciadoras digitais também constroem uma reputação com o seu público, que permite uma interação muito mais frequente e imediata do que pelas formas de comunicação mais tradicional. Jacob (2014) observa a diferença entre ambos uma vez que, antes, encontrávamos um padrão pela capa de revista de moda, revista feminina ou revista voltada para a corporeidade; nesta era de comunicações digitais, temos diversas possibilidades, “milhares de perfis de mulheres e pessoas incríveis que sabem comer e se exercitam na medida certa, que devem ser exemplos de pessoas que “fizeram tudo certo” e “que têm força, fé e foco” (JACOB, 2014, p. 90).

Figura 7 Capa da Revista Boa Forma - Agosto de 2017



Fonte: Site da Revista Boa Forma<sup>45</sup>

<sup>45</sup> Disponível em <https://boaforma.abril.com.br/edicoes/> Acesso em outubro de 2018.

Podemos verificar na figura 1 que a composição imagética da capa da revista – modelo usando biquíni, cenário litorâneo – acompanha a referência textual. A modelo em questão é Camila Coutinho, blogueira de moda que se tornou reconhecida com site “Garotas Estúpidas”, e a matéria que se refere à mesma oferece uma série de exercícios para ganhar massa magra, tal qual teria feito a blogueira mais “vida real”, informa o texto da capa. Assim como na capa da revista, notaremos nas figuras 2 e 3 como as configurações se assemelham – corpos magros, musculosos, que são exibidos nos cenários tropicais (na capa da revista, em Fernando de Noronha; na postagem de Gabriela Pugliesi em Costa Rica; na postagem de Gracyanne Barbosa, na piscina de casa).

Figura 8 Post no Instagram de Gabriela Pugliesi



Fonte: Instagram<sup>46</sup>

46 A imagem não se encontra mais disponível no Instagram, pois a conta da influenciadora foi desativada.

Figura 9 Post no Instagram de Gracyanne Barbosa



Fonte: Instagram<sup>47</sup>

A modelação da aparência corporal, conforme Cidreira (2005), parece atingir o seu ápice na atualidade, encontrando diferentes formas de modificação e aprimoramento em uma cultura que pode ser apreendida em diversos sentidos. Um destes é o fluxo veloz de signos e imagens que invadem a vida cotidiana, reativando desejos através das imagens; tais imagens podem ser encontradas na revista ou mesmo nas redes sociais, servindo para a disseminação do que chamamos de *corpos da moda*. Cidreira (2005) analisa a moda como um modo de distinção e, ao mesmo tempo, de imitação ao representar os seres em uma sociedade, operando como forma-signo e vetor de sentidos.

Pelo princípio da imitação, há a necessidade de copiar uma maneira de fazer, um modo de se comportar que tanto a revista *Boa*

<sup>47</sup> Disponível em <https://www.instagram.com/graoficial/> Acesso em abril de 2019.

*Forma* quanto as influenciadoras digitais do *Instagram* oferecem aos seus leitores e consumidores, provendo, inclusive, meios para se comportar tais quais aquelas modelos (que não são apenas modelos fotográficas, mas modelos de comportamento). Enquanto modo de distinção, vemos que estas mulheres fotografadas se diferenciam das outras que as leem ou seguem pela rede social por terem conseguido alcançar aquele corpo da moda tão desejado pelo restante do grupo, mesmo que, para obter estes corpos, tenha havido algum sofrimento no caminho (como a dor pela prática de musculação ou a recuperação após um procedimento estético); “o que é pior é que o sentimento de sofrimento é completamente incorporado, adotado sem remorso algum, sob o pretexto e necessidade de estar na moda” (CIDREIRA, 2005, p.34).

Estes *corpos da moda* obedecem ao mesmo tempo em que fornecem padrões de beleza e meios, modos de fazer, para que as interessadas tenham fonte de inspiração e também referências de processos e caminhos percorridos na construção deste corpo tão reverenciado.

## Referências

CASTRO, Ana Lucia de. **Culto ao corpo e sociedade**: mídia, cultura de consumo e estilos de vida. 2ª edição. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2007.

CIDREIRA, Renata Pitombo. **Os Sentidos da Moda**. Annablume, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **As formas da moda**: comportamento, estilo e artisticidade. Annablume, São Paulo, 2013.

GARCIA, Carol. Corpo, moda, mídia e mercado: radiografia de uma relação visceral. In: CASTILHO, Katia. **A moda do corpo, o corpo da moda**. São Paulo, Editora Esfera, 2002. pp.23 – 34

JACOB, Helena. Redes sociais, mulheres e corpo: um estudo da linguagem fitness na rede social Instagram. In: **Revista Comunicare – Dossiê Feminismo**. Volume 14 – N° 1 – 1º Semestre de 2014

LE BRETON, Davi. **A sociologia do corpo**. 2 ed. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **Da leveza**: rumo a uma civilização sem peso. Trad. Idalina Lopes. Barueri, Manole, 2016.

\_\_\_\_\_. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAISONNEUVE, Jean. BRUCHON-SCHWEITZER, Marilou. **Le Corps et la beauté**. Paris: PUF,1999.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 18 ed. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo, Martins Fonte, 1999.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Sulina, Porto Alegre, 2014.

SVENDSEN, Lars. **Moda**: uma filosofia. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro. Zahar. 2010

TERRACCIANO, Bianca. O discurso da moda nas redes sociais. In: **d'Obras**, v.6, n.14,2013. Estação das Cores e Letras, São Paulo, 2013.

VALVERDE, Monclar. **Pequena Estética da Comunicação**. Salvador, Arcádia, 2017.

\_\_\_\_\_. **A instituição do sensível**: uma hermenêutica da experiência estética. Aracaju, J. Andrade, 2018.



VAZ, Paulo Bernardo. TRINDADE, Vanessa Costa. Capas de revista e seus leitores: um novo texto em cartaz . In: Tavares, Frederigo de Mello B. SCHWAAB, Reges. (org). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre, Penso, 2013.

WIDDOWS, Heather. Introduction: Beauty Matters. In: \_\_\_\_\_. **Perfect me: beauty as an ethical ideal**. Princeton University Press, Birmingham, 2018. pp.1-16.



# Corpo e emancipação – Zózimo Bulbul, cinema negro e pedagogia em cinema

Amália Coelho  
Amaranta Emília César dos Santos

## Introdução

Juan Rodrigues, bicha preta periférica, como ele se autodefine, autor das palavras acima, é estudante de cinema e audiovisual na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O texto integra o seu terceiro curta-metragem, *O Arco do Tempo* (2019), que junto com *O Arco do Medo* (2017) e *O Arco da Liberdade* (2015) compõem sua *Trilogia da Bicha Preta*, o trecho acima é recitado pelo autor em *voice over*, enquanto, na imagem, vemos seu corpo cair em um abismo de fundo infinito. Sua voz contraria o desaparecimento encenado pelo seu corpo:

Figura 1: Juan e o abismo em *O Arco do Tempo*

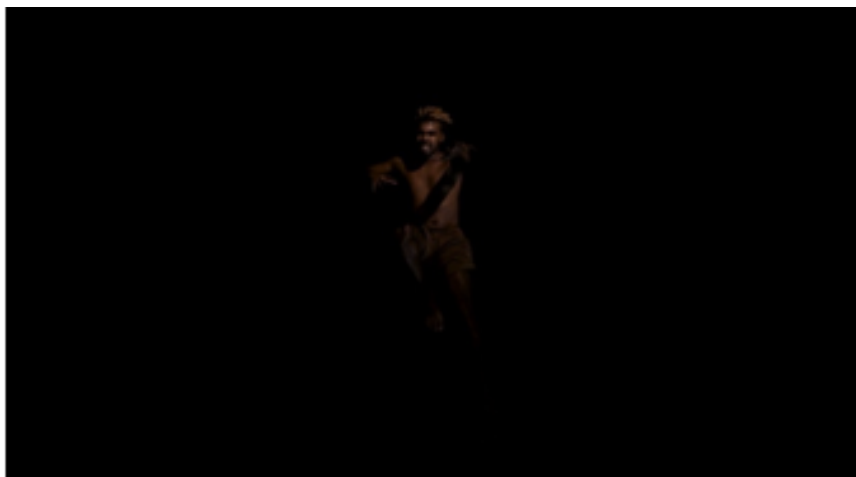
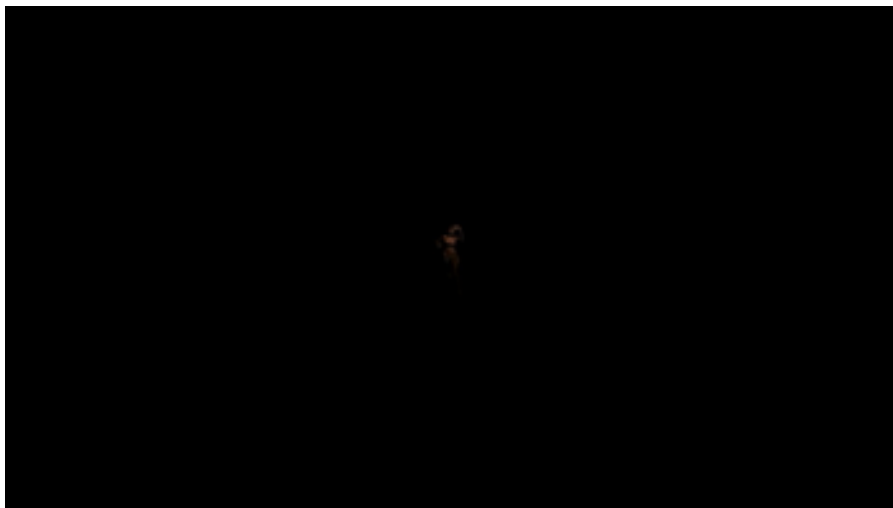


Figura 2: Juan e o abismo em *O Arco do Tempo*

*“Nós continuaremos aparecendo. Não existe negação para nossas histórias. O futuro irá provar que os laços forjados na luta, no sangue e no suor do povo negro continuará mantendo as portas por onde passei abertas. Eu não estou sozinho. Você não está sozinho.”*

Figura 3: O espaço seguro: retrato de família em *O Arco do Tempo*

Os filmes da *Trilogia da Bicha Preta* de Juan Rodrigues, especificamente a dinâmica instalada pelo seu corpo e sua voz em uma auto-inscrição fílmica, constituem-se exemplo do modo como uma juventude brasileira negra feminista e Lgbt+, que está a fraturar a hegemonia dos tradicionais sujeitos históricos da cinematografia (branca) brasileira, tem tornando o cinema um espaço de auto-inscrição e emancipação, um catalizador dos impactos subjetivos de movimentos sociopolíticos.

O impulso emancipador presente nessas produções negras contemporâneas responde às lições anunciadas pelo cineasta negro Zózimo Bulbul em sua obra inaugural, o curta metragem *Alma no Olho* (1974), conforme diagnostica SOUZA (2020). Como marco do cinema negro brasileiro o filme *Alma no olho*, de Zózimo Bulbul (1974), permaneceu negligenciado pela historiografia hegemônica(branca) do cinema brasileiro e só recentemente foi reconhecido na sua dimensão fundante para o Cinema Negro do Brasil (Noel Carvalho, 2012; Janaína Oliveira, 2016 e 2019; Heitor Augusto, 2018).

Neste texto, pretendemos elucidar os elementos sensíveis e epistemológicos constituintes da obra de Zózimo Bulbul que se apresentam em *O Arco do medo*, de Juan Rodrigues (2017), curta-metragem que tomaremos como exemplo da atualização do legado de *Alma no olho* por uma nova geração de realizadores do Cinema Negro brasileiro. Além disso, consideraremos brevemente os efeitos pedagógicos dessa trajetória fílmica de emancipação para uma pedagogia em cinema e audiovisual, lançando-a, portanto, não apenas para o passado mas também para o futuro.

### **Legado escritural e pedagógico**

*Alma no olho* (1974), gesto fundador do cinema negro brasileiro, é o primeiro filme de Zózimo Bulbul (CARVALHO, 2012), cineasta responsável por cindir os imaginários sobre o negro na cinemato-

grafia brasileira, bem como por uma atuação vigorosa na luta pelos direitos dos povos negros, entre eles o direito à comunicação, à cultura e à escritura da própria história. Zózimo Bulbul dedicou-se intensamente à difusão e ao fomento da arte negra no Brasil, sendo cofundador de organizações como a Associação Cultural de Apoio às Artes Negras (ACAAN) e o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN). Em 2007, fundou o Centro Afro Carioca de Cinema que “tem por finalidade a promoção da cultura afro brasileira e de seus artistas, além de elaborar projetos e ações que visem a realização permanente de atividades culturais. Seu foco é a valorização da produção cinematográfica brasileira, africana e caribenha como um ato social de transmissão de sabedoria, formação técnica e artística, profissionalização e a inclusão no mercado de trabalho”<sup>48</sup>.

A relevância de Zózimo Bulbul para a existência do cinema negro ultrapassa, no entanto, as demandas de representatividade negra, comuns a algumas abordagens que retomam a obra do autor. Com *Alma no Olho*, curta-metragem censurado pela Ditadura Militar, Bulbul cava com seu próprio corpo o território fílmico negro no cinema, inaugurando um espaço ainda inexistente no Brasil: um território filosófico novo em que se pode fruir a experiência imagética negra na diáspora, com suas conformações históricas, sensíveis e simbólicas próprias.

A poética de Zózimo Bulbul nos oferece algumas pistas sobre os motivos mais profundos (epistemológicos) que evidenciam a sua pertinência como o autor negro matricial retomado pelas novas gerações. Sua referencialidade se justifica a partir de procedimentos estéticos, poéticas e escrituras que ressoam as questões epistemológicas elaboradas por autores e artistas negros na diáspora.

Para Beatriz Nascimento (1989): “o homem negro não pode estar liberto enquanto ele não esquecer o cativo, não esquecer, no

---

48 Site Centro AfroCarioca de Cinema ‘Quem somos ?’. Disponível em: <http://afrocariocadecinema.org.br/quem-somos/>

gesto, que ele não é mais um cativo". Pois, é como uma travessia de libertação que o gesto de *Alma no Olho* é tecido, um gesto inaugural de relação entre negritude e cinema que o curta de Zózimo Bulbul nos ensina. Há, no filme, uma extensão atlântica que se relaciona ao modo como condensa performaticamente dilemas vividos pela comunidade negra. Trata-se de uma *poética encarnada* (SOUZA, 2020), para qual o corpo assume uma centralidade. Em *Alma no Olho*, o corpo é pensado como a matéria sobre a qual se ergue toda a capilaridade de sentidos do filme.

O corpo da negrura é, assim, evocado em sua plasticidade, em sua "matéria estendida", nas palavras de Beatriz Nascimento (2007). Sua contração e sua dilatação semânticas são dadas a ver pela zona de tensão, ou seja, a visibilidade contrastante, proposta por Zózimo na composição da *mise-en-scène* que atravessa todo o filme: seu corpo negro contra um fundo branco.

Figura 4: fotograma de *Alma no olho*: corpo negro, espaço branco



Figura 5: fotograma de *Alma no olho*: corpo negro, espaço branco

A *qualidade plástica do corpo da negrura* (SOUZA, 2020) é o que torna possível as diversas incursões narrativas percorridas por Zózimo Bulbul em sua obra fundadora. Em *Alma no Olho*, o corpo é epicentro do sentido, e não elemento sobre o qual o autor imputa conteúdos mobilizadores de sentidos possíveis. O corpo negro em si é trazido para a zona de visibilidade, em contraste com o fundo branco, e, a partir da inocência de sua "aparição" (FANON, 2008), nos informa "os conteúdos de uma vida, de uma história, de um continente", conforme as expressões de Beatriz Nascimento (2007).

Figura 6: fotograma de *Alma no olho*: corpo negro, espaço branco



A imagem deste corpo negro, então, apresenta-se contra uma experiência atlântica de soterramento, figurado como uma imagem necessariamente multidimensional, que possui volume, densidade e plasticidade. Ao eleger o corpo como centralidade fílmica, Zózimo Bulbul expõe a relação da multidimensionalidade do corpo negro com olhar colonial e com o cinema. Lançar seu corpo da negrura contra o fundo branco faz emergir para o visível essa qualidade plástica dos conteúdos outros trazidos à tona, conteúdos que expressam não uma subjetividade particular, mas uma experiência histórica coletiva de uma mesma "carne negada" (MBEMBE, 2014), "carne odiada" (MORRISON, 1987, p. 126), "a carne mais barata do mercado" (Seu Jorge & Marcelo Yuca & Wilson Capellette, 1998).

Através do corpo, Zózimo Bulbul realiza, ainda, um deslocamento temporal, bastante característico do pensamento negro, principalmente acerca das questões raciais. O tempo deslocado configura-se como um traço epistemológico das formulações teóricas, artísticas e críticas negras - seu caráter epistemológico expresso pela relação entre negritude e o "tempo do mundo" e o "tempo da grande noite" (MBEMBE, 2013). O mecanismo de fabulação temporal, a partir do corpo da negrura, posto em cena por Zózimo Bulbul em *Alma no olho* pode ser entendido como uma forma de enfrentamento do impasse anunciado por FANON (2008) perante a temporalidade colonial – atualizado na inadmissão do presente distópico, aterrorizante e genocida vivido pelas populações negras.

O corpo multidimensional que incarna na imagem cinematográfica a experiência negra, fundado por Zózimo Bulbul em *Alma no Olho* (1974), é retomado por jovens cineastas negro(a)s a partir de operações como a auto-inscrição, o desejo de transmutação da imagem a partir de um território fílmico, a fabulação como operação de liberação no tempo/espço e a aderência a uma *poética encarnada* que figura o desejo de fazer fundir imagem e corpo através do ato fílmico.

Os avanços educacionais conquistados pelo movimento negro somados a outra séries de fatores – como: a) a democratização e descentralização do acesso à cultura pelo Ministério da Cultura na gestão Gilberto Gil, principalmente com a criação dos Pontos de Cultura e os Telecentros; b) a ampliação do acesso ao Ensino Superior por meio de programas como REUNI, PROUNI e FIES e a criação de novas universidades, especialmente, em cidades do interior do Brasil c) a regularização do marco civil da internet; d) o barateamento das tecnologias digitais do audiovisual - contribuíram para que se desenhasse o cenário de efervescência vivido pelo cinema negro brasileiro contemporâneo.

Além disso, o surgimento da APAN (Associação dxs profissionais do audiovisual negro) consolida a disputa anunciada no campo do cinema que hoje avança em perspectivas teóricas e estéticas negras na apreciação das obras, modos alternativos de produção e distribuição cinematográfica, reivindicação de segmentos de mercados voltados ao público negro e representatividade negra na divisão de orçamentos públicos do cinema nacional. Tal campo de lutas e debates deve muito à militância de Zózimo Bulbul e de outros ativistas e comunicadores negros que trabalharam incansavelmente para garantir o acesso das pessoas negras ao cinema como modo de produção, pensamento e disseminação de imagens sobre si.

O cinema negro, a partir dessas reivindicações, possui uma história extensa e atlântica de luta contra as imagens coloniais e abrange os *Race Movies* de Oscar Micheaux, a iniciativa contra-colonial de Amílcar Cabral, e o sonho africano de Ousmane Sembène. No Brasil, esse enfrentamento pela descolonização do cinema vem se traduzindo por um desejo de fruição de imagens negras que impulsiona os muitos coletivos, cineclubes e realizadores a lançarem mão de seus poucos recursos para criar novos arranjos de produção, circulação e crítica das imagens negras. Essa pulsão é particularmente presente na produção brasileira negra contemporânea, uma produção jovem,

marcada pelo protagonismo feminino e LGBTQI+, fortemente inspirada na lição formal e no impulso político de *Alma no Olho* (1974).

Filmes como *Kbela* (2015), de Yasmin Thainá, *Elêkô* (2016), do Coletivo Mulheres de Pedra, *Travessia* (2017), de Safira Moreira, *Noir Blue* (2018), de Ana Pi, e *NEGRUM3* (2018), de Diego Paulino, *Experimentando o vermelho em dilúvio* (2016), de Michelle Mattiuzzi, recuperam o fôlego de *Alma no Olho* (1974). *O Arco do medo* (2017), de Juan Rodrigues, curta produzido no contexto do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, pode ser inserido neste grupo, revelando ainda como a força da experiência histórica negra no cinema deve ser fundamental também para uma pedagogia em cinema que se pretenda emancipadora.

### **Corpo insurgente**

O corpo negro é, em *O Arco do Medo* (2017), uma encruzilhada no tempo. Segundo filme de Juan Rodrigues, *O Arco do Medo* integra sua *Trilogia da Bicha Preta*, composta ainda por *O Arco do Tempo* (2019) e *O Arco da Liberdade* (2015). Tais títulos perfazem uma travessia de emancipação (do abismo ao cosmos / das zonas de morte às rotas de fuga) que se revela na própria estrutura em três atos do primeiro curta, assim descrita por Kênia Freitas: “1) a vulnerabilidade e a violência sobre o corpo negro, gay e periférico; 2) o isolamento e a libertação; 3) o montar-se e assumir para si um corpo-cosmológico divergente” (2020, p.204-205).

“*Havia um garoto negrinho em uma caixa*”, anuncia Juan Rodrigues, dando início ao primeiro movimento do filme, enquanto tenta, contrariado, vestir um short e uma camiseta, típicos dos trajes de garotos negros de periferia. “*Filho gay é falta de porrada*”; “*Dar o cu é errado*”; “*Prefiro ter filho ladrão do que ter filho viado*”; “*Bandido bom é bandido morto*”. Os jargões do que Rodrigues chama de “voz da maldade” são repetidos em uma trama interseccional de violências:

genocídio da juventude negra, lgbtfobia, sons de tiro, toque de recolher, “*cai um corpo, gritos*”. A bermuda e o short que o realizador/ator/personagem tentava vestir agora repousam sem corpo no chão de terra, sobrepostos, numa colagem, a imagens heterogêneas – paisagens, ruínas, fragmentos de escritos, cimento e cemitério.

Figura 7: interrogação divergente em *O Arco do Medo*



“*Escrito na terra em sua cova sem lápide, lê-se: quem quer morrer pela arte?*”. Essa interrogação, que abriga em si uma recusa, inaugura o segundo movimento do filme, em que vemos Juan Rodrigues a desatar, em silêncio, fitas adesivas presas ao seu corpo nu. No terceiro movimento, voltamos a ouvir sua voz, enquanto se veste com meias arrastões, sapatos altos, tranças postiças e cobre o rosto de maquiagem e *glitter*:

*Essas são as meias que minha irmã gostaria de ter usado, mas lhe foi dito que era moda de branco.*

*Essas são as roupas que minha mãe sempre quis usufruir, mas com três filhos para criar era difícil ter tempo para dar close.*

*Esses são os sapatos que minha biavó*

*nunca pôde usar porque era complicado andar no chão de barro equilibrando trouxas de roupas na cabeça.*

*Esse é o cabelo que minha avó se viu usando em um sonho e então acordou: era 1920.*

Montado com os artefatos que subvertem tanto a negação histórica herdada, quanto as coerções da heteronormatividade e das normas de gênero, eis que surge um “*corpo divergente sobrevivendo no quilombo urbano*”, como o autor se autodenomina.

Figura 8: corpo insurgente em *O Arco do Medo*



Insurgente, auto-inscrito em uma rota de fuga para além dos marcadores da diferença, numa conexão entre temporalidades múltiplas, ancorado nas heranças matriarcais e projetado para o futuro, é esse o corpo que se erige com o filme, em seu ato final de libertação: um corpo periférico “fabulado e especulado pela narrativa”, como observa Kênia Freitas. “Na sua criação de relações com o mundo é a opacidade, o não reduzir-se ou explicar-se que prevalece”, completa a autora (2020, p.205).

As pistas de leitura elaboradas por Osmundo Pinho, para filmes fundamentais da cinematografia negra exibidos em uma sessão, em 2017, no CachoeiraDoc, festival de documentários produzido no seio do curso de cinema da UFRB, parecem encontrar aplicação também na obra de Juan Rodrigues. *O Arco do Tempo* é a manifestação de uma juventude negra que incarna a ideia da “presença futurística das formas de vida”<sup>49</sup> e da noção de “fuga”, concebidas por Stefano Harney e Fred Moten e retomadas por Osmundo Pinho. Em suas palavras, podemos encontrar tradução para a pedagogia da insurgência performada por Juan Rodrigues: “Nós os “embarcados”. Alienados ao nascer, estamos aqui e mais além, em nenhum e em outro lugar. Quilombo. Ori” (2020, no prelo).

### Considerações finais

Os problemas da sobredeterminação do corpo, da reapropriação do próprio corpo e da reivindicação de autocriação do corpo que aparecem neste filme universitário de Juan Rodrigues, e em outros tantos produzidos na UFRB e em contextos similares no Brasil, repositonam as escrituras fílmicas de si que se constituem como um subgênero na tradição cinematográfica brasileira, especialmente a documental, com vasta filmografia e abordagem crítica. Em filmes como *O Arco do Tempo*, o que observamos não são re/elaborações de traumas individuais com dimensões socioculturais nem testemunhos que possam suprir ou expor lacunas da história coletiva, como já se analisou amplamente na produção documental brasileira moderna e contemporânea. Para estes filmes, é na experiência vivida que se encontra a matéria que poderá expurgar o fardo histórico, através de rituais fílmicos de incorporação e auto-inscrição, em que se deseja não exatamente integrar-se à uma escritura da história – do Brasil ou do cinema brasileiro – mas interpor-se, com o próprio corpo, em seu curso asfíxiante e mortal. Esses novos sujeitos históricos de

---

49 (...) “the futerial presence of the forms of life” (tradução nossa).

cinema reivindicam, assim, não apenas uma narrativa mas uma presença. Essa reivindicação se manifesta em movimentos de disputa por representatividade mas também na invenção de formas fílmicas para as quais a inscrição do corpo fabular dos próprios realizadores é uma estratégia de enfrentamento do impasse que a história põe em suas trajetórias. É nesse sentido que encontramos em *Alma no olho* os elos de uma filiação histórica que compõem uma travessia: um encontro de temporalidades.

A performance em primeira pessoa como estratégia fílmica parece, além disso, corresponder ao que bell hooks observou na produção crítica de estudantes negras e negros em suas aulas de literatura: ou seja, a experiência vivida adotada como um ponto de vista crítico que asseguraria a emergência e mesmo a sobrevivência de vozes contra-hegemônicas em contextos de dominação institucional nos quais a produção estética e acadêmica constitui-se como um privilégio branco, insidioso, silencioso e naturalizado (hooks, 2014).

Para fins de uma brevíssima conclusão, é preciso considerar que os filmes realizados por estudantes negrxs já se tornaram em si mesmos instrumentos pedagógicos que ensinam “processos de autoatualização” e buscam “o conhecimento acerca de como viver no mundo”, fundamentais, segundo bell hooks (1994), para uma pedagogia engajada e emancipadora.

## Referências

CARVALHO, Noel dos Santos. O produtor e o cineasta Zózimo Bulbul – O inventor do Cinema Negro Brasileiro. **Revista Crioula**, n. 12, 1 nov. 2012.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008

FREITAS, Kênia. Afrofabulações e opacidade: as estratégias de criação do documentário negro brasileiro contemporâneo. In: RICARDO,

Laércio (Org.). **Pensar o documentário. Textos para um debate.** Editora UFPE, Recife, 2020. p.201-227.

HOOBS, Bell. **Teaching to transgress. Education as the Practice of Freedom.** Routledge, New York, 1994.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MORRISON, Toni. **Amada.** Tradução de Evelyn Kay Massaro. São Paulo: Best Seller, 1987.

NASCIMENTO, Beatriz. Corpo-documento: identidade. In: RATTS, Alex. **Eu sou atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Kuanza, 2007.

OLIVEIRA, Janaína. “Kbela” e “Cinzas”: o cinema negro no feminino do “Dogma Feijoada” aos dias de hoje. In FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula (OrgS.). **Encrespando (ONU, 2015-2024).** Brasília: Brado Negro, 2016, p.175-198

OLIVEIRA, Janaína; BOERMAN, Tessa. **Soul in the eye.** Zózimo Bulbul's legacy and the contemporary black Brazilian Cinema. In: <https://iffr.com/en/blog/zozimo-bulbul's-legacy-and-contemporary-black-brazilian-cinem>, acessado em 14 de junho de 2020.

PINHO, Osmundo. **Black border.** O corpo e a luta no cinema negro. No prelo.

SOUZA, Amália. Com a alma nos olhos: Cinema Negro a partir de Alma no olho de Zózimo Bulbul. Dissertação de Mestrado, **Programa de Pós-Graduação em Comunicação,** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, Brasil, 2020.

## Filmografia

*Alma no olho*, Zózimo Bulbul, 1974, Brasil.



*Experimentando o vermelho em dilúvio*, Michelle Mattiuzzi, 2016, Brasil.

*Elekô*, Coletivo Mulheres de Pedra, 2015, Brasil.

*Kbela*, Yasmin Thayná, 2015, Brasil.

*NEGRUM3*, Diego Paulino, 2018, Brasil.

*Noir Blue: deslocamentos de uma dança*, Ana Pi, 2017, Brasil.

*O Arco da liberdade*, Juan Rodrigues, 2015, Brasil.

*O Arco do medo*, Juan Rodrigues, 2017, Brasil.

*O Arco do tempo*, Juan Rodrigues, 2019, Brasil.

*Travessia*, Safira Moreira, 2017, Brasil.



# **São Salvador e necropolítica – a intersecção raça, espaço urbano e poder**

*Hanna Cláudia Freitas Rodrigues  
Danillo Barata*

A história da construção e divisão dos espaços nas cidades esteve marcada pela mercantilização da vida urbana desde muito, e o capitalismo aprofunda e intensifica esse processo ao submeter a criação de localizações e a distribuição dos corpos nelas, à lógica dos mecanismos de dominação socioeconômicos.

Sobre a produção destas localizações, é importante destacarmos que se dão no campo material e imaterial da cidade e sobre este último podemos, por exemplo, problematizar os processos hegemônicos de criação da cidade enquanto objeto cultural mercantilizável. Tensionamentos que nos inquietam pensar que se há, por um lado, nas cidades capitalistas contemporâneas, regimes subjetivos regentes do funcionamento dos espaços urbanos (como os regimes do trabalho, do consumo, da propriedade), existem por certo, em atrito a eles, mecanismos de resistência à colonização do tempo e dos modos de vida urbanos.

Desde a antiga formação das cidades brasileiras à arquitetura moderna, pautaram como prioridade o conforto dos latifundiários e burgueses deste país, sempre interessados numa estética importada dos países imperialistas, bem como, ávidos na imitação dos hábitos e costumes estrangeiros, de forma a legitimá-los como superiores modos de vida urbana.

Muitas das medidas, na história da arquitetura moderna - e arriscamos acrescentar a esta afirmação, as tendências pós-modernas – tomadas com a intenção de garantir aos traços, monumentos e cenários brasileiros, uma identidade nacional autêntica, não foram substancialmente fiéis às necessidades habitacionais das grandes massas. Tanto é que, desde muito, as cidades crescem e se re-

paginam nos centros e bairros nobres, enquanto as periferias incham e seguem precárias pela omissão dos serviços públicos básicos à manutenção da vida.

Muitas camadas envolvem os problemas sociais da questão urbana: o processo de gentrificação, a especulação imobiliária, a privatização dos espaços públicos, o problema habitacional<sup>50</sup> – sobretudo a contradição entre o número de propriedades que descumprem sua função social e o número de famílias desabrigadas, contradição esta, cada vez mais acentuada pela marginalização dos movimentos de ocupação – mas todas elas parecem desembocar na cada vez mais atômica mercantilização espetacular da cidade.

Significa dizer que o planejamento e o acesso aos espaços da cidade caminham em consonância a um modelo internacional homogeneizador, como se os espaços não fossem extensões das diversas manifestações culturais e da autonomia das riquíssimas práticas populares. A cidade objetificada pelo projeto capitalista-colonizatório é muito mais um logotipo vendável, uma imagem que cristaliza uma marca agradável ao gosto das redes geopolíticas internacionais, que um lugar comum aos cidadãos. Torna-se simulacro do desejo coletivo para ser espetáculo apropriado por poucos. Do vivente faz-se figurante, do visitante, faz-se dono.

Quando da expansão e modernização da capital baiana entre as décadas de 1960 e 1970, foram realizadas enormes obras integradas ao vetor da expansão urbana, comprometidas com uma modernização rendida aos interesses do capital imobiliário, foi neste momento que, enquanto se alastrava uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda, população majoritariamente negra, nas periferias, a prefeitura de Salvador transferiu a poucos privados, a propriedade

---

50 Segundo dados do IBGE de 2018, o Brasil possui 6,9 milhões de famílias sem moradia e aproximadamente seis milhões de imóveis vazios e que descumprem sua função social. O país possui também algumas ocupações maiores do que algumas cidades brasileiras, o que, ainda assim, não ameniza o problema. O déficit habitacional é, por lógica, uma medida segregacionista e indissociavelmente racializada já que a grande maioria da população de rua é constituída por pessoas negras.

da maioria das terras do município que detinha, por meio da Lei da Reforma Urbana de 1968, período também marcado por inúmeras expulsões das invasões populares situadas na orla marítima.

Posteriormente, na década de 1980, houve um investimento de grandes empreendimentos que definiram uma nova centralidade fundada no projeto industrial e conduziram os fluxos urbanos que geraram esvaziamento e grande impacto na dinâmica do centro antigo da cidade, cujos efeitos colaterais econômicos só atingiram os comerciantes informais, ambulantes e feirantes das classes já vulnerabilizadas.

A Salvador Moderna foi arquitetada em seu controle urbanístico visando zoneamentos segregacionistas: as áreas nobres residenciais a serem ocupadas pela elite, o centro geográfico com conjuntos habitacionais para a classe média baixa, e no Subúrbio os loteamentos populares de extrema precariedade habitacional, infraestrutura, serviços de subsistência e conseqüente alto índice de violência, direcionados à população baixa renda, majoritariamente negra.

Com o passar dos anos e devido ao crescimento populacional e aos movimentos migratórios partidos do interior à capital, a demarcação binária da cidade deixou de emoldurar-se sob o antagonismo centro x periferia/ bairros nobres x bairros populares, tomando a formação geográfica urbana uma forma descentralizada. Passa a existir em maior quantidade, por exemplo, bairros periféricos que se dividem de bairros nobres por uma ladeira ou escadaria, sem, contudo, perderem o traço marcante constituinte da desigualdade: os fatores raciais na conformação da estrutura social e estratificação socioespacial na cidade da Bahia.

Recortemos, portanto, de uma preliminar conformação histórica do espaço urbano de Salvador, arraigada de seu processo de formação socioeconômica implicada na manutenção de um *status quo* oriundo do período colonial e do escravismo, bem como de suas novas facetas contemporâneas. Parte do esforço de - diferente de atribuir a

parcela da desigualdade racial na instauração de uma desigualdade territorial e habitacional soteropolitana - entender a cidade de São Salvador como a própria estruturação urbana da segregação racial.

É certo que a própria designação histórica de Salvador nos serve de metáfora para compreender as questões reveladas. Concebida no século XVI como «cidade-fortaleza» (RISÉRIO, 2004), ela fez desdobrar-se, nos seu amplo repertório cultural, o resultado dessas práticas de autoproteção. Mesmo que estabelecendo práticas de intercâmbio intensas, pela sua privilegiada condição portuária, paradoxalmente ela elegeu o ensimesmamento como o caminho mais legítimo de reconhecimento.

Apesar de esse processo promover a autoestima, por outro lado, promoveu um relativo isolamento, culturalmente antagônico às demandas do projeto moderno.

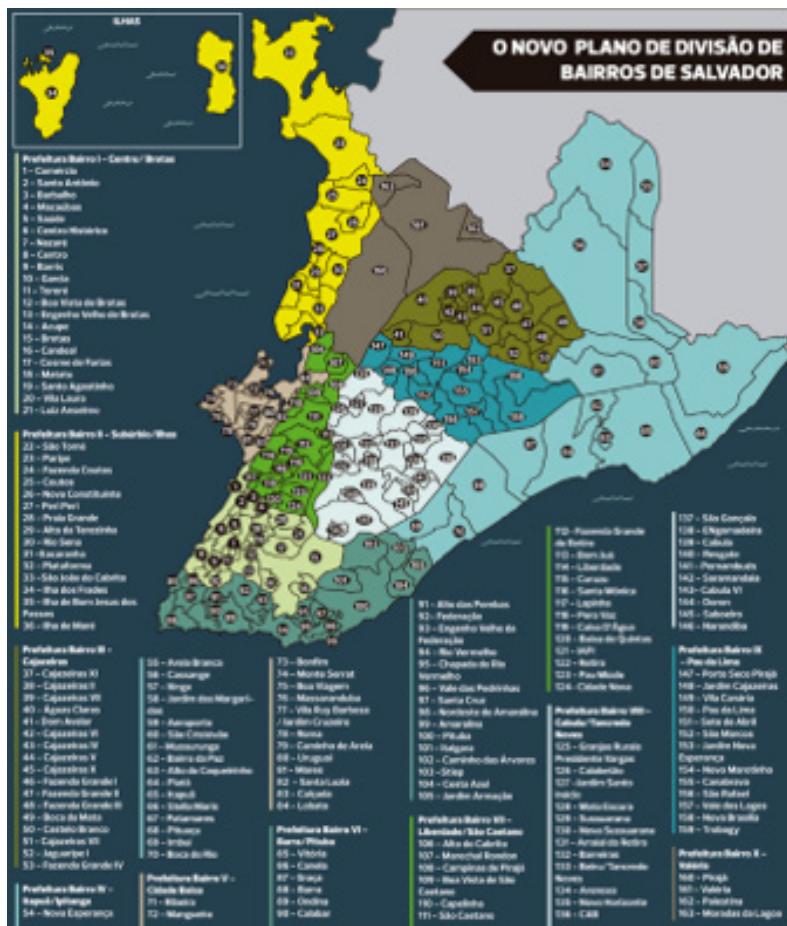
De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, Salvador é a capital brasileira mais negra do país: 87,7% da população se declaram não branca, sendo 36,5% pretos e 45,6% pardos. No ano anterior, o instituto divulgou que houve um crescente disparate do rendimento salarial: negros ganham 36,3% menos que os brancos na Bahia e quanto mais escura a cor da pele, menor a renda. Também a presença dos negros é maior entre os números de desempregados em relação à população geral de Salvador (82,2%), bem como, são maioria negra os profissionais que desempenham trabalhos informais, não regulamentados ou assegurados pelos direitos trabalhistas.

Outro dado gritante revelador do racismo estrutural de cidade é o que apontou em 2017 o estudo realizado pelo Projeto Axé, *Cartografias dos Desejos e Direitos: Mapeamento e contagem da população em situação de rua na cidade de Salvador*: das 22.498 situações observadas, 59,3% são homens e mulheres negras, com maioria composta por homens negros entre 26 a 59 anos.

Uma cartografia da ocupação populacional nos bairros só ratifica que a cidade mais negra fora da África é também uma das mais

segregacionistas. De acordo com o Mapa Racial de Salvador, realizando em 2015, o território urbano de Salvador está dividido em 146 bairros, conforme o mapa abaixo:

Imagem 1: Novo plano de divisão de bairros de Salvador.



Fonte: Mapa Racial de Salvador, 2015, disponível em: <https://www.skyscraperpcity.com/showthread.php?p=163240918>.

Se comparados, a título demonstrativo analítico, o extremo da desigualdade social materializada nos zoneamentos territoriais a par-

tir dos bairros, temos a constatação de uma irredutível necessidade de se interseccionar os problemas sócio-políticos relativos à questão urbana, com o debate da desigualdade racial brasileira. Os bairros que possuem o metro quadrado mais caro da cidade, como o são Vitória, Barra e Ondina e cuja infraestrutura, serviços públicos básicos são mais bem aplicados e distribuídos, são ocupados maciçamente pela elite branca.

Com base nos dados de 2016 da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, e da Secretaria do Desenvolvimento Urbano – SEDUR, o bairro Alto das Pombas, por sua vez, ainda que localizado na zona central da cidade e próximo a bairros nobres, possui baixo valor imobiliário, precária infraestrutura e serviços públicos e é ocupado 90,06% por pessoas negras. Outra quantificação alarmante é o fato de periferias possuírem o maior número percentual de população não alfabetizada, como é o caso do Calabar, que em 2010 possuía dos valores mais elevados de analfabetismo na população acima de 15 anos (7,45%), bairros estes – Calabar e Alto das Pombas – que possuem também um maior percentual de domicílios considerados aglomerados subnormais (89,37% e 100%, respectivamente).

Outra cartografia importante a ser traçada é a relativa aos lugares de poder no cenário político da cidade, cuja representatividade é majoritariamente branca; com base no Estudo da Transparência Brasil, apenas 9,8% dos deputados(as) e senadores(as) em exercício no Congresso são pretos e pardos e 19,0% no Estado da Bahia, sendo maior a taxa de representatividade negra nos partidos de esquerda e na bancada sindical (com 16,1%) e cuja presença feminina negra é ainda menor, 9,1% total no Congresso. No setor privado, apenas 5,3% dos cargos executivos das 500 maiores empresas do país são ocupados por pessoas negras.

E o racismo segue inegociável, apesar da discrepância apontada pelos dados, ainda hoje se percebe uma escassez de fontes



que abordam de maneira analítica a cor e o gênero das vítimas na mortalidade por arma de fogo no Brasil, o Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), a exemplo disto, só passou a incorporar o indicador raça/cor em 1996. De acordo com o Mapa da Violência de 2016, o número de vítimas negras de homicídio no Brasil aumentou em 46,9% em 10 anos e os índices não param de subir, na Bahia foram 3.999 assassinatos de pessoas negras e 289 de pessoas brancas, no mesmo período (2014).

Nos casos de feminicídios<sup>51</sup>, os elevados índices têm colocado o Brasil no *ranking* ante o mundo, e a distribuição de informações na imprensa tradicional brasileira chega, na maioria das vezes, de forma homogeneizante em relação a uma abordagem interseccional entre diferentes eixos de subordinação (raça, gênero e classe). Segundo Waiselfisz (2015) na Bahia, os homicídios de mulheres negras cresceram 260% em números absolutos: 100, em 2003, e 360, em 2013, assim como o aumento nas taxas por 100 mil habitantes, de 1,9 para 5,9 – acréscimo de 212,8%. Salvador, na comparação entre as capitais brasileiras no mesmo período, teve a segunda maior variação da taxa de homicídios de mulheres: cresceu de 2,8 para 7,9 - um crescimento de 182%.

A respeito dos desdobramentos de um reducionismo do problema da violência na Bahia, quando da recusa a uma depuração interseccional dos dados, nota-se seu conformismo ao processo de naturalização cultural das desigualdades de gênero, que é ainda maior quando somada à naturalização da morte de grupos raciais, étnicos e regionais já sujeitados à violência de gênero em graus inigualáveis. Uma amostra disto é o fato de a Lei Maria da Penha – Lei 11.340/06, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz

---

51 A Lei nº 13.104, lei do Feminicídio, em vigor desde 2015, prevê o crime como um tipo de homicídio qualificado e o inclui no rol dos crimes hediondos. Altera o Código Penal no sentido de considerar casos de violência doméstica e familiar ou discriminação contra a condição de mulher como qualificadores do crime de assassinato contra mulheres.

Inácio Lula da Silva em 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e que dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – foi eficaz apenas para a redução do assassinato de mulheres brancas.

Apurado pelo Mapa da Violência de 2015-2016, no período de 10 anos de vigência da Lei, enquanto o índice de assassinato de mulheres brancas reduziu em 10%, o de mulheres negras seguiu aumentando em 54%. É pensando nesta ineficácia das políticas públicas para população de mulheres negras, que se faz aplicável a dimensão interseccional no caso da violência na cidade da Bahia, a complexidade do que a Maria Lugones (2008) vai chamar de “sistema de gênero moderno colonial”:

Caracterizar este sistema de gênero colônia/moderno, tanto em traços gerais, como em sua concretude detalhada e vivida, nos permitirá ver a imposição colonial, a profundidade desta imposição. Nos permitirá a extensão e profundidade histórica de seu alcance destrutivo. A tentativa de tornar visível o instrumental do sistema de gênero colonial/moderno em nossa subjugação – tanto dos homens como das mulheres pretas – em todos os âmbitos da existência (LUGONES, 2008, p. 77, tradução nossa).

Se aplicadas as análises apontadas, em sua conjuntura interseccional, aos bairros demarcados na cidade de Salvador, temos a constatação, em números, da logística capitalista da desigualdade racial em sua segregação territorial: os crimes de feminicídio são, sem variação, proporcionalmente maiores em bairros pobres e periféricos da cidade nos quais a população negra é, como vimos, majoritária e cujos serviços e atendimentos de políticas públicas são intensamente negligenciados. É o que alerta a tabela da pesquisadora Naiara Leite, da Revista *Afirmativa* e da Organização de Mulheres Negras na Bahia, a partir da análise de feminicídios em Salvador. Se a violência estatística na São Salvador se carnalizasse num único corpo, este seria, sem margem de erro, o de uma mulher negra periférica:

Imagem 2: Tabela da população auto declarada negra nos bairros de maior índice de feminicídio em Salvador.

<b>população auto-declarada negra nos bairros onde os crimes foram cometidos</b>	
Nova Brasília de Itapuã	77,97% da população
Itapuã	77,97% da população
Uruguai	86,63% da população
Fazenda Coutos	90,57% da população
São Cristovão	84,42 da população
Pernambuéis	82,46% da população
Barbalho	70,45% da população

Fonte: Naiara Leite, a partir de dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros – CONDER/BA, 2017.

Dados mais recentes (2019) do Ministério da Saúde apontam também para os índices de suicídio no Brasil em que o risco na faixa etária de 10 a 29 anos foi 45% maior entre jovens que se declaram pretos e pardos do que entre brancos. Entre 2012 e 2016, enquanto a taxa de mortalidade por suicídio permaneceu estável entre os jovens e adolescentes brancos, os números aumentaram em 12% para a população negra da mesma faixa etária.

Nessa cartografia da violência, além dos índices de mortes por homicídio, feminicídio e suicídio, os índices de mortes por intervenções policiais não fogem à regra: uma pesquisa conduzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) coloca a Bahia na terceira posição no *ranking* dos policiais que mais matam no país. Das mortes

provocadas por policiais na Bahia, cerca de 90% ocorrem em operações da Polícia Militar em favelas.

As políticas de segurança pública em Salvador, assim como em todas as capitais brasileiras, operam nas favelas de maneira abruptamente distinta dos outros territórios da cidade, o modelo de polícia e a ferrenha militarização das favelas, aposta no violento enfrentamento do controle armado dos grupos criminosos, nas periferias a polícia se torna instituição soberana sobre o direito de morte e de vida, de modo que a discrepante medida e responsabilidade que exerce o poder de polícia em distintas áreas da cidade, não podem ser consideradas isoladamente, esvaziadas de uma politização. Seja nas tarefas direcionadas à remoção em imóveis ocupados, no desaproprio de barracões, na busca por criminosos ou na “caça” aos traficantes, a polícia tem atuado enquanto instância repressora em nome do Estado.

Tem-se então, um contorno territorial e ideológico sobre as favelas, marcado por, seja por ações ou negligências, mecanismos institucionais da morte: os atendimentos de saúde e as redes de assistência social precários, o constante crescimento de uma tecnologia criminal voltada para a guerra, só fortalecem o Estado Penal e seus aparatos mais repressivos quando de encontro à população negra periférica. Para Marielle Franco (2014) estes aparatos legais de morte se potencializam quando combinados com as interfaces de controle promovidas pela etapa neoliberal:

Na substituição de políticas sociais que apostem em investimentos no campo dos direitos, abre-se uma política que fortalece o Estado Penal, com o objetivo de conter os que se encontram à margem ou ‘excluídos’ do processo, formados por uma quantidade significativa de pobres e negros, cada vez mais colocados nos guetos das cidades [...] O ‘rosto’ neoliberal, aquele de uma nova ordem mundial, está presente e radicaliza os demais ‘rostos’. O ‘livre mercado’, o ‘livre comércio’, o ‘Estado mínimo’, as privatizações, o ‘homem en-

dividado', o *marketing*, a propaganda, a rotação rápida, o capitalismo financeiro, 'a existência e o pensamento para o mercado', o 'indivíduo-massa', a cifra, a senha, a informática e os computadores, o 'isolamento tecnocrático', a cultura mercado, a contração do espaço público, a cultura do terror, os projetos neoliberais [...] são louvados cotidianamente e tornam-se a cada dia mais concretos, mais reais (COIMBRA, 2001, p. 251), (FRANCO, 2014, p. 40-41).

É neste sentido que podemos pensar numa necropolítica neoliberal: as políticas neoliberais como políticas de morte, ou seja, o matar ou deixar morrer aqueles que para o capitalismo neoliberal não produzem, não consomem ou são moral e esteticamente enquadrados como corpos abjetos. Para além do extermínio direto com o genocídio da população negra nas periferias, seja pela polícia ou pelas negligências do Estado, as violências imaculadas sob as máscaras dos cortes orçamentários, da privatização da saúde e ensino público, da precarização das condições laborais, são também minuciosas armas letais revestidas pela soberania da legalidade.

Achille Mbembe (2018) faz uma profunda leitura da política como o trabalho da morte e da soberania expressa como o direito de matar, sobre o controle político, no campo biológico, da divisão entre os que devem viver ou morrer. Neste sentido e a termos foucaultianos, afirma o autor ser o racismo, na economia do biopoder, a regulamentação da distribuição de morte pelo Estado. Assim, a ideia de que a diferença é princípio em prol da exclusão e do extermínio (de que a morte do outro significa a vida e segurança de alguém) é um dos muitos imaginários da soberania, revela:

[...] as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror [...] a noção de necropolítica e necropoder [explica] as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de 'mundos

de morte', formas novas e únicas de existência social nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de 'mortos-vivos' (MBEMBE, 2018, p. 51).

Para ele, um dos mais requintados mecanismos da neocolonização do século XXI é o controle cada vez mais rígido da mobilidade, uma intensa dialética de territorialização e desterritorialização pautada no cerceamento das ambiguidades e identidades em fixidades extremas. Este controle se dá sob o corpo em sua forma prática e expressiva: o movimento, ele é a concretude não utópica da maior das utopias: a ausência de fronteiras. A violência racial está diretamente codificada na linguagem da fronteira, prova disso é tamanha penúria da noção de progresso quanto à segurança, confabulado pelo pensamento neoliberal: período em que mais se construíram prisões em toda história da humanidade.

Existe uma repercussão colonial que estigmatiza o movimento dentro do pensamento liberal clássico: ou ele diz respeito a manifestações de liberdade, ou a interrupções devido certa ameaça à ordem. Essas duas configurações se atritam constantemente ao ponto de se anularem. É neste sentido que o Estado opera como legítimo fabricante dos conceitos de ordem e de segurança para que sejam negociados com seus também fundados conceitos de liberdade e de movimento.

Por isso às pessoas nômades, que circulam incansavelmente, àquelas instáveis a territórios fixos, recai o status de inassimiláveis e - já que insubmissas à esfera de controle pelo Estado, seja via territorialização do existente, seja via econômica (os sem endereço não pagam impostos), considerados inimigas da soberania. A cidade de São Salvador, negra por existência, é fronteira entre a vida e a morte no mais trivial respiro do dia-a-dia, no mais ínfimo instante do existir, e é também nele, comum a este instante, que se inscreve o horizonte possível da criação de travessias, como ampara Mbembe (2018,

p.22), “a função de uma fronteira, na verdade, é ser cruzada [...] Não há fronteira concebível fora desse princípio, a lei da permeabilidade.”

No momento em que as tensões e as fronteiras se esgarçam numa nova cartografia que possibilita diálogos e trocas contundentes nas cidades, outras paisagens se configuram numa tomada de consciência que reivindica novas subjetivações e mutações nos Estados e na cultura. Essa imbricação permite apropriações, aproximações e distanciamentos num redesenhar das fronteiras geográficas que não mais problematizam ou engendram a noção de território *strictu sensu*.

## Referências

FRANCO, Marielle. **UPP - A redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 40-41, 2014.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 77-86, jul./dic. 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

RISÉRIO, Antonio. **Avant-garde na Bahia**. 1. ed. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1995.

\_\_\_\_\_. **Uma História da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>. Acesso: 10.01.2018.





# O que a política tranca, a arte destranca

*Marcelo Argôlo  
Nadja Vladi Gumes*

## Introdução

A Ladeira da Misericórdia é uma das vias mais antigas de Salvador, já estava prevista nas primeiras plantas da cidade (GOMES, 2017). A rua foi uma das principais ligações entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, no Centro Histórico, e, justamente por isso, abriga um conjunto de construções históricas, que foram restauradas pela arquiteta Lina Bo Bardi na década de 1980. A mais significativa dessas construções é o prédio conhecido como Coati, restaurado em 1987 para abrigar um restaurante popular, projeto que não foi completamente implementado, mesmo após a conclusão das obras<sup>52</sup>.

Atualmente, a via encontra-se interditada por portões gradeados que impedem a circulação da população. Eles fecham os dois acessos da Ladeira (por cima e por baixo, ver Imagens 1 e 2). A interdição aconteceu durante a gestão do prefeito João Henrique Carneiro (2004 – 2012) e se mantém até hoje, apesar de nunca ter sido oficializada em decretos ou outro tipo de dispositivo. A interdição, no entanto, é real, materializada pelos portões e ocorre devido à localização estratégica para a circulação de autoridades, já que a entrada e saída da garagem do prédio da Prefeitura de Salvador é na Ladeira da Misericórdia. Assim, a via se torna uma rota de fuga segura para o prefeito e secretários municipais em caso de emergência (ver Mapa 1). A Polícia Militar da Bahia (PM-BA) faz o controle do fluxo.

---

<sup>52</sup> Lina Bo Bardi trabalhou nesse projeto ao lado dos arquitetos João Filgueiras Lima, Marcelo Ferraz e Marcelo Suzuki. O restaurante é parte de um projeto piloto de um Plano de Recuperação do Centro Histórico, e inclui mais três casarões.

**MAPA 1 – Ladeira da Misericórdia, Centro Histórico de Salvador**

Captura de tela do Google Maps com traçado nosso. Realizado em: 09 jun. 2019

**IMAGEM 1 – Bloqueio na Ladeira da Misericórdia no acesso de cima**

Captura de tela do Google Street View. Realizado em: 09 jun. 2019

**IMAGEM 2** – Bloqueio na Ladeira da Misericórdia no acesso de baixo

Captura de tela do Google Street View. Realizado em: 09 jun. 2019

A interdição, porém, foi suspensa em duas ocasiões para que o Coati abrigasse projetos culturais. Em 2016, uma iniciativa do projeto Ativa ocupou o prédio com uma programação que reunia uma diversidade de linguagens artísticas e movimentou a Ladeira da Misericórdia. Três anos depois, em abril de 2019, o prédio voltou a ser ocupado, desta vez pelo projeto de música experimental InstruMentes, que realizou atividades até o final de agosto. Percebe-se, assim, uma característica das práticas culturais em espaços urbanos de funcionar como um vetor para formação de agrupamentos e circulação de pessoas pela cidade.

Aqui neste artigo, buscamos entender, a partir da perspectiva da semiótica, quais os símbolos envolvidos nos seguintes processos: a interdição da via histórica por uma estratégia política; a suspensão dessa interdição por uma atividade artística; e como ela se constitui enquanto territorialidade. Apresentamos um breve panorama histórico da Ladeira da Misericórdia, o contexto da sua interdição e da suspensão dessa interdição. Também pensamos sobre o espaço público e suas circulações, e, por fim, defendemos que há um processo de

semiose envolvido na questão do “tranca e destranca a rua” e analisamos quais os símbolos presentes nesse processo.

### **Misericórdia: construção e restauração**

Em 2019, comemorou-se os 470 anos de Salvador. O marco histórico para definição da data de fundação da cidade é a chegada de Tomé de Sousa em 29 de março de 1549. O território que hoje é a capital baiana havia sido encontrado pelos portugueses em 1º de novembro de 1501. Uma expedição enviada pela coroa para reconhecimento das terras além-mar encontradas um ano antes por Pedro Álvares Cabral achou uma baía ampla cheia de ilhas e muitos habitantes, a qual, inspirada pela própria data, foi nomeada de Baía de Todos os Santos (IBGE, 2009).

Quando Dom João III resolveu criar o Governo Geral no Brasil, como mais um esforço para colonização do território, designou a missão a Tomé de Sousa. No regimento que entregou ao escolhido para a tarefa, o rei já indicava qual a região que deveria abrigar a sede do Governo.

A Baía de Todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do ponto e rios que nela entram, como pela bondade e abundância e a saúde da terra e por outros respeitos, hei por meu serviço que na dita baía se faça a dita povoação e assento (IBGE, 2009, p. 1).

Não se sabe precisamente o ano de construção da Ladeira da Misericórdia, devido ao extravio de arquivos durante a ocupação holandesa em 1624, mas acredita-se que ela tenha sido uma das primeiras vias construídas por Tomé de Sousa (GOMES, 2017).

Na época em que Tomé de Souza iniciou as obras de construção de Salvador [a Ladeira da Misericórdia] era o caminho localizado ao norte da Praça do Palácio, e por ele subiam carros, transportando mercadorias oriundas da praia (DÓREA,

2006, p. 88). Considerado uma das vias de trânsito mais antigas em uso da cidade. Nos velhos tempos, para uma subida eram alugados animais que, após conduzirem o cavaleiro ao alto, desciam sozinhos para receber novos fregueses. O batismo “ladeira da Misericórdia” se deve pela presença ali, desde os primeiros tempos da fundação de Salvador, da igreja e hospital da Santa Casa de Misericórdia (GOMES, 2017, p. 139).

Um dos registros mais antigos da existência da via é de 1587 no relato de Gabriel Soares em seu Tratado Descritivo do Brasil.

Está no meio desta cidade uma honesta praça [hoje chamada de Praça Tomé de Sousa], em que se correm touros quando convém, na qual estão da banda do sul umas nobres casas, em que se agasalham os governadores [atual Palácio Rio Branco], e da banda do norte tem as casas do negócio da Fazenda, alfândega e armazéns [onde hoje está a sede da Prefeitura de Salvador]; e da parte de leste tem a casa da Câmara [onde ainda hoje funciona a Câmara de Vereadores], cadeia e outras casas de moradores, com que fica esta praça em quadro e o pelourinho no meio dela, a qual, da banda do poente [onde atualmente está o Elevador Lacerda], está desabafada com grande vista sobre o mar; onde estão assentadas algumas peças de artilharia grossa, donde a terra vai muito a pique sobre o mar; ao longo do qual é tudo rochedo mui áspero; e desta mesma banda da praça, dos cantos dela, descem dois caminhos em voltas para a praia, um da banda do norte [Ladeira da Misericórdia], que é serventia da fonte que se diz Pereira, e do desembarcadouro da gente dos navios; o caminho que está da parte do sul [Ladeira da Conceição] é serventia para Nossa Senhora da Conceição, aonde está o desembarcadouro geral das mercadorias, ao qual desembarcadouro vai ter outro caminho de carro, por onde se estas mercadorias e outras coisas que aqui se desembarcam levam em carros para a cidade (SOARES; 1587; p. 113).

A localização das vias relatadas por Soares pode ser visualizada graficamente no mapa da Imagem 3.

**Imagem 3:** Mapa de Salvador no final do século XVII

Fonte: GOMES, 2017, p. 64.

Espaço urbano construído na época da fundação da cidade, a Ladeira da Misericórdia reúne um conjunto arquitetônico de importante valor tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1938. Na década de 1980, dos cinco sobrados originais, apenas três tinham suas configurações suficientemente preservadas e passaram por um processo de restauração liderado pela arquiteta Lina Bo Bardi (ANDRADE JR., 2005). O Projeto Piloto Ladeira da Misericórdia, como foi intitulado e que fazia parte de um projeto maior de recuperação do Centro Histórico de Salvador, buscava “a melhoria das condições de vida das camadas populares, através da conjugação da oferta de espaços de consumo habitacional, combinada com a de espaços produtivos da economia informal (comércio e prestação de pequenos serviços)” (CHAGAS, 2002, p. 129-130).

No projeto piloto executado na Ladeira da Misericórdia, os três antigos sobrados remanescentes, seguindo as diretrizes gerais do plano, passariam a abrigar cinco estabelecimentos comerciais no pavimento térreo e sete apartamentos nos pavimentos superiores. Uma ruína existente no local passaria a abrigar o ‘bar dos três arcos’, para venda de ‘pinga+caranguejos’ e o terreno vazio localizado na extremidade norte do conjunto passaria a abrigar o ‘restaurante do Coati’ (ANDRADE JR., 2015, 155-156).



O projeto de restauro foi realizado, mas os usos não foram os planejados por Lina Bo Bardi.

Após o final do mandato do prefeito Mário Kérsesz, o casario da Ladeira da Misericórdia que havia sido restaurado foi ocupado por um grupo marginalizado. Depois, no decorrer do tempo esses ocupantes foram expulsos das casas. Uma das casas abrigou a *Fundação Onda Azul* e o restaurante Coati funcionou de modo intermitente (BIERRENBACH; ROSSETTI, 2014, p. 79).

**IMAGEM 4:** Ladeira da Misericórdia antes (esquerda) e depois (direita) da restauração liderada por Lina Bo Bardi



Fonte: Cerávolo (2013, p. 13).

A Ladeira da Misericórdia é uma via pública que fazia a ligação da Cidade Alta com a Cidade Baixa, um lugar de circulação fechado pelo Poder Público Municipal. Quando tentamos entender as diversas esferas de atuação na vida das cidades contemporâneas o termo circulação nos possibilita pensar sobre o movimento de pessoas, de ideias, de mercadorias, da passagem de uma cultura para outra, uma articulação da relação produção e consumo, a cidade funcionando como um fluxo. Neste contexto, nos interessa entender as seguintes questões: como esses dois eventos ocupam a Ladeira da Misericórdia, que teve sua circulação fechada e totalmente controlada; como se apropriam desse espaço público (mas interdito) por um determinado período, criam um circuito de apresentações para a circulação

de artistas e produtos culturais e fomentam a ocupação temporária de uma cena cultural; e o que isso significa no processo social da vida urbana.

### **Ocupação artística na misericórdia**

Em 2014, na época do centenário de Lina Bo Bardi, Ana Carolina de Souza Bierrenbach e Eduardo Pierrotti Rossetti avaliaram em artigo o legado da arquiteta em Salvador. A situação do conjunto arquitetônico na Ladeira da Misericórdia descrita pelos autores era lamentável.

A rua está fechada por dois portões com acesso restrito, controlado pela Prefeitura, que a utiliza como acesso para a sua sede situada na Praça Municipal e para o uso da guarda municipal. A Ladeira da Misericórdia encontra-se, assim, numa situação deplorável, totalmente isolada, com os edifícios abandonados e com escassos usos. Os casarões que foram objeto de intervenção de Lina e equipe aparentam pouco comprometimento arquitetônico, mas o restaurante está em situação mais delicada, porque está mais sujeito às intempéries, sendo tomado pelo crescimento incontrollável das plantas, por insetos e por animais que passam a ocupar seus espaços como tocas (BIERRENBACH; ROSSETTI, 2014, p. 79-80).

O fechamento da rua aconteceu durante a gestão de João Henrique à frente da Prefeitura de Salvador (2004-2012). O ambiente político, principalmente no segundo mandato, a partir de 2008, pressionava o poder municipal e as manifestações de rua contrárias às medidas do prefeito eram constantes. Diante desse cenário, ele resolveu fechar a Ladeira da Misericórdia, que há alguns anos passava por um processo de abandono. A via tem uma localização estratégica, pois é onde está a entrada e a saída da garagem da sede da Prefeitura. Como as manifestações se concentram na Praça Tomé de Sousa, na frente do prédio, a saída da garagem pela Ladeira se torna uma ótima rota de fuga, pois não atravessaria a manifestação.



O fechamento da via foi mantido por Antônio Carlos Magalhães Neto, sucessor de João Henrique. Contudo, a nova gestão autorizou a utilização do prédio do Coati e a circulação pela via em dois momentos: em 2016 com o Projeto Ativa e em 2019 com o projeto InstruMentes. O primeiro organizou a Ocupação Coaty que, durante oito meses, realizou uma série de atividades artísticas e contou com a participação de nomes como Arto Lindsay, Elaine Tedesco, Fernando Limberger, Lanussi Pasquali, Alexia Zuniga, Joãozito, Klaus W. Eisenlohr, Adriana Araújo, Fábio Gatti e Mayra Lins. O segundo projeto realizou entre abril e agosto de 2019 uma série de oficinas, apresentações e exposições que teve como eixo central a música experimental. Entre a lista de artistas que participaram do projeto estavam Ken Vandermark, Paal Nilssen Love, Fernando Sardo, Bella, Victor Valetim, Sofia Galvão, Roberto Michelino e Marco Scarassatti.

Os projetos de ocupação do Coati e, conseqüentemente, da Ladeira da Misericórdia abrem a via para circulação e tornam o espaço um lugar de sociabilidade estimulada por atividades culturais, que têm o potencial de constituírem uma cena cultural. O termo é uma proposta do canadense Will Straw para buscar dar conta de uma série de fenômenos de consumo cultural nas cidades, entre eles “a congregação recorrente de pessoas em um determinado lugar” (2006, p. 6, tradução nossa)<sup>53</sup>. O objetivo de cunhar tal noção é buscar entender como práticas de produção, circulação e consumo de bens culturais ocupam espaços na cidade, criam identidade de grupo e dão sentido ao lugar.

Para Straw, cena é uma forma de cartografar consumos culturais que nos ajuda a compreender que certas práticas culturais significativas são organizadas territorialmente e reconhecidas como práticas significantes de um determinado discurso. Para a cena acontecer ela precisa criar um circuito, uma circulação de pessoas e objetos culturais dando visibilidade nos espaços urbanos, preenchendo a ci-

53 “The recurring congregation of people at a particular place” (STRAW, 2006, p. 6).

dade com a convivência (conflituosa ou não) de diferentes e similares grupos. A cena funciona como um mapeamento de um espaço da cidade: "é um meio de falar da teatralidade da cidade – da capacidade que a cidade tem para gerar imagens de pessoas ocupando o espaço público de forma atraente" (STRAW, 2013, p. 12).

Podemos pensar que os dois projetos que durante a gestão do Prefeito ACM Neto suspenderam o fechamento da Ladeira da Misericórdia e a transformaram em espaço de sociabilidade e produção/circulação/consumo de bens culturais têm em comum o discurso de valorização do conjunto arquitetônico histórico da via e do seu projeto de restauração, ou seja uma ocupação de uma cena cultural de um espaço público possibilitando a "visibilidade na vida urbana". (STRAW, 2017. p. 78), performando a teatralidade da urbe. Em entrevista ao repórter Chico Castro Jr., publicada em reportagem no dia 09 de abril de 2016, a artista plástica Lanussi Pasquali, que liderava o Projeto Ativa, demonstra preocupação em dar acesso à população ao conjunto arquitetônico.

Gaúcha residente em Salvador há 15 anos, Lanussi Pasquali espera, com a Ocupação, chamar a atenção para locais como o antigo Zanzibar. "São espaços abandonados com potenciais realmente incríveis, mas que se perdem no meio do crescimento desordenado da cidade", afirma.

"Antes da revitalização de 1987, aqui só havia um muro de contenção. Aí, quando a Lina Bo Bardi assumiu a obra, deu uma folha de palmeira para o Lelé (o arquiteto João Filgueiras Lima) e pediu que ele desenvolvesse a partir daquilo. Daí veio esse padrão 'plissado' que está em todo o complexo arquitetônico", conta.

Prevista para durar dois meses, a Ocupação acaba em junho. Lanussi ainda não sabe o que será do local a partir daí: "Bom, isso não é uma revitalização. É um despertar para o que temos aqui. Torçamos para que algo aconteça, que o poder público ou a iniciativa privada abracem o Coaty" (CASTRO JR., 2016).

Já a equipe do InstruMentes foca na possibilidade de circulação pela Ladeira.

A produtora cultural Lívia Cunha lembra que o espaço foi projetado inicialmente para servir de moradia e abrigar um restaurante popular, mas o local nunca cumpriu essa função.

"Ele ficou a maior parte de sua história fechado, com algumas exceções, como em 2016, com o projeto Ativa, em que Lanussi e Joãozito reabriram o espaço e durante oito meses fizeram uma série de ativações, e agora, três anos depois, a gente faz uma requalificação para reabrir o espaço para o InstruMentes. A gente teve que refazer a parte elétrica, hidráulica, para poder trazer ele de volta à vida", afirma.

Ela conta que, com o projeto, o acesso do público à ladeira, controlado pela Polícia Militar, foi novamente aberto. "De abril para cá, a gente tem feito um movimento para que as pessoas possam voltar a circular na ladeira, para que possam ir no mirante, conhecer essa vista daqui, que é uma vista bem única", comenta (ALVES, 2019).

Percebe-se no discurso construído para fundamentar a proposição de ambos os projetos a relação entre arte, política, patrimônio e espaço urbano, na medida em que a escolha pelo Coati e a Ladeira da Misericórdia para a realização do projeto tem como justificativa a busca de relacionar o projeto com o prédio histórico ao mesmo tempo em que a arte aparece como elemento de atração. É como se aquela produção artística/cultural tivesse a força de ocupar um determinado espaço urbano e atrair a população para conhecer e, assim, manter vivo o lugar.

O que buscamos nesse artigo é entender a dinâmica da vida cultural das cidades pensando essas territorialidades<sup>54</sup> como locais privilegiados de produção, distribuição e consumo de experiências culturais, e a noção de cena cultural nos permite entender esse mo-

54 O termo territorialidade apresenta uma melhor funcionalidade do que território porque mostra que o espaço não é exclusivo dos atores pesquisados (FERNANDES e HERSCHMANN, 2014).

vimento como um fluxo da vida urbana, a partir das possibilidades da dramatização dos espaços sociais. Para Casemajor e Straw (2017) “uma cena é entendida como a agregação de lugares, pessoas, coisas e ações que compõem a vida de um fenômeno social particular” (p.19). Os autores também trazem o termo “atmosfera” que possibilita entender o entrelaçamento “das dimensões teatrais e organizacionais da cena”. (p.18). Ao introduzir a ideia de “atmosfera”, Casemajor e Straw possibilitam uma melhor compreensão de como se dá “o arranjo de elementos em torno de um “objeto” cultural particular” (ibidem), possibilitando se pensar a partir do movimento das atmosferas a relação entre pessoas, tecnologias e discursos dentro de um “ambiente” urbano.

Anouk Bélanger (2005) ao pensar o imaginário urbano das cidades, a partir da experiência de Montreal, aponta que “ocupar um lugar, em suma, é narrá-lo” (p. 15). O espaço urbano é, portanto, como propõe a autora, um espaço de práticas e de imaginação, mediando relações globais e locais, memória e desenvolvimento. O imaginário urbano de Salvador inclui a cultura de matriz africana como protagonista dessa narrativa, o que nos permite pensar que a circulação dos artistas de diversas práticas culturais pela barroca Ladeira da Misericórdia reconfigurada pelas intervenções urbanísticas de Lina Bo Bardi, é parte da construção simbólica da identidade da cidade, do seu imaginário urbano, das suas práticas e narrativas, que essa cena cultural projeta como elemento fundante de sua visibilidade.

### **Simbologia do tranca e destranca**

Diante do exposto até aqui, defendemos que estamos perante um processo de semiose que envolve a Ladeira da Misericórdia. Nesse processo, ela deixa de ser apenas uma via, mesmo que importante, de ligação entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, como ela é descrita nos primeiros anos da ocupação de Salvador como sede do Governo Geral do Brasil no século XVI, para se tornar uma territoria-

lidade, ou seja, já não é mais apenas um espaço físico ou geograficamente delimitado, mas uma espécie de território subjetivo, construído a partir símbolos.

Aqui queremos entender, numa perspectiva semiótica, os símbolos que compõem essa territorialidade. A perspectiva trazida pelo geógrafo Haesbaert (2005) possibilita compreender como a noção de territorialidades permite um entendimento mais abrangente do fenômeno pensado a partir de um espaço socialmente construído. A territorialidade incorpora dimensões políticas, econômicas e culturais porque mostra como “as pessoas se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (Haesbaert, 2005, p. 6776). A ideia de patrimônio histórico é a primeira que se coloca nessa discussão, mas não a única. A própria personalidade de Lina Bo Bardi como uma figura de prestígio no campo da Arquitetura e Urbanismo pode ser entendida como um símbolo que compõe essa territorialidade. Além disso, temos colocado o poder político (ou o abuso do poder político) e a manifestação popular pelo direito à cidade como símbolos antagônicos e de grande importância nesse processo de semiose. Nos restringimos a analisar esses símbolos citados, pois entendemos que eles são os principais imbricados nessa territorialidade, quando o foco é o tranca e destranca da Ladeira da Misericórdia.

Antes de seguir com a argumentação, é necessário definir o que entendemos como símbolo e semiose. Para isso, partimos das ideias de Charles S. Peirce e a sua noção de signo, como apresentado por Júlio Pinto (1995; 2009). Nessa perspectiva, o signo é algo que representa qualquer outra coisa que não é ele mesmo, em uma construção lógica que envolve três objetos: um “objeto que esteja no lugar de [...] outro objeto e, ao fazer isso, elicita um objeto análogo, mas não igual, que está no lugar de [...] aquele segundo objeto da mesma maneira que o primeiro objeto o faz” (PINTO, 2009, p. 37-38).

A relação *representamem*, objeto e interpretante é uma pista para entender como os signos se estruturam. Para entendê-la, nos inspiramos na seguinte passagem:

Um *representamen* é um sujeito de uma relação triádica com relação a um segundo, chamado seu *objeto*, para um terceiro, chamado seu *interpretante*, essa relação triádica sendo tal que o *representamen* determina que seu *interpretante* participe na mesma relação triádica com o mesmo objeto para algum outro *interpretante* (CP 1.541 *apud* PINTO, 2009, p. 38).

Vale ressaltar “que o interpretante não é o intérprete, mas o conteúdo de uma interpretação” (PINTO, 2009). Percebe-se, então, que o interpretante não é estático e sempre gera a produção de novos interpretantes. Daí, assume-se que o processo é infinito, sem que haja a possibilidade de, numa análise, encontrar a sua origem ou a sua finalização. Isso é a semiose, esse constante devir de produção de interpretantes, e logo de sentidos. Então, com essa proposta de analisar a simbologia envolvida no processo de semiose da Ladeira da Misericórdia, buscamos entender um recorte histórico, mesmo que longo, mas definido: de sua construção até quando ela deixa de ser apenas uma via e se torna uma territorialidade em disputa.

Para entendermos o conceito de símbolo, continuamos com as ideias de Peirce. Aqui vale trazer também para análise as noções de Primereza, Segundeza e Terceireza<sup>55</sup> como categorias da experiência do fenômeno. “Entenda-se como fenômeno qualquer coisa que se torne manifesta ou disponível para um observador” (PINTO, 1995, p. 17). Assim, a primereza refere-se à apreensão dos fenômenos a partir do corpo, pelos nossos sentidos; a secundeza, por sua vez, é a tomada de consciência desse sentir, é o momento atual, presente da relação com o fenômeno, é quando tomamos consciência que estamos sentindo o que sentimos; e, por fim, a terciereza está no campo da previsão, da lei, da generalização (PINTO, 2009).

55 “Peirce denomina tais categorias de *Firstness*, *Secondness*, *Thirdness*, e eu as traduzo como Primeireza, Segundeza, Terceireza, em atitude de fidelidade ao escopo e à carga semântica do sufixo *-ness* em inglês, formador de abstratos, mas não um sufixo culto e, portanto, não passível de tradução como *-idade* (como em Primeiridade, etc.)” (PINTO, 2009, p. 39).

O raciocínio a partir de tríades, ou seja, as tricotomias em oposição às dicotomias, é a base de todo o pensamento da semiótica de Peirce. Para ele, qualquer coisa pode ser vista a partir das três categorias da experiência. Assim, ele desenvolveu conjuntos de tipos de signos com três tipos cada (PINTO, 1995). Aqui nos interessa olhar com mais detalhe para o segundo conjunto: ícone/índice/símbolo. “Os ícones, índices e símbolos são signos considerados em termos de sua referência a um objeto” (PINTO, 1995, p. 59). Enquanto o ícone está no nível da primereza e estabelece com seu objeto uma relação de semelhança, porque traz em si características que são do objeto, o índice está no nível da secundeza e estabelece uma relação de diática (Se A, então B) com o seu objeto, que pode ser de oposição, causa e consequência, ação e reação etc. (PINTO, 1995).

Enfim chegamos aos símbolos, tipo de signo que nos interessa nesta análise. Eles estão no nível da terciereza e se relacionam com o objeto a partir do interpretante, ou seja, “está conectado a seu objeto por força da ideia da mente-que-usa-o-símbolo, sem a qual essa conexão não existiria” (PEIRCE, 2003, p. 73). O símbolo, então, é aquele signo que representa convenções, leis, regularidades, hábitos, previsão etc., pois a sua representação não se estabelece a partir das suas próprias características (como no ícone), nem numa relação direta (como no índice), ela depende do interpretante para se estabelecer.

Voltemos, então, para os símbolos que elencamos no início dessa exposição do pensamento de Peirce. O primeiro é o patrimônio histórico. É notório que existe a necessidade de se estabelecer uma convenção ou uma lei para se definir o que é e o que não é um patrimônio histórico. Antes de 1938, quando o Iphan reconhece e tomba o conjunto arquitetônico da Ladeira da Misericórdia, este *representamem* da importância histórica das construções, não era atribuído ao espaço enquanto objeto de um signo. Traço esse símbolo em primeiro lugar, porque considero que ele é o ponto de partida do processo

de semiose aqui analisado que torna a via uma territorialidade. Este símbolo tem como objeto os sobrados localizados na Ladeira, mas a conexão deles com o *representamem* só se estabelece quando o interpretante reconhece que eles são parte da memória, da história e da identidade daquele lugar e, por isso, devem manter-se conservados para que possam contribuir na construção narrativa da importância histórica da Ladeira da Misericórdia para a cidade de Salvador.

Quando pensamos a figura de Lina Bo Bardi como um símbolo dessa territorialidade, temos como *representamem* tanto a relevância do seu trabalho, que foi uma construção de reconhecimento pelos projetos que ela realizou durante a carreira, quanto na relação que ela estabeleceu com Salvador. Bo Bardi é uma das arquitetas a quem se atribui a formulação dos princípios do modernismo, seu trabalho é considerado de referência e existem congressos, seminários e outros eventos acadêmicos no seu campo de atuação dedicados a estudar sua obra. Ela também estabeleceu uma relação próxima com a cidade de Salvador, pois fez parte de um grupo de artistas considerados de vanguarda que foram convidados entre os anos de 1950 e 1960 a atuarem como professores na recém-criada Universidade da Bahia, hoje Universidade Federal da Bahia. Então, ter um projeto de restauração desenvolvido e executado por Lina Bo Bardi faz da Ladeira da Misericórdia um lugar de interesse para os estudos em Arquitetura e Urbanismo<sup>56</sup> e com possibilidade de exploração econômica pelo setor do turismo. Esse *representamem* que o nome de Lina Bo Bardi carrega só se conecta com os sobrados restaurados entendidos como objeto desse signo a partir do interpretante e, claramente, há a necessidade de domínio de um repertório cultural para que a mente-que-usa-o-símbolo seja capaz de estabelecer essa conexão.

---

56 Inclusive, entre os dias 26 de agosto e 1º de setembro de 2019, aconteceu em Salvador um seminário internacional que concentrou suas discussões no projeto de Lina Bo Bardi para o conjunto arquitetônico da Ladeira da Misericórdia. Ver: <https://ladeiradamisericordia.ufba.br/pt-br/apresentacao>. Acesso em: 17 ago. 2019.



Outro símbolo que se coloca nessa territorialidade é o poder político e o seu abuso por parte da Prefeitura de Salvador. Os seus objetos, o elemento que torna esse signo atual e presente, são os portões que fecham os dois acessos à Ladeira da Misericórdia e a presença da PM-BA para fazer o controle do fluxo na via. Entendemos como seu *representamem* a estratégia política de criar uma rota de fuga das manifestações, que tratamos anteriormente. A conexão entre esse *representamem* e os objetos para estabelecer o símbolo do poder político e abuso só pode ser estabelecida novamente por uma mente-que-usa-o-símbolo com um repertório específico, que conheça a história da Ladeira, do conjunto arquitetônico nela localizado e da medida de interdição da via por uma estratégia política. Então, mais uma vez, estamos diante de um símbolo.

Em contraposição ao símbolo materializado pelos portões, temos a ocupação artística como símbolos da manifestação popular pelo direito à cidade. Tanto o projeto Ativa, quanto o InstruMentes, apresentam um discurso que articula a produção/circulação/consumo de manifestações artísticas ao direito da população da cidade de circular pela Ladeira da Misericórdia, usufruir dos seus atributos (como a vista para o mar e para o pôr do Sol da Baía de Todos os Santos) e conhecer o conjunto arquitetônico restaurado por Lina. Percebe-se aqui que há um processo de semiose, na medida em que os interpretantes dos primeiros três símbolos apresentados se conectam para gerar o interpretante deste quarto símbolo. Então, a ocupação artística como signo que tem no espaço físico geograficamente delimitado o seu objeto, a ideia da arte como mediadora de uma sociabilidade que dá acesso a espaços interditados na cidade, ou seja, como chave que destranca o que a política tranca, é o seu *representamem* e o interpretante conecta tudo isso e reconhece a ocupação artística do Coati como uma possibilidade de militar pelo direito à cidade.

## Considerações finais

Ao levar esses dois projetos culturais para uma determinada territorialidade há uma reterritorialização (DELEUZE e GUATARRI, 1995), criando novas formas de subjetividade política (RANCIÈRE, 2009) que nos permite observar a cidade como um palimpsesto com várias escritas, carregada de memórias que funcionam como um repertório (TAYLOR, 2013) que é acionado por diversos agentes e fenômenos culturais. Olhar para a Ladeira da Misericórdia como uma territorialidade carregada de símbolos e analisá-los a partir da perspectiva da semiótica de Peirce era o objetivo deste artigo. Podemos perceber como esse olhar para as manifestações artísticas da cidade nos dá capacidade de pensar processos de semiose e, ao mesmo tempo, buscar saídas para resistir ao abuso de poder por parte das instituições políticas.

Para finalizar o artigo, é importante chamar atenção para dois aspectos que são tratados nas entrelinhas do desenvolvimento do argumento: 1) o caráter experimental e não normativo dos projetos de ocupação artísticas; 2) a relação político-estética proposta pelas ocupações. Tanto o projeto Ativa, quanto os InstruMentes, que se mostraram capazes de construir um diálogo com a Prefeitura de Salvador e destrancaram a Ladeira da Misericórdia para a população, trabalham com manifestações artísticas que buscam subverter uma linguagem mais comum e propõem outras maneiras de trabalhar a arte: seja através da produção e organização de ruídos sonoros que não cabem dentro de um padrão musical diatônico (as notas musicais convencionais dó, ré, mi, fá, sol, lá, si e seus bemóis e sustenidos) ou a reunião de artistas de diferentes artes (música, performance, teatro, artes visuais) para juntos produzirem uma obra.

O segundo ponto passa pela indissociação entre as práticas artísticas e a mobilização política. Na medida em que esses dois projetos bancam a ideia de ocupar o Coati e tornam esse elemento um

ponto estruturante da sua idealização, há claramente um comprometimento com o direto à cidade e não apenas com o fazer artístico. Qualquer galeria, sobrado, estúdio, casa de show etc. poderia abrigar esses projetos, mas a escolha pelo espaço trancado na Ladeira da Misericórdia mostra essa articulação entre estética e política.

Aqui vale lembrar Rancière, que nos ajuda a observar como atores sociais provocam uma forte associação, que dificilmente é quebrada, dos atos estéticos como uma atuação política. São esses atores que produzem novas formas de ocupação de territorialidades e “essas formas definem a maneira como obras ou performance ‘fazem política’, quaisquer que sejam as intenções que as regem” (RANCIÈRE, 2009, p. 18). A atuação dos grupos e artistas promovem diferentes “partilhas do sensível” e muitas vezes ocupam espaços que historicamente foram negados.

## Referências

ALVES, Alan Tiago. Reaberto ao público após 3 anos, espaço Coaty recebe exposição interativa que cria sons; VÍDEO. **G1 Bahia**, Salvador, 1º ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bahia/o-que-fazer-em-salvador/noticia/2019/08/01/reaberto-ao-publico-apos-3-anos-espaco-coaty-recebe-exposicao-interativa-que-cria-sons-video.ghtml>>. Acesso em 16 ago. 2019.

ANDRADE JR., Nivaldo Vieira de. Arquitetura Moderna e Preexistência Edificada: intervenções sobre o patrimônio arquitetônico de Salvador a partir dos anos 1950. In: 6º Seminário Docomomo Brasil, 2005, Niterói. **Anais do 6º Seminário Docomomo Brasil**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal Fluminense, 2005. v. 1.

\_\_\_\_\_. Habitação de interesse social em centros históricos. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; URQUIZO, Wiley Ludeña (org.). **Diálogos metropolitanos: Lima / Salvador: processos históricos e desafios do urbanismo contemporâneo**. Salvador: Edufba, 2015, p 149-182.

BÉLANGER, Anouk. **Montréal verniculaire/Montréal spectaculaire**: dialectique de l'imaginaire urbain. *Sociologie et sociétés*, 37, (1), 13-34. Montreal: Les Presses de L'université de Montréal, 2005.

BIERRENBACH, Ana Carolina de Souza; ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Lina Bo Bardi reloaded: vestígios, memórias, latências. **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (on line), v. 2, p. 74-86, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i20p74-86>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

CASEMAJOR, Nathalie; STRAW, Will. The Visuality of Scenes: urban cultures and visual scenescapes. **Imaginations**, 7-2. Disponível em: <<http://imagination.glendon.yorku.ca/?p=9152>>. Último acesso: 08 jul. 2020;

CASTRO JR., Chico. Artistas ocupam antigo Zanzibar. **Jornal A Tarde**, Salvador, 09 de abr. 2016. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/cultura/noticias/1760384-artistas-ocupam-antigo-zanzibar-premium>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

CERÁVOLO, A. L. Arquitetura, restauração e a poética brutalista: Ladeira da Misericórdia (1987-9), Salvador-BA. In: X Seminário DOCOMOMO Brasil, 2013, Curitiba. **Anais do X Seminário DOCOMOMO Brasil**. Curitiba: PUC Paraná, 2013.

CHAGAS, Maurício de Almeida. **Modernismo e Tradição**: Lina Bo Bardi na Bahia. Salvador, BA: 2002. Apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs Vol. 2**. São Paulo: Editora 34, 1995.

FERNANDES, Cíntia Sanmartim; HERSCHMANN, Micael. **A música de rua do Rio de Janeiro**. São Paulo: Intercom, 2014.

GOMES, Marta Maria. **O Sobre e Desce Soteropolitano**: estudo toponímico de ladeiras. Salvador, BA: 2017. Apresentada como dissertação de mestrado, Universidade do Estado da Bahia.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriay-metodo/Conceptuales/19.pdf>>. Acessado em 11 de dezembro de 2019.

IBGE Cidades. **Bahia**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/salvador.pdf>>. Acesso em: 16 de ago. 2019.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PINTO, Júlio. **1, 2, 3 da Semiótica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

\_\_\_\_\_. **Semiótica: Doctrina Signorum**. In: PINTO, Júlio; NOVA, Vera Casa. **Algumas Semióticas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 35-60.

RACIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.

SOARES, Gabriel. **Tratado Descritivo do Brasil**. 1587. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

WILL, Straw. **Scenes and Sensibilities**. **E-Compós**, v. 6, n. 11. Brasília, 2006. Disponível em <<http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/83>>. Acesso: 15/03/2019.

\_\_\_\_\_. **Cenas Culturais e as consequências imprevistas das políticas públicas**. In: JANOTTI JR., J.; SÁ, S. P. de (orgs.). **Cenas Musicais**. Guararema: Anadarco, 2013. p. 9 – 23.

\_\_\_\_\_. **Cenas visíveis e invisíveis**. In: AMARAL, Adriana et al. **Mapeando cenas da música pop: cidades, mediações e arquivos - Volume I**. Paraíba: Marca de Fantasia, 2017. p. 70 – 84.



# A metáfora “máquina lógica” e a tecnologia do alfabeto

Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa

## Introdução

No livro *Semiótica & literatura. Icônico e verbal. Oriente e ocidente* (1979), o teórico, tradutor e poeta Décio Pignatari apresenta uma importante reflexão sobre os mais variados efeitos gerados pelo código alfabético na cultura e, sobretudo, na literatura ocidental. Dentre suas inúmeras formulações – e diretamente influenciado pelas ideias de Marshall McLuhan<sup>57</sup>, que considera o alfabeto como uma tecnologia –, chama-nos a atenção a metáfora “máquina lógica”, criada por Pignatari como forma de apresentar uma síntese de tais efeitos. Assim, segundo o autor:

O código alfabético – a mais poderosa máquina lógica – é uma fonte discreta, altamente abstrata, de sinais, com características digitais e metonímicas. As palavras são formadas por permutações combinatórias, isto é, sintagmaticamente, e ligam-se umas às outras conforme o princípio da predicação (especialmente quando o verbo *ser* é empregado: “tal coisa é tal coisa”), o padrão lógico por excelência (PIGNATARI, 1979, p. 105).

Nota-se que Pignatari define as características maquinicas do código alfabético essencialmente por meio do modo de articulação por contiguidade, sem fazer remissão direta aos termos que, de fato, constituem a metáfora, ou seja: a máquina e a lógica.

Mais que um simples jogo de palavras e, em consonância com Ferrara (2018, p. 81), entendemos que a metáfora não se limita a um mero ornamento de linguagem, pois, assim como a metonímia, cons-

---

57 Décio Pignatari foi tradutor da obra *Os meios como extensões do homem* para o português, editado pela *Cultrix*.

titui uma tendência cognitiva que elucida uma maneira específica de produção de conhecimento que, por sua vez, não pode ser desconsiderada de qualquer debate epistemológico.

Pode-se aliar a essa perspectiva o olhar do semioticista da cultura Iuri Lotman, para quem a metáfora consiste num texto cultural<sup>58</sup> capaz de atuar como um importante instrumento cognitivo da cultura, ou, ainda, um “dispositivo intelectual” (LOTMAN, 1996, p. 80)<sup>59</sup> apto a produzir uma informação que permita apreender algum aspecto relativo a um contexto cultural mais amplo. Tal interação é traduzida metaforicamente quando se estabelece, pelo menos, um nível de equivalência entre o texto e o contexto, a ponto de o segundo ser apreendido pelo primeiro, ou seja, “[...] quando o texto é percebido como substituto de todo o contexto [...]” (LOTMAN, 1996, p. 81)<sup>60</sup>.

Seguindo as pistas epistemológicas dadas por Ferrara e Lotman a respeito da capacidade intelectual da metáfora e tendo em vista o tipo de conhecimento que ela possibilita gerar, neste ensaio, interessa-nos discutir, de forma especulativa, que outras associações a metáfora suscita além daquelas indicadas por Pignatari, considerando os termos diretamente presentificados na analogia. Como isso, intencionamos pontuar quais aspectos do ambiente comunicacional originado pela tecnologia da escrita alfabética a metáfora dá a conhecer, ampliando, assim, o diálogo com as ideias de McLuhan.

Antes, porém, de iniciarmos tal discussão, detalharemos um pouco mais a que se refere a dimensão intelectual da analogia, a fim de situar o fio condutor do nosso raciocínio e a linha argumentativa que será aqui adotada. Conforme será visto, trata-se de uma estratégia metodológica que, antes de tudo, não objetiva construir

58 Para o autor, o texto cultural é sempre fruto das relações tradutórias edificadas entre, no mínimo, dois sistemas de linguagem e, por isso, seu traço distintivo central relaciona-se à heterogeneidade signíca (LOTMAN, 1996).

59 No original: “dispositivo intelectual”.

60 No original: “[...] cuando el texto es percibido como sustituto de todo el contexto [...]”



explicações totalizantes, mas, sim, “relações que devem levar a diferentes inferências” (MACHADO, 2014, p. 47), segundo indica Machado ao se reportar ao “método hipotético-poético”, subjacente ao próprio pensamento de McLuhan. Esse é o desafio que pretendemos enfrentar.

### **Dimensão intelectual da metáfora**

Na síntese metafórica, aquilo que foi colocado em relação apresenta apenas uma correspondência aproximada, nunca unívoca, tampouco harmônica. A metáfora é composta pela correlação entre qualidades de diferentes “extratos”, pertencentes a textos igualmente distintos que, muitas vezes, são completamente dessemelhantes entre si. É justamente esse traço que distingue a analogia presente no texto metafórico, pela qual se intenta estabelecer uma equivalência entre partes ou qualidades que podem vir a evidenciar o funcionamento de contextos culturais mais amplos.

Tal como define Valéry, a analogia pode ser entendida como a “faculdade de variar as imagens, de combiná-las, de fazer que a parte de uma coexista com a parte da outra e de perceber, voluntariamente ou não, a ligação de suas estruturas” (1998, p. 23). É por isso que os traços não colocados em relação também devem ser recuperados para que se possam inferir os possíveis sentidos suscitados pela associação. Ao mesmo tempo, quanto maior for a aparente “incompatibilidade” entre os extratos e os textos aproximados, mais o arranjo cultural metafórico se torna apto a produzir uma informação nova ou uma inferência a respeito de um universo mais amplo, que, fora desse tipo de ordenação, jamais seriam produzidas (LOTMAN, 1996, p. 126).

No devir da cultura, essa informação ganha uma dimensão ainda maior quando vista pela perspectiva da semiose que a ordenação metafórica engendra. Em consonância com Valéry, uma das formas de apreender esse processo seria por meio da “lógica da continuidade

de”, ou seja, a capacidade de uma analogia para gerar outra analogia, que gera outra, e assim sucessivamente, de modo que “a vertigem da analogia, a lógica da continuidade transportam essas ações para o limite de sua tendência, para a impossibilidade de uma parada. Tudo se move de degrau em degrau, imaginariamente” (VALÉRY, 1998, p. 43). Como um texto assim organizado não pode ser decomposto em unidades discretas, a relação que se estabelece entre uma analogia e outra não pode ser reduzida a elementos simples, visto que, entre elas, se instala um *continuum* de relações.

Nesse processo, “a constatação é antes de tudo experimentada, quase sem pensamento” (VALÉRY, 1998, p. 33) e, portanto, tal apreensão jamais poderia ser mediada por um conceito preestabelecido pelo léxico da língua e pela forma de raciocínio diretamente vinculada a ela. Conforme sugere Valéry, por meio desse contraponto com o verbal, talvez seja possível assinalar uma das principais características da “lógica da continuidade”. Isso ocorre porque as relações suscitadas pelo conceito se baseiam na contiguidade de unidades que se apresentam separadamente no sintagma e, por essa razão, podem ser divididas em partes, gerando uma apreensão muito peculiar, já que “percebem antes em conformidade com um léxico do que de acordo com suas retinas” (VALÉRY, 1998, p. 35).

Assim, enquanto o conceito tende a definir o que o objeto “é”, a analogia apresenta uma associação na qual indicia que, se os extratos aproximados mantêm entre si uma proximidade, ainda que mínima, então, por hipótese, todo o restante que não foi colocado em relação também poderia ser equivalente em outros aspectos. Por sua vez, o “teste” da hipótese exige a criação de uma nova associação. Com isso, em vez de subdividir o “objeto” que “originou” a analogia “primeira” em unidades para chegar a uma generalização, busca-se apreendê-lo por meio de “valores contínuos”, visto que são traduzidos em outros textos. Segundo o autor,

Por que, de tudo o que existe, somente uma parte pode ser reduzida dessa maneira? Há um instante em que a figura se torna tão complexa, em que o acontecimento parece tão novo que se deve renunciar a apreendê-los em sua totalidade, a buscar a sua tradução para valores contínuos [...] O certo é que todas as especulações têm por fundamento e por objetivo a extensão da continuidade com o auxílio de metáforas, de abstrações e de linguagens (VALÉRY, 1998, p. 53).

Como a “estrutura semiótica” da mensagem é altamente heterogênea, seu deciframento torna-se igualmente difícil, dada a inexistência de um sistema codificante preestabelecido que viabilize uma interpretação unívoca. Consequentemente, a apreensão de um texto por outro “exigiria” a criação de uma nova analogia e a “lógica da continuidade” também ganharia corpo na cultura por meio desse mecanismo, uma vez que entre uma analogia e outra ou entre uma metáfora e outra se cria uma série de equivalências, em que um traço do texto “emissor” se encontra necessariamente presente no texto “receptor”, por mais tênue que seja esta interação.

Cumprе salientar, ainda, que a analogia feita com base em um objeto escolhido lança outros sentidos sobre ele, distintos do conceito que o define, da mesma forma que tais sentidos nunca são precisos e exatos, o que faz que “o objeto escolhido [se torne] como que o centro dessa vida, um centro de associações cada vez mais numerosas, conforme esse objeto seja mais ou menos complexo” (VALÉRY, 1998, p. 47) e, por isso, não possa ser deixado de lado quando da consideração do exercício intelectual capaz de ser suscitado pela analogia.

Retomando a questão relativa à metáfora proposta por Pignatari, nota-se que, nela, há a correlação entre o objeto “máquina” e a lógica, uma disciplina que, conforme aponta Abbagnano, foi definida por Aristóteles “como ciência da demonstração e do saber demonstrativo” (2003, p. 624). Tendo por fundamento a centralidade que ambos os termos adquirem na constituição da metáfora e, seguindo as

pistas dadas por Valéry, vejamos mais detalhadamente algumas associações passíveis de serem suscitadas pela referida analogia.

### **Ciência, máquina e lógica**

Segundo Lotman (2000, p. 97), os significados atribuídos a um determinado objeto cultural distinguem-se por dois aspectos. O primeiro reporta-se à sua utilidade primária e ao uso social, ao passo que o segundo se refere à sua caracterização metafórica. Ainda segundo o autor, quanto mais relevante é o papel exercido por um objeto num dado sistema cultural, aliado ao uso exaustivo do conceito primariamente atribuído a ele, mais intenso é o seu significado metafórico, “[...] devendo às vezes uma imagem de todo o existente” (LOTMAN, 2000, p. 97)<sup>61</sup>. Nesse sentido, no decorrer da cultura, determinados objetos que, por alguma razão, se tornam emblemáticos de uma época, passam a exercer diferentes “funções”, em virtude dos significados e dos sentidos que adquirem.

Para exemplificar seu raciocínio, Lotman alude aos diferentes sentidos os quais, a partir do Renascimento, se sobrepuseram ao objeto e ao conceito “máquina”, que, de meio de produção extremamente poderoso, passou a assinalar o nascimento de uma nova consciência da época, de modo que “[...] a máquina se tornou a imagem da força semelhante à vida, mas morta em sua essência” (LOTMAN, 2000, p. 100)<sup>62</sup>.

Nessa afirmação, nota-se que o objeto máquina é visto como algo desumanizador, associação essa que, desde então, vem sendo cada vez mais recorrente. Isso se deve, dentre outros fatores, à serialização do processo produtivo, da qual decorrem a fragmentação das formas de pensamento e à perda da noção de unidade. Como consequência, o indivíduo passa a ser considerado um autômato habilitado para funcionar de acordo com uma programação já estabele-

61 No original: “[...] deviniendo a veces una imagem de todo lo existente”.

62 No original: “[...] la máquina devino imagen de la fuerza semejante a la vida, pero muerta en su esencia”.

cida, mediante a ação coordenada entre partes que desempenham funções muito específicas para garantir a regularidade e o funcionamento do todo.

É inegável a importância que o surgimento da máquina a vapor representou para a história, a ponto de demarcar aquilo que se convencionou denominar a 1ª Revolução Industrial e o início da Idade Moderna. Enquanto o objeto “máquina” propiciou uma transformação sem precedentes no âmbito da produção, ao viabilizar a fabricação em larga escala do que antes era feito artesanalmente pela mão humana, o conceito diretamente relacionado a ele passou igualmente a abarcar um conjunto maior de significados relativos ao seu uso e a demandas sociais concretas.

Cabe ressaltar que a associação feita por Lotman apresenta somente um viés, talvez um dos mais significativos, concernente aos efeitos provocados pela máquina na cultura ocidental, porém as possibilidades associativas propiciadas pelo objeto em questão não se limitam unicamente a esse sentido.

Ainda que boa parte dos significados historicamente suscitados pelo objeto “máquina” estejam relacionados à produção mercantil, é notória a existência de outros mais diretamente vinculados à Revolução Científica iniciada por Galileu. Isso não quer dizer que existam diferenças significativas entre as acepções geradas em cada um desses contextos, mas, sim, algumas especificidades que não podem ser desconsideradas.

Para a ciência moderna, não apenas a natureza era concebida como um conjunto orgânico de partes cujo funcionamento poderia ser demonstrado por meio de equações matemáticas, também a máquina artificialmente produzida pelo homem constituía um importante instrumento experimental que permitiria simular o movimento do universo. Em vista disso, o maquinismo era entendido como um recurso indispensável para alcançar o conhecimento da grande “máquina universal”, em que “Não somente a natureza é escrita numa

linguagem matemática decifrável pela experimentação, como essa linguagem é única; o mundo é homogêneo: a experimentação local descobre uma verdade geral” (PRIGOGINE, 1992, p. 32).

Mesmo que a experimentação proporcionada pelas máquinas partisse de uma hipótese explicativa já pressuposta por uma grande premissa geral que encerrava a concepção mecânica e totalizante do universo, o processo experimental era de extrema importância. Ele possibilitava a elaboração de uma prova observável para aquilo que se pretendia demonstrar, bem como constituía uma prática, uma vez que o objeto estudado seria passível de ser observado e também, manipulado, pois se tratava de “preparar o fenômeno estudado, de o purificar, de o isolar até parecer uma *situação ideal*, fisicamente irrealizável, mas inteligível por excelência, pois encarna a hipótese teórica que guia a manipulação” (PRIGOGINE, 1992, p. 30).

Nota-se assim que, pela perspectiva da ciência moderna, é possível ampliar o universo semântico vinculado ao objeto “máquina”, em virtude de uma nova funcionalidade delegada a ele: manipular o fenômeno a ser examinado e, com isso, construir uma prova observável, ainda que essa experimentação não objetivasse descobrir algo essencialmente novo, mas, sim, demonstrar um preceito já estabelecido como verdadeiro. Ao mesmo tempo, a comprovação materializada pela máquina insere-se num tipo de raciocínio muito específico, o lógico-dedutivo. Por meio dele, uma grande premissa geral serve de base para a compreensão de um caso particular, de modo que a conclusão é sempre o resultado da aplicação de uma regra geral a algo muito específico.

Nessa formulação, percebe-se que o método dedutivo, diretamente vinculado ao fazer científico característico da ciência moderna, fundamenta-se na concepção clássica de lógica, tal como ela foi definida por Aristóteles. Grande parte da lógica formal ou aristotélica busca provar a autonomia do pensamento e do raciocínio na sua articulação formal mais abstrata, independentemente de seu referente

ou de algo que lhe seja externo. É por isso que, de acordo com essa definição, a dedução pode ser entendida como o tipo de raciocínio lógico-analítico por excelência, uma vez que visa unicamente demonstrar o desdobramento causal dos preceitos dados na premissa maior.

Como bem observa Paolo Rossi, entendido como “um hábito intelectual instrumental, isto é, um instrumento imaterial construído pelo homem para conhecer” (1992, p. 125), o silogismo de caráter lógico consiste numa espécie de constructo, ou seja, uma síntese elaborada com base em dados simples que permite conhecer algo específico com base em uma tese dada de antemão. Um dos traços centrais desse construto diz respeito à coerção, visto que, com base nas premissas iniciais, há o desdobramento quase que automático das consequências, dado o concatenamento necessário estabelecido entre a tese e a conclusão.

Já que cada parte do silogismo desempenha uma função bem definida para o funcionamento do todo, a própria ordenação que o estrutura pode ser associada a uma máquina, sobretudo porque esse encadeamento estabelece uma espécie de linearidade causal para o pensamento.

Com isso, à compreensão da máquina como um instrumento desumanizador, tal qual a definição de Lotman, se alia outra, vinculada à reprodução de uma forma de pensamento abstrato, mediante a elaboração de comprovações observáveis. Longe de serem excluídas, essas duas concepções estão diretamente relacionadas, sobretudo quando observadas sob a perspectiva do ambiente gerado pelos meios de comunicação.

### **Alfabeto e ambiente**

De acordo com o que pontuamos anteriormente, a metáfora “máquina lógica” formulada por Pignatari para indicar os efeitos gerados pela escrita alfabética na cultura ocidental apenas pode ser apreendida na sua amplitude se partirmos da compreensão do al-

fabeto como um meio e/ou tecnologia, tal como este foi definido por Marshall McLuhan.

Para o autor canadense, o meio é definido pela sua dimensão ambiental, ou seja, em virtude dos efeitos – também entendidos como reverberações, conforme indica Machado (2014) – que a intromissão de uma nova tecnologia engendra na dimensão perceptocognitiva e nas mais variadas esferas da sociedade e da cultura. Por esse motivo, quando falamos do código alfabético, referimo-nos essencialmente à ambiência que foi potencializada por ele.

Ainda segundo McLuhan, a compreensão da escrita não pode ser reduzida apenas ao alfabeto fonético (McLUHAN, 1972, p. 74), uma vez que muitas outras modalidades de registro escrito o antecederam. Ao longo da história, todos os povos nômades e não letrados que, por alguma razão, abandonaram o nomadismo em proveito de formas mais sedentárias de trabalho, desenvolveram algum tipo de grafia. Ao substituir o deslocamento e a ausência de habitação e trabalho fixos por uma residência estável e um serviço específico, tais povos criaram as condições ideais para o estabelecimento de um determinado modo de organização espacial, caracterizado pelo cerceamento entre aquilo que é próprio e o alheio, isto é, para o fechamento.

Se, por um lado, essa situação favoreceu o surgimento da escrita alfabética, posteriormente, foi tal contexto que sofreu as consequências da extensão em alta intensidade do olho humano propiciada pelo alfabeto, pois “Todos os nômades não só não tiveram escrita, como não desenvolveram arquitetura, nem o ‘espaço fechado’, pois escrita é um modo de fechar, visualmente, sentidos e espaços não-visuais” (McLUHAN, 1972, p. 74). Por si só, esse fenômeno já indicia alguns dos principais efeitos ocasionados pela aparição da escrita: a delimitação de um campo “fechado” e a especialização da força de trabalho ou de outras faculdades humanas.

O prolongamento em alta intensidade de um sentido exige a



reordenação de todos os demais, acarretando, assim, uma série de alterações nas mais distintas esferas da vida, sejam elas sociais, psíquicas ou cognitivas, uma vez que “os homens mudam quando muda a posição relativa entre os sentidos. Esta posição relativa muda quando qualquer sentido ou função corpórea ou mental se exterioriza sob forma tecnológica” (McLUHAN, 1972, p. 353).

Entendida como uma extensão do olho humano, a escrita tende a potencializar a visão em detrimento do desenvolvimento harmônico dos demais órgãos sensoriais, tal como acontece com as sociedades em que a oralidade primária (ou seja, destituída de escrita) é dominante. Com isso, potencializa-se a constituição da “Concentração num campo visual [...]” (MACHADO, 2014, p. 93), ou seja, a convergência da atenção para um ponto fixo, do qual emerge a formação de pontos de vista direcionados (McLUHAN, 1972).

Além do mais, como o próprio autor assinala, quando surge, todo meio “traduz” o meio que o antecedeu, de modo que diferentes meios subsistem sincronicamente na cultura e em constante interação. Isso transforma o meio antecessor no conteúdo daquele que o sucede. Ao mesmo tempo, o meio mais recente tende a ressignificar aqueles já existentes, que não desaparecem, mas passam a desempenhar novas funções na sociedade e na cultura.

Em especial, o código alfabético possui um conteúdo muito específico: a fala. Como bem elucidada Havelock (1996, p. 90), o principal feito do alfabeto criado pelos gregos diz respeito à capacidade de representar os sons reais produzidos pela fala humana, mediante sua decomposição em unidades abstratas representadas por símbolos gráficos muito específicos. Por outro lado, cumpre salientar que, antes dele, outros sistemas de escrita também tiveram como “conteúdo” a palavra falada, como foi o caso dos silabários semíticos, que representavam graficamente a fala por meio de sílabas.

Porém, a especificidade do código alfabético reside no fato de

que sua grafia não retrata apenas palavras e letras, mas, também, os sons linguísticos, formados pela combinação de duas operações essencialmente físicas: a vibração do ar quando passa pela laringe e as modificações sofridas por ele ao interagir com a forma da boca, ou, ainda, com a língua, o palato, os dentes e o nariz. As alterações da coluna de ar são responsáveis pela formação das vogais e o restante do equipamento físico é usado para principiar ou reter a vibração e, quando isso ocorre, há a constituição das consoantes.

Assim, ao se voltar para a apreensão dos sons produzidos pela fala, o alfabeto grego conseguiu “isolar” graficamente unidades sonoras mínimas, ao mesmo tempo em que construiu uma abstração visual para esses mesmos sons. Com isso, “o alfabeto fragmentou a sílaba e a substituiu por uma unidade de um tipo muito distinto, essencialmente teórica” (HAVELOCK, 1996, p.70), uma vez que, quando pronunciamos ou ouvimos algo, somos incapazes de isolar as partes sonoras elementares da língua. Por outro lado, ainda de acordo com Havelock (1996, p. 69), não se pode afirmar que o alfabeto grego tenha, de fato, “identificado os fonemas”, embora sua maneira de proceder tenha se aproximado com relativo êxito dessa modalidade de apreensão da língua.

É por isso que, aliado ao fato de estabelecer um ponto de vista direcionado e, com isso, delimitar uma forma de apreensão das coisas e do próprio entorno sociocultural, a escrita alfabética também consiste num “código visual para a fala” (McLUHAN, 1972, p.76). Segundo McLuhan, essa tradução visual acarretou a redução e a conseqüente simplificação de toda a experiência sensorial e orgânica diretamente vinculada à oralidade primária a um único sentido, ocasionando uma espécie de “atrofia” dos demais órgãos perceptivos.

Com isso, não apenas o indivíduo se tornou sensorialmente fragmentado, como também o próprio raciocínio se fragmentou, uma vez que passou a subsistir em consonância com um modo único de considerar ou de entender um determinado assunto, ou seja: aquele

propiciado pelo tipo de raciocínio instituído pelo código alfabético. Assim, qualquer questão ou fenômeno observado são apreendidos por meio de uma sucessão de fatos normalmente colocados em conexão por uma relação causal.

Além do mais, consistir numa abstração, ou, ainda, numa teorização da materialidade acústica da língua faz que o código alfabético tenda a propiciar formas igualmente abstratas de pensamento, diferentemente do que ocorria nas culturas marcadas pela oralidade primária, dada a própria natureza situacional dos enunciados produzidos nesse contexto e da proximidade estabelecida entre os interlocutores envolvidos no ato de fala.

Embora os efeitos gerados pelo alfabeto possam ser ampliados ainda mais, aqueles sucintamente descritos aqui nos oferecem uma ideia dos principais traços que distinguem o ambiente comunicacional diretamente vinculado a ele. É justamente a esse contexto cultural mais amplo que a metáfora “máquina lógica” faz remissão. Resta agora pontuar quais aspectos desse ambiente são indiciados pela metáfora, tendo por base a relação de analogia que ela materializa.

### **A “máquina lógica”**

Conforme foi visto anteriormente, a concepção mecânica da natureza instituída pela ciência moderna e o uso da máquina como um instrumento de experimentação indispensável para fabricar uma prova observável que, por sua vez, se insere dentro da ordenação prevista pelo método lógico-dedutivo nos oferecem alguns indícios da associação que a metáfora “máquina lógica” busca estabelecer com o ambiente diretamente relacionado ao alfabeto.

Ao atuar como uma espécie de instrumento colocado “a serviço” de um tipo de raciocínio nitidamente analítico que visa referendar uma premissa já estabelecida, a máquina passa a funcionar como um mecanismo que tanto manipula um dado fenômeno para construir uma demonstração de um princípio já considerado inquestionável.

vel, quanto colabora para referendar e reproduzir o próprio raciocínio analítico. Em outras palavras, apesar de o raciocínio ser abstrato, a máquina é imprescindível para construir uma comprovação observável. Além do mais, ao fabricar uma prova que se insere numa ordenação lógica que possui um mecanismo interno peculiar, a máquina contribui para perpetuar e legitimar a estrutura do raciocínio.

Com relação ao primeiro aspecto apontado, nota-se como a máquina foi utilizada pelos modernos como um recurso indispensável para fazer visível uma realidade nem sempre perceptível ao olho humano. Trata-se de outro efeito vinculado ao alfabeto, referente àquilo que McLuhan define como “formação do espírito de quantificação” (McLUHAN, 1972, p. 222), ou seja, a “tradução” visual de relações não necessariamente observáveis, tornando-as explícitas e restringindo-as ao espaço fechado da grafia. Dessa forma, quanto mais o sistema estudado se torna passível de ser “visto” e, com isso, quantificado, mais ele é conhecido (ou se acredita conhecê-lo).

Inclusive, segundo o autor, tal mecanismo constitui uma das bases do processo que resultou na divisão do conhecimento em diferentes campos específicos, delimitados com base na compreensão da especificidade de determinados objetos, pois “a chave para qualquer espécie de conhecimento aplicado está na tradução de um complexo de relações em termos visuais explícitos” (McLUHAN, 1972, p. 223). Efetua-se a quantificação de uma prova para que ela não apenas venha a ser apreensível pela visão, mas, também, para que possa ser controlada por um determinado campo de conhecimento, contribuindo para legitimá-lo.

Ao mesmo tempo, essa prova insere-se num esquema formal de pensamento que, como já foi mencionado, também tende a ser associado a um mecanismo. Assim como a abstração que distingue o processo de escritura das unidades sonoras da língua, o raciocínio analítico também é caracterizado por uma abstração, calcada numa estrutura formal do pensamento o qual, por seu turno, de acordo com

a concepção clássica, está dissociado do dado da experiência. E, tal como o código alfabético, a predicação também é um dos princípios orientadores centrais da dedução. Na construção alfabética, essa relação pode ser verificada pela ordenação sintática da oração, aliada à disposição sintagmática das frases que compõem um texto, de maneira que as posições entre sujeito e predicado já se encontrem predefinidas, o que possibilita a atribuição de propriedades a um núcleo determinado.

Por outro lado, no caso do raciocínio dedutivo, a predicação pode ser entendida pelas relações de implicação, de modo que: “La implicación  $p \rightarrow q$  significa que cada  $r$  que incluya  $p$  es un  $r$  que incluye a  $q$ ” (MARAFIOTI, 2004, p. 110). Dizendo de outro modo, pela sua generalidade, toda premissa maior contida num silogismo é capaz de abarcar uma infinidade de casos particulares e, se for verdadeira, a conclusão também será verdadeira. Nesse sentido, toda premissa pressupõe a veracidade da conclusão. E, da mesma forma que o silogismo pressupõe uma relação de implicação, toda implicação compreende uma inclusão, a relação lógica da parte pelo todo (MARAFIOTI, 2004, p. 110).

Em relação a esse aspecto, não foram poucas as alusões feitas por McLuhan à lógica, definida por ele como um dos efeitos do alfabeto. No livro *A Galáxia de Gutemberg*, o autor também chega a correlacionar a ciência moderna à escrita. Conforme ele mesmo pontua, a lógica pode ser entendida como uma “forma de disciplina mental” (MACKENZIE *apud* McLUHAN, 1972, p. 229) que, ao estabelecer um método de exposição totalizante, confere maior segurança aos indivíduos envolvidos com o curso do conhecimento. Esse processo disciplinar não apenas outorga ao pensamento um aspecto repetitivo e mecânico mas, como no ambiente da escrita as informações tendem a ser “filtradas” por um único sentido, quanto maior for a limitação estabelecida também pelo raciocínio, estruturado por uma sucessão causal, maior será a “certeza” com relação àquilo que se conhece.

## Considerações finais

Com este ensaio, buscamos realizar um exercício especulativo de cunho inferencial, com o intuito de explorar as possibilidades de compreensão do ambiente comunicacional relacionado à tecnologia da escrita alfabética. Seguindo as pistas sugeridas por Valéry relativas à “lógica da continuidade”, intentamos explorar novos sentidos que a metáfora proposta por Pignatari sugere além daqueles indicados pelo próprio autor. Se, por um lado, ele enfatiza a associação por contiguidade do alfabeto, pela qual se dá a constituição de enunciados predicativos e lógicos, por outro, buscamos apontar como, associado a esse aspecto, a “máquina lógica” também diz respeito ao processo de tradução do conhecimento segundo padrões pautados pela visualidade. Longe de se excluírem, ambos são complementários, ao mesmo tempo em que não descartam outras associações possíveis.

Ainda segundo McLuhan, um dos traços centrais relativos ao ambiente vinculado a uma tecnologia reporta-se ao fato de que ele tende a se tornar invisível, sobretudo para aqueles diretamente envolvidos com o meio. Com isso, muitas vezes, não apenas se esquece a dimensão tecnológica do alfabeto, como também a maneira pela qual ele intervém no modo de produção do conhecimento. Quanto a isso, Richard Cavell, um importante estudioso da obra de McLuhan, é preciso ao indicar que, para o teórico canadense, o ambiente possui um sentido similar àquele utilizado por Michel Foucault para definir a episteme, ou seja, “[...] o sistema de produção de conhecimento característico de uma determinada época (ou meio)” (CAVELL, 2003, p. 54)<sup>63</sup>.

Portanto, não há como estudar um meio e a ambiência diretamente relacionada a ele sem considerar os dominantes (JAKOBSON, 1983) que estabelecem alguns vetores relacionados a formas específicas de articulação do conhecimento. Inclusive, isso nos leva

---

63 No original: “[...] the system of knowledge production characteristic of a given era (or medium)”

a conjecturar que, além do raciocínio lógico, linear, causal e visual incitado pelo verbal, outras tecnologias igualmente suscitam outras formas de produção do saber que, por sua vez, se pautam por outros parâmetros.

## Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CAVELL, Richard. **McLuhan in space**. A cultural geography. Toronto: University of Toronto Press, 2003.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **A comunicação que não vemos**. São Paulo: Paulus, 2018.

JAKOBSON, Roman. JAKOBSON, Roman. O dominante. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. p. 485-491.

HAVELOCK, Eric A. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. Trad. De Ordep José Serra. São Paulo: Ed. Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LOTMAN, Iuri. **La semiosfera I**. Semiótica de la cultura e del texto. Trad. e seleção de Desiderio Navarro. Madrid: Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València, 1996.

LOTMAN, Iuri. **La semiosfera III**. Semiótica de las artes y de la cultura. Trad. e seleção de Desiderio Navarro. Madrid: Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de València, 2000.

MACHADO, Irene. **Vieses da comunicação**. Explorações de Marshall McLuhan. São Paulo: Annablume, 2014.

MARAFIOTI, Roberto. **Charles S. Peirce**: el éxtasis de los signos. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2004.

McLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**. A formação do homem tipográfico. Trad. de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Cia Editora Nacional- Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

PIGNATARI, Décio. **Semiótica e literatura. Icônico e verbal. Oriente e Ocidente**. 2ª edição. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

PRIGOGINE, Ilya. STENGERS, Isabelle. **A nova aliança**. Trad. de Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincheira. Brasília: Ed. da UnB, 1992.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: Ed. da USC, 1992.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita**. A tecnologização da palavra. Trad. De Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1998.

VALÉRY, Paul. **Introdução ao método Leonardo Da Vinci**. São Paulo: Ed. 34, 1998.



## **Sobre os autores**

### **Amália Coelho**

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), na linha de Mídia e Sensibilidades.

### **Amaranta Emília César dos Santos**

Doutora em Cinema e Audiovisual pela Universidade de Paris III – Sorbonne-Nouvelle e Pós-Doutora pela New York University e Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Mídia e Sensibilidades. Realiza pesquisas sobre documentário, cinema africano e da diáspora e cinema brasileiro.

### **Celina Adriana Brandão Pereira**

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Mídia e Sensibilidades.

### **Daiane Dória dos Santos**

Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Comunicação e Memória.

### **Daniela Abreu Matos**

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do CAHL e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Comunicação e Memória. Realiza pesquisas na área de Comunicação na interface com os Estudos Culturais, juventudes, periferias urbanas, identidades e relativas à gestão cultural, políticas culturais, projetos sociais e organizações sociais.

**Danillo Barata**

Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP, Pós-Doutor pela Universität Bayreuth, na Alemanha. Professor do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da UFRB, na linha de Mídia e Sensibilidades. É docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Bahia.

**Guilherme Moreira Fernandes**

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do CAHL e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Comunicação e Memória. Realiza Pós-Doutorado em Jornalismo, na Universidade Estadual de Ponta Grossa e é presidente da Rede Folkcom (2019/2021). Realiza pesquisas em folkcomunicação, teledramaturgia, censura e sexualidades.

**Hanna Cláudia Freitas Rodrigues**

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Mídia e Sensibilidades, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Hérica Lene Oliveira Brito**

Doutora em Comunicação e Cultura e Pós-Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do CAHL e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Comunicação e Memória. Autora dos livros *Jornalismo de economia do Brasil* (EDUFRB, 2013) e *Jornais centenários do Brasil* (Labcom/ Universidade da Beira Interior, 2020).

**Jonas de Jesus Pinheiro**

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Comunicação e Memória.

**Jorge Luiz Cunha Cardoso Filho**

Doutor em Comunicação Social pela UFMG. Realiza Pós-Doutorado na Universidade Federal Fluminense. Professor do CAHL e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da UFRB, na linha de Mídia e Sensibilidades, e do Programa em Comunicação e Cultura Contemporâneas, da Universidade Federal da Bahia. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2.

**Jussara Peixoto Maia**

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA e Pós-Doutora em Comunicação pela UFMG. Professora do CAHL e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Comunicação e Memória. Realiza pesquisas na área de Comunicação e jornalismo, com ênfase em telejornalismo, jornalismo impresso e comunicação organizacional.

**Lilian Reichert Coelho**

Doutora em Letras, Literatura Comparada, pela UFBA. Professora e Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Sul da Bahia. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, da UFSB, e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Comunicação e Memória. Pesquisa literatura brasileira e contemporânea em língua inglesa e educação popular.

**Marcelo Argôlo**

Mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Mídia e Sensibilidades; bolsista FAPESB.

**Michele Stephanie Souza Barros**

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Comunicação e Memória.

**Naiara Leite Costa**

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Comunicação e Memória, coordenadora de comunicação do *Odara - Instituto da Mulher Negra*, editora e coordenadora de projetos da Revista *Afirmativa*.

**Nadja Vladi Gumes**

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, pela UFBA e Pós-Doutora pela McGill University, Canadá, e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do **Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas** (CECULT) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Mídia e Sensibilidades. Realiza pesquisas relativas a análises culturais da música pop.

**Naiara Moura Pinto**

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Mídia e Sensibilidades.

**Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa**

Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUCSP. Realizou estágio pós-doutoral na ECA/ USP (bolsa FAPESP) e na Universidade Complutense de Madrid. Professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, na linha de Mídia e Sensibilidades. Realiza pesquisa em Comunicação, Semiótica da Cultura, retórica, mídias e cidade.

**Renata Pitombo Cidreira**

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, pela UFBA e Pós-Doutora pela Université René Descartes, Paris-Sorbonne. Realiza segundo Pós-Doutorado na Universidade da Beira Interior. Professora do CAHL e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação

da UFRB, na linha de Mídia e Sensibilidades, e do Programa em Cultura e Sociedade, da UFBA. Pesquisadora da área de Estética, com ênfase em Moda.

Esta obra reúne diferentes pesquisas desenvolvidas por docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), em Mídia e Formatos Narrativos, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Divididos em duas partes — Comunicação e Memória e Mídia e Sensibilidades — os trabalhos visam a explicitar de que maneira as mídias constituem memórias, articulam diferentes modos de narrar, fabular, como também incitam a emersão de novas formas de sentir e perceber o mundo e, conseqüentemente, de produzir conhecimento. A maioria dos artigos toma por objeto produtos relacionados a ambientes comunicacionais e midiáticos periféricos, cujos agenciamentos se contrapõem a estruturas convencionais e hegemônicas. Assim, o percurso reflexivo desta obra revela como o PPGCOM da UFRB atua conectando dimensões globais, nacionais e regionais da pesquisa à compreensão de seu papel no movimento ativo de construção de abordagens orientadas pela valorização da potência de experiências, objetos, fenômenos e materialidades, inscritas em marcações temporais e espaciais específicas. Com isso, esta obra explicita o posicionamento do PPGCOM no campo das pesquisas em Comunicação na atualidade.

ISBN: 978-65-87743-32-5



Editora UFRB